

# Juros explosivos

**Foram gastos R\$ 835,7 bilhões (7,48% do PIB) com o pagamento dos juros da dívida pública consolidada brasileira nos últimos doze meses**

Pág 36

**Crescimento global estável em meio à desaceleração da desinflação e à crescente incerteza política**

Pág 45

**Minas Gerais mantém expansão da economia e PIB cresce 2,9% no 1º trimestre de 2024, mas pode estar no limite do crescimento**

Pág 49



# Quais são as principais preocupações das famílias?

Principais riscos para os próximos 12 meses

Correção do mercado imobiliário

39%

Inflação elevada

39%

Geopolítica

58%

Fonte: UBS Evidence Lab

Como a **geopolítica** pode afetar nossas vidas e investimentos?

Pesquisa feita pelo banco suíço UBS sobre as principais preocupações das famílias, aponta a geopolítica como a maior delas com 58%.

Nós da **Portogallo Family Office** estamos sempre estudando e analisando esse grande tabuleiro de xadrez que é o nosso mundo.

Por isso, convidamos o **Heni Ozi Cukier** para uma série de eventos. O primeiro ocorreu em **São Paulo** no dia 18/6 e o próximo será em **Lisboa** dia 9/10.



Confira em nosso canal Youtube o evento em SP

Portogallo Family Office.  
Sempre **à frente**.



**PORTOGALLO**

FAMILY OFFICE

Não administramos fortunas.  
Administramos futuros.

São Paulo - Brasil  
Santa Catarina - Brasil  
Lisboa - Portugal

[contato@portogalloinvestimentos.com.br](mailto:contato@portogalloinvestimentos.com.br)



(11) 3078-6830

[www.portogallofamilyoffice.com.br](http://www.portogallofamilyoffice.com.br)



## EXPEDIENTE

**BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS**  
**AGOSTO DE 2024**  
**31 ANOS - EDIÇÃO 335**

**Publicação Nacional de**  
**Economia, Finanças e Negócios**

**Presidente/Editor Geral**  
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

**Diretora de Desenvolvimento**  
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

**Projeto gráfico/diagramação**  
Fio do Bigode Comunicação

**Publicidade e Área Comercial**  
MinasPart Desenvolvimento Ltda.  
Aline Cendon/Carlos Alberto  
(31) 3281-6474  
cato@mercadocomum.com  
revistamc@uol.com.br

MercadoComum\* é uma publicação  
mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.  
CNPJ 70.954.383/0001-12  
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079  
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número:  
817452753 de 02.08.1993

Endereço:  
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar  
Bairro São Pedro - 30.330-040  
Belo Horizonte - MG - Brasil  
Telefone: 55-31-3281-6474  
E-Mail: revistamc@uol.com.br  
www.mercadocomum.com

*\*Os artigos assinados podem não refletir,  
necessariamente, a opinião dos editores.  
Proibida a reprodução parcial ou total sem  
autorização prévia por escrito da direção desta  
publicação. MercadoComum é uma publicação  
independente, não associada a qualquer grupo  
empresarial e não possui filiais/sucursais ou  
representantes no país e no exterior*

## SUMÁRIO

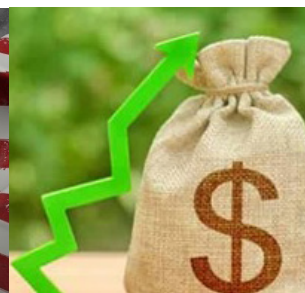
**4**

*A Economia com Todas  
as Letras e Números*



**18**

*Mundo  
Empresarial*



**36**

*Debate Econômico:  
Juros explosivos*

**41**

*Especial*



**82**

*Opinião*

*Confira o ponto  
de vista de grandes  
nomes do cenário  
nacional, sobre  
vários assuntos.*

**78**

*Turismo*

**91**

*Lançamentos*





## O Real não engatou o compromisso com o crescimento

**Paulo Rabello de Castro**

*Ph.D em Economia, ex-presidente do IBGE e do BNDES. Fundador da RC Consultores. Marcel Caparoz, diretor da RC, colaborou no texto e planilhas de cálculo*



Como modelo de estabilização monetária, o Plano Real teve até um toque de genialidade. Seus criativos elaboradores conseguiram superar a tentação do congelamento de preços e salários. Conceberam o atrelamento dos preços turbulentos a uma URV – Unidade Real de Valor – que disciplinou sua marcha explosiva até a ancoragem, em 1º de julho de 1994, à nova moeda, o Real. A partir daí, sem recurso a controle de preços, mas com atrelamento cambial, a inflação começou a convergir para um patamar civilizado. O Brasil ganhou, finalmente, um padrão monetário confiável. Em 1999, com a liberação do regime cambial e a adoção do sistema de metas de inflação, o teste duro de confiabilidade foi realizado com sucesso. Em 2021, o Congresso votou a LC no. 179/21, com mandatos fixos para a diretoria e autonomia operacional para o Banco Central, dando mais um passo no reforço à confiança no padrão monetário brasileiro, que hoje completa três décadas.

Não é conquista trivial. Quem viveu o inferno da remarcação diária de preços lembra do sacrifício e humilhação do povo, correndo para converter seus salários em mercadorias antes que o dinheiro se desmanchasse em suas mãos. A inflação é um terrível imposto, não-votado e invasivo. Assim se vivia antes do Plano Real. Ganhavam apenas aqueles protegidos pela correção monetária de seus ativos e rendas. A concentração de riqueza se havia tornado brutal. Com o Real, uma vez estabilizado o poder de compra, melhorou o acesso do povo a bens essenciais, diminuiu a fome e se facilitou a vida empresarial. Uma janela de prosperidade se abriu para o País.

Mas faltou abrir a porta. O Real não engatou o compromisso com o crescimento. Presos a uma concepção “neo-liberal”, convictos de que bastaria prender numa jaula a hidra da inflação de preços e liberar o comércio internacional para o Brasil acumular ganhos

de produtividade, os idealizadores do Real viram seu plano se transformar num cobertor curto. Para honrar o compromisso com preços estáveis, o País vem sacrificando o crescimento. Engendrou-se uma Doutrina de Juros Altos como método de controlar a inflação. O expediente tem até se revelado eficaz, se desprezados os deletérios efeitos secundários dessa droga financeira. No Quadro, ao comparar a trajetória da inflação de preços desde 1995, acumulando estimados 466%, contra a inflação de juros da Selic, um Everest de 4136% acumulados no mesmo período, temos aí a constatação dramática do enorme custo social associado à estabilidade do Real.

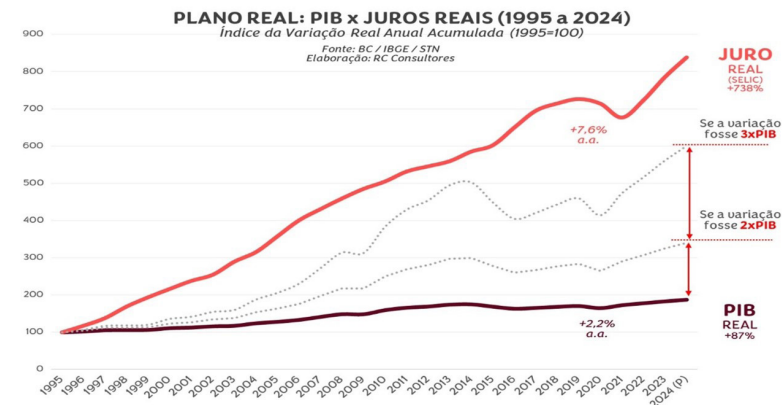
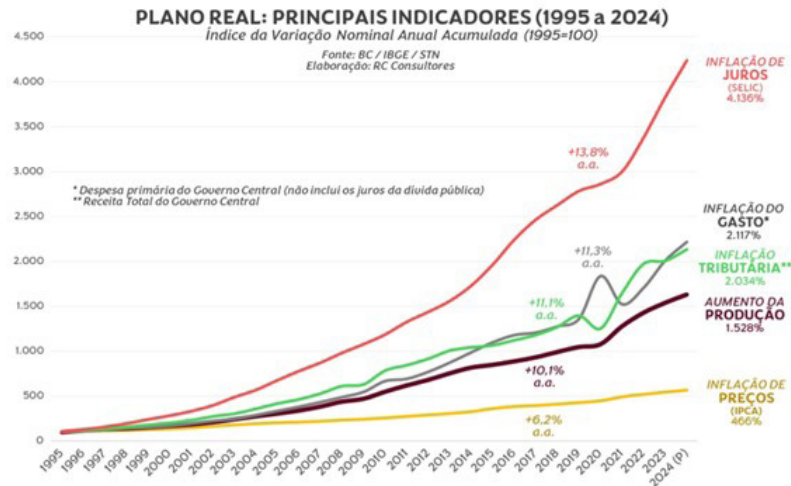
Evidentemente, ninguém dirá que se aplica a Doutrina dos Juros Altos por maldade. Os teóricos de plantão apontam que o motivo-raiz dos juros anormais está no crônico desequilíbrio fiscal decorrente de nossa ébria propensão a déficits de governo. É



fato. A curva evolutiva da despesa primária (sem encargos financeiros) do governo central evidencia, durante todo o período do Real, um irrefreável aumento, da ordem de 2100%, em valores correntes, muito acima da curva do PIB, de 1600% (ver Quadro). Em preços constantes, a comparação fica mais clara: nas três décadas do Real, a despesa primária cresceu num ritmo cerca de duas vezes superior à expansão das atividades reais da economia, que pagam a conta da gas-tança pública. É uma bomba atômica em cima da população trabalhadora e empreendedora. Por fim, observamos que a curva das receitas fiscais tem acompanhado de perto a curva da despesa. Trocamos a hiperinflação de preços por uma mega-inflação de juros, despesas e tributos.

É equivocado afirmar que a solução seria, então, arrecadar mais para cobrir as despesas, como vem defendendo o atual presidente da República. Ele faz uma leitura de cabeça pra baixo. Quem puxa a corrida por uma arrecadação explosiva, com aumentos contínuos de carga tributária, é a despesa total do governo, tanto a primária como a financeira, esta última ainda mais nefasta, porque estéril.

Há um componente de pura crueldade na mistura equivocada que hoje praticamos, de despesas frouxas com juros altos. Explico. É que os juros altos, como “remédio universal”, atuam como um agente depressivo sobre as decisões de gasto das famílias e empresas, adiando consumo e investimento. Mas o setor governo não responde a juros altos. Não está nem aí para uma alta de juros. O governo gasta conforme seu orçamento. Portanto, o que tem ocorrido nesses longos trinta anos, é uma tortura permanente do setor que produz, constrangido por juros altos e tributos cumulativos, esmagado para abrir espaço para os gastos do setor público. Nisso vai uma troca estúpida de despesas que seriam mais produtivas por gastos menos produtivos. Não é por



acaso que a produtividade brasileira permanece estagnada há décadas.

O “remédio” dos juros altos contínuos se converteu em veneno que debilita e mata os organismos produtivos. O abuso dos tributos de consumo, na sanha de cobrir despesas federais e locais, acentua a concentração da renda nacional. O acúmulo de juros sobre juros se converte em mais dívida pública. A autoridade monetária, no entanto, reza sua missa pela metade quando repete, nas Atas do Copom, que a “regra fiscal” precisa ser cumprida, mas esconde que o remédio do juro na lua também aleija e destrói a economia. No cômputo final, vivemos uma mistura de política monetária sufocante e política frouxa de gastos, que torna o país uma grande geleia improdutivo.

Temos, sim, um padrão monetário,

chamado Real. Valeu a pena. Mas não temos um padrão fiscal digno do nome. Não se trata apenas de limitação ao gasto total. Falta avaliação contínua da qualidade e do resultado de cada unidade de gasto público. Falta a flexibilidade legal de se poder cortar ali para se gastar mais acolá. Não se trata, aliás, nem de cortar, mas de saber gastar mais. Isso exigirá uma reavaliação completa do nosso estatuto constitucional financeiro (em relação à gestão das dívidas públicas), do orçamento, do administrativo, do previdenciário e, inclusive, do tributário, já que estamos longe de haver concluído a reforma dos tributos. Essa lista compacta do que o País enrolou e deixou de cumprir nesses ociosos trinta anos do Real, comprometendo o crescimento do PIB, nos invoca uma próxima revisão constitucional ampla, em resgate do fracassado episódio da revisão de 1993.

# BDMG passa a contribuir com a Pesquisa Focus, do Banco Central

*Banco mineiro é o primeiro regional de desenvolvimento a participar do relatório econômico*

Desde o dia 1º de julho já está sendo publicada a Pesquisa Focus com contribuições do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. O BDMG se tornou o primeiro banco regional de desenvolvimento a participar da publicação do Banco Central. Divulgado às segundas-feiras, o material traz a evolução gráfica e o comportamento semanal das projeções para índices de preços, atividade econômica, câmbio, taxa Selic, entre outros indicadores do mercado e do cenário econômico brasileiro.

“Somos o segundo banco de de-

## Boletim Focus Expectativas de Mercado



envolvimento do país a responder ao relatório, uma vez que o BNDES já responde. Em Minas, seremos a terceira instituição financeira a participar do projeto. Entendo que isso é resultado do reconhecimento da imagem do BDMG e do trabalho sério

realizado nos últimos anos”, ressalta o presidente Gabriel Viégas Neto.

A inclusão ocorre após o BDMG passar a publicar boletins econômicos mensais sobre Comércio, Serviços, Produção Industrial e Mercado de Trabalho em Minas, como forma de contribuir com a análise econômica do Estado.

A Pesquisa Focus reúne as expectativas macroeconômicas informadas por um grupo de 172 instituições financeiras participantes no que diz respeito ao cenário econômico brasileiro.

# SKILLS +

**Lançamento**  
**Especialização**  
**100% Online**

## Gestão de Obras com Inteligência Artificial

Inteligência Artificial aplicada no gerenciamento, construção e montagem, integrada à Primavera P6 e MS Project via a solução ALICE Core

Conteúdos e testes inovadores  
com base em formação por competências

Saiba mais e inscreva-se: [skillsmais.com.br](https://skillsmais.com.br)

# VAGAS LIMITADAS

# Levantamento analisa riscos em 12 setores da economia



A KPMG realizou um levantamento que elenca os principais riscos globais existentes e emergentes que podem afetar 12 setores da economia brasileira. A análise foi feita levando em consideração dez fatores de valor que aumentam o preço de um produto ou serviço, tais como lucratividade e liquidez, estratégia, produção e operação, cliente, conformidade, reputação e ética.

“As organizações que utilizam a gestão de riscos corporativos com o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e priorizar as ameaças que possam comprometer a lucratividade estão adotando medidas de prevenção de crises para empresas, colaboradores e partes envolvidas. Diante desse cenário, o levantamento destaca a importância de ter uma visão voltada para o futuro e investir em tendências inovadoras para cada setor”, analisa o sócio-líder de governança, risco e compliance da KPMG no Brasil, Fernando Lage.

Além disso, a publicação traz os

dez principais riscos mais proeminentes para este ano, que são os seguintes:

1. *Ataques cibernéticos;*
2. *Questões relacionadas aos fatores ESG (meio ambiente, social e governança);*
3. *Disrupção na cadeia de suprimentos;*
4. *Disrupção na tecnologia digital;*
5. *Tensões geopolíticas;*
6. *Mudanças nas preferências e demandas dos consumidores;*
7. *Desafios na retenção e atração de funcionários competentes e qualificados;*
8. *Impacto das mudanças e atualizações regulatórias;*
9. *Altos preços e escassez no suprimento de energia;*
10. *Desafios pós-pandemia que afetam as operações setoriais e o impacto social relacionado a isso.*

“O objetivo da publicação é ajudar as organizações no alinhamento dos perfis de riscos com as empresas similares por setor, além de promover a avaliação e gestão dos problemas com alto potencial para o segmento”, finaliza a sócia-diretora de governança, risco e compliance da KPMG no Brasil, Thaís Mendonça.

Os 12 setores analisados na pesquisa são os seguintes: automotivo, educação, bens de alto giro, financeiro, saúde, seguros, indústria de transformação, mineração, petróleo e gás natural, varejo, telecomunicações, viagens, lazer e turismo.

A KPMG é uma rede global de firmas independentes que presta serviços profissionais de auditoria, tributos e consultoria. Está presente em 143 países e territórios, com 270 mil profissionais atuando em firmas-membro em todo o mundo. No Brasil, são mais de cinco mil profissionais, distribuídos em 15 cidades de 10 estados e do Distrito Federal.



# Juros altos afetam mais a indústria

*Segundo estudo da Fiesp, em comparação com outros setores, a indústria de transformação sofre impacto 60% maior de taxas elevadas e sente mais a manutenção da Selic no patamar atual*

As incertezas econômicas nos mercados externo e interno estão impactando vários indicadores, como câmbio, inflação e as expectativas para as taxas de juros deste ano. Se no primeiro trimestre os agentes financeiros chegaram a prever que a Selic, a taxa básica da economia, terminaria 2024 próxima de 9%, agora as previsões começam em 10%.

Uma Selic elevada tem várias consequências. No mundo real, impacta diretamente o crédito, pois os empréstimos e financiamentos ficam mais caros. Com isso, inibe o consumo, uma vez que o custo dos produtos e serviços aumenta. Neste ciclo, a roda da economia vai girando cada vez mais devagar.

“Forma-se uma espiral negativa em que o setor produtivo é duramente atingido”, diz José Maurício Caldeira, membro do Conselho Administrativo da Asperbras Brasil, que atua em diversos segmentos da indústria, do agronegócio e dos serviços. Porém, nem todos os segmentos econômicos são afetados da mesma forma por uma taxa elevada. Estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) concluiu que o impacto dos juros altos é 60% maior na indústria de transformação.

Isso ocorre, no entendimento da entidade, porque a indústria não tem mecanismos alternativos de financiamento, ao contrário de outros setores, cujas empresas captam recursos diretamente no mercado. A indústria não tem Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificados de Recebíveis Imobiliários



rios (CRI), debêntures incentivadas (destinadas ao setor de infraestrutura), nem um Plano Safra.

“O setor industrial sente na veia quando os juros estão altos”, diz José Maurício Caldeira. “E como é o setor que tem o maior multiplicador econômico, ou seja, o que mais irradia crescimento na economia, afeta bastante o desempenho do país como um todo”.

Se tudo correr como o governo planeja, em breve o setor industrial poderá acessar uma nova modalidade de financiamento. No mês passado, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 6235/2023, que cria a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD), instrumento que poderá dar um impulso à neoindustrialização.

Diferentemente das ferramentas de financiamento do agronegócio e do setor imobiliário, as empresas não farão captação de recursos diretamente no mercado. A LCD será emitida pelos bancos de financiamento, ou seja, Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES), Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes). O limite será de R\$ 10 bilhões por instituição financeira.

Pelo texto aprovado na Câmara, a LCD poderá financiar projetos de infraestrutura, da indústria, de inovação e direcionados a micro, pequenas e médias empresas. No longo prazo, as estimativas do governo são de que apenas o BNDES agregue à economia cerca de R\$ 100 bilhões anuais em empréstimos com esse novo instrumento.

“Taxas de juros elevadas são um veneno para quem quer produzir e investir no Brasil”, afirma José Maurício Caldeira, da Asperbras. “Por isso, precisamos de mais instrumentos de crédito, precisamos colocar mais alternativas no mercado, para que os empresários consigam recursos a juros compatíveis com a realidade do setor produtivo.”

# 35 Anos do II Diagnóstico da Economia de Minas Gerais



Exemplares do I e II Diagnósticos da Economia Mineira

Neste mês de agosto completará 35 anos do lançamento do documento intitulado “Economia Mineira 1989: Diagnóstico e Perspectivas”, realizado pelo BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., ocorrido durante a gestão de Carlos Alberto Teixeira de Oliveira como presidente da instituição.

Tratava-se à época, de novo estudo sobre a realidade econômica estadual, brasileira e internacional, sendo considerado na oportunidade como o “Novo Diagnóstico da Economia Mineira”. Teve os seus trabalhos supervisionados por Paulo Eduardo Rocha Brant, cabendo a sua coordenação ao economista Iran Almeida Pordeus.

Na sua apresentação, foram enumerados vários conceitos, cabendo destacar, entre inúmeros, alguns particularmente importantes para a compreensão da realidade da ocasião e que, por incrível possa parecer, ainda são, em boa medida, pouco compreendidos, ainda nos dias atuais. Abaixo, algumas dessas considerações:

- **As questões de natureza ideológica tornam-se secundárias diante da importância de se retomar o crescimento econômico vigoroso e atingir o desenvolvimento;**

- **Não há, mesmo na atualidade, mais lugar para os bancos de desenvolvimento clássicos, mera-**

**mente repassadores de recursos oficiais. Torna-se necessário transformá-los em instituições financeiras que compatibilizem fomento com rentabilidade, ação indutora e catalisadora sobre a economia com eficiência e eficácia empresarial, que concilie, enfim, duas dimensões aparentemente contraditórias, mas absolutamente complementares: a dimensão bancária e a dimensão fomentista;**

- **Urgente buscar resgatar o seu papel fundamental, precípuo e primeiro de agente de transformação da economia de Minas Gerais, não se sugerindo uma volta ao passado, mas inspirando-se nele;**



- Quatro premissas, na apresentação inicial dos trabalhos, foram estabelecidas e continuam consideradas como essenciais, mesmo nos dias atuais:

a) - O futuro da economia de Minas - e da economia do Brasil - deve ser buscado a partir de um enfoque “voltado para fora”, aberto ao exterior.

É na sua inserção no contexto nacional e internacional que se encontrarão os caminhos corretos para o desenvolvimento da economia estadual.

Dir-se-á tratar de buscar uma nova mineiridade, não ensimesmada, mas extrovertida, transparente, permeável, aberta, posto que ainda discreta e recatada;

b) - A visão que se descortina para o futuro próximo pode (precisa e deve) ser considerada otimista e que caminharemos rumo ao nosso habitat natural, o habitat do desenvolvimento e das transformações econômicas e sociais.

No entanto, não significa acreditar na automaticidade da superação dos problemas, mas, ao contrário, ter convicção de que, mais do que nunca, requer-se da Sociedade e do Governo posturas novas, criativas e ousadas.

c) - A aposta que se impõe fazer no desenvolvimento do Estado e do País e na possibilidade de conciliar-se o crescimento vigoroso e a modernização da economia, com a justiça social e democracia.

Por fim, um alerta: “Minas é o Estado-Síntese do País. Daqui deve ecoar, neste momento em que o País está apreensivo pelas suas dificuldades momentâneas e por isto impossibilitado de enxergar o futuro



01.09.89 - Apresentação do II Diagnóstico Mineiro: Carlos Alberto Teixeira de Oliveira entre Maurício Roscoe, José Alencar Gomes da Silva, Lúcio Assumpção e Riuiti Kanadani



Iran Pordeus, Carlos Alberto Teixeira de Oliveira e Paulo Brant, em 01.09.2019 durante o lançamento a jornalistas do II Diagnóstico da Economia Mineira

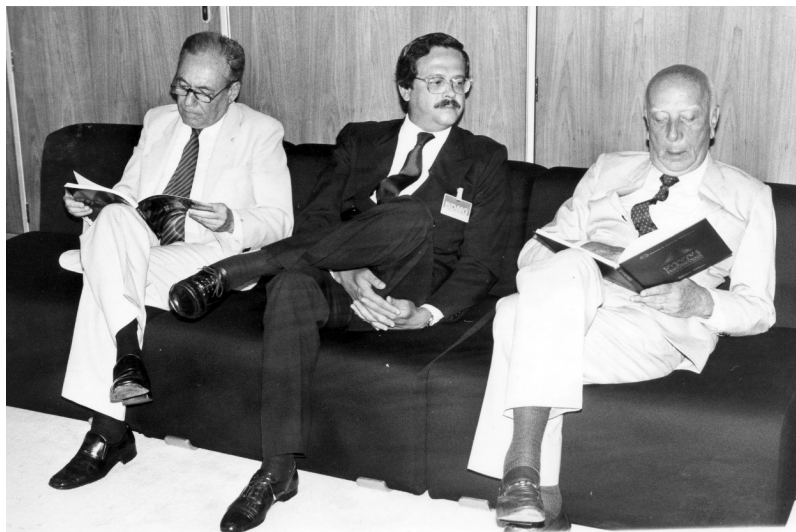
que tem em suas mãos, um grito de esperança e fé. Mas, também, deve ressoar um clamor pela adoção de atitudes novas, corajosas e criativas por parte da Sociedade e do Governo, único caminho para que o sonho se torne real.”

Entre os vários elementos destacados no estudo e que compõem a vasta dimensão dos assuntos nele analisados e tratados, cabem aqui destaques especiais, a seguir apontados e incluídos, não necessariamente numa mesma ordem de importância. Eles consti-

tuem, ainda na atualidade, autênticas fontes inspiradoras a novas tomadas de decisão e de reversão ao quadro também agora manifestado:

*1 - A premissa de que a trilha do País no futuro há de ser identificada e associada como a trilha da modernidade: do crescimento econômico vigoroso - sustentando e sustentável - sintonizado com as grandes e cada vez maiores transformações que se verificam na economia internacional, e voltado para a minimização*





Ulisses Guimarães e Waldir Pires recebendo de Carlos Alberto Teixeira de Oliveira os exemplares do Diagnóstico da Economia Mineira, em 13.09.89

*dos problemas sociais; da democracia, plena e efetiva, onde a real participação de todos os segmentos da Sociedade, nas decisões políticas do País, não se traduza apenas na mera defesa de interesses corporativistas ou no populismo inconsequente, mas que possa sintetizar as suas aspirações maiores, transformando-as em ações factíveis, na direção firme do progresso;*

*2 – Minas Gerais não pode imaginar-se isolada e desconectada do País e do Mundo. Apesar de sua importância relativa e de suas dimensões econômicas, compatíveis com as de inúmeros estados nacionais, deve-se vislumbrar o seu futuro inserido no contexto nacional e internacional. Se esta realidade já era válida no passado, continua absolutamente essencial no presente. Em outras palavras, não se trata de conceber a economia estadual autônoma e autossuficiente, mas integrada de maneira lúcida e compatível com as suas potencialidades, no sistema econômico brasileiro e mundial;*

*3 – Já apontadas à época, conti-*

*nuam imprescindíveis ações de âmbito estrutural que reposicionem a economia estadual e nacional no contexto de uma nova divisão internacional do trabalho. A percepção e o entendimento desses processos, muito ainda em curso e em processo de consolidação, são vitais para o correto e lúcido enquadramento da economia brasileira no quadro internacional, que se configura como determinante deste novo milênio;*

*4 – Só o crescimento vigoroso torna plástica a economia, criando condições para que as ações conscientes e deliberadas do Governo e da Sociedade possam atuar no rumo da atenuação dos problemas sociais e da desconcentração da renda e um lado, e da modernização do aparelho produtivo, de outro. A estagnação da economia enrijece-a, afastando a possibilidade de modificações em sua estrutura e em seus conteúdos;*

*5 – É mister que não se caia no privatismo radical e absoluto. É certo que a superação da crise do Estado brasileiro exige um repo-*

*sicionamento e um redimensionamento do mesmo no contexto da economia nacional. No entanto, sua presença aqui continuará como essencial e insubstituível;*

*6 – A sintonia com o movimento em curso no panorama internacional impõe a abertura da economia brasileira a um relacionamento mais intenso com a economia mundial. Impõe, em consequência, como palavra de ordem, a elevação da eficiência, da eficácia e da produtividade em todos os setores da economia nacional;*

*7 – O conceito de soberania nacional carece ser repensado. A propriedade do capital não deve mais ser encarada como elemento definidor absoluto da mesma;*

*8 – Ao contrário dos ciclos anteriores de crescimento econômico, quando sua ação primou pela prodigalidade e pela concessão farta e indiscriminada de incentivos e subsídios de toda ordem – que ainda explicam em grande medida as suas dificuldades atuais –, o Estado Brasileiro deve pautar (mesmo nos dias atuais) a sua ação pela seletividade nos seus gastos e pela menor participação direta na produção.*

*9 – Sua ação de fomento à economia continua indispensável e insubstituível. Entretanto, tal ação deve dar-se num contexto em que o custo de oportunidade do gasto público é altíssimo. Logo, a gestão da coisa pública deve ser permeada pela eficiência e pela eficácia, os incentivos e subsídios devem ser a exceção extrema e a seletividade na alocação dos recursos públicos, absoluta;*

*10 – A economia brasileira, apesar de seu relativo amadurecimento, carece de ações de fomento que extrapolam a lógica privada de concessão de emprés-*

timos, em especial em relação a alguns segmentos econômicos e a determinadas regiões do País. Tais ações são peculiares aos bancos de desenvolvimento públicos;

11 – A modernização efetiva do País requer ainda agora, de forma urgentíssima, a imediata atenuação dos níveis de concentração da renda.

A estrutura também vigente nos dias atuais de repartição de renda é incompatível, em termos econômicos (à parte os aspectos de ordem ética, social e política) com a modernidade realizada ou proposta ao País. De fato, tal estrutura cerceia a plena utilização do enorme mercado potencial, enquanto instrumento dinamizador da economia. Ademais, deprime as condições de vida e, por conseguinte, o potencial de trabalho da maior parte da população brasileira;

O mercado interno, de um lado, beneficiando-se da exposição da economia ao exterior e da adoção da competitividade internacional como paradigma de referência, absorve a melhoria de qualidade, o desenvolvimento de novos produtos e a redução dos custos de produção. Ressalte-se neste ponto que a busca de eficiência, da eficácia e do aumento de produtividade potencializam as possibilidades de renda do País.

De outro, a expansão do mercado interno criaria e manteria escalas viáveis de produção, aumentando a competitividade internacional, e ampliando a atratividade do País aos investimentos estrangeiros;

12 – Os problemas da área social podem comprometer seriamente os resultados econômicos dese-

jados, e vice-versa. Portanto, o social não pode ser tratado como um apêndice do econômico, mas como parte integrante de um processo mais amplo e equitativo de desenvolvimento socioeconômico;

13 – Desenvolver ações de cunho compensatório e meramente assistencialista atenua, momentaneamente, as carências mais imediatas, mas não resolve de maneira definitiva os problemas sociais. Há que se conceber políticas de redistribuição efetiva da renda, acoplada ao crescimento vigoroso, consistente e harmônico da economia;

14 – Entende-se que a contribuição mais efetiva e precípua do setor industrial ao progresso do Estado e do País e ao bem-estar da população é a produção, a custos decrescentes, de produtos de melhor qualidade;

15 – O esforço modernizante do campo precisa ser preservado, incorporando a irrigação como seu principal instrumento;

16 – É necessário que Minas se reconcilie com a mineração, aceitando a realidade de suas montanhas e fomentando o seu desfrute. A riqueza do subsolo do estado, ainda subavaliada e pouco conhecida, principalmente se se considerar a sua localização privilegiada, é enorme alavanca potencial ao processo de desenvolvimento mineiro no futuro próximo.

Impõe-se, pois ao Governo (assim, ainda hoje) a tarefa de agir incisivamente no apoio ao setor, principalmente no que tange ao melhor conhecimento das virtualidades minerais do estado;

17 – O fator de produção Trabalho, dadas as novas condições

tecnológicas que tendem a se acentuar no futuro, assume o primeiro plano na composição dos recursos produtivos.

A satisfação das necessidades sociais básicas – educação, saúde, saneamento, entre outros – é condição indispensável à qualificação do trabalho exigida pelos novos ambientes tecnológicos. Mais do que nunca, os chamados investimentos sociais devem também ser considerados em sua perspectiva econômica.

18 – É crucial para o enfretamento dos problemas sociais do Estado a disponibilidade de instituições com fôlego técnico-gerencial para implementar de forma eficiente e eficaz as políticas concebidas. É preciso rejuvenescer as organizações, como objetivos sociais, da administração direta e indireta, avaliar seus desempenhos e, se necessário, reestruturá-las;

19 – A macroeconomia de Minas é, fundamentalmente, a macroeconomia do País. Em outras palavras, o comportamento de variáveis tais como o nível global de investimentos, o nível de agregado do emprego e a taxa de crescimento do PIB é, em grande medida, definido em relação ao País como um todo, mesmo porque a política econômica estadual dispõe de poucos instrumentos capazes de influenciar decisivamente a sua direção;

20 – A decolagem da economia mineira, rumo a um novo ciclo de desenvolvimento, exige também que a economia do País reingresse na rota do crescimento firme e sustentado. As perspectivas para a economia de Minas dependem, em grande parte, das perspectivas que se vislumbram para a economia nacional.

# Brasil supera 160 milhões de pets – crescimento é liderado por pequenos animais e gatos

*Cães ainda são maioria, mas verticalização das cidades, apartamentos e famílias menores abrem espaço para animais mais autônomos ou que exigem menores espaços*

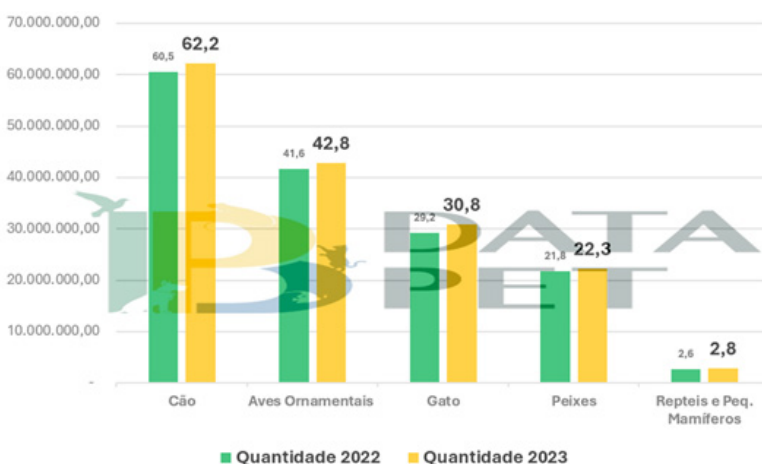
O Brasil possui cerca de 160,9 milhões de animais de estimação. A estimativa é da Abinpet e do Instituto Pet Brasil, e atualiza os últimos dados disponíveis, que davam conta de 155,7 milhões em 2022 – uma alta de 3,33% na população em um ano. Todas as espécies monitoradas pela pesquisa apresentaram crescimento: cães, aves ornamentais, gatos, peixes, e répteis e pequenos mamíferos.

Mais populosos no Brasil, os cães saltaram de 60,5 milhões para 62,2 milhões (alta de 2,8%). Em segundo lugar, as aves ornamentais subiram de 41,6 milhões para 42,8 milhões (alta de 3,0%). Em terceiro, os gatos subiram de 29,2 milhões para 30,8 milhões (alta de 5,4%), peixes ornamentais cresceram de 21,8 milhões para 22,3 milhões (alta de 2,29%) e os répteis e pequenos mamíferos, de 2,6 milhões para 2,8 milhões, alta de 7,6%.

“Apesar do primeiro lugar ainda indiscutível dos cães, é notório que ao lado dos felinos, que já apresentavam crescimento em outras pesquisas, dessa vez observamos que os répteis e pequenos mamíferos têm despertado mais interesse. São animais de menor porte, como as tartarugas-tigre-d’água, e as chinchilas ou hamsters, por exemplo. Os números reforçam a ideia de que a urbanização e verticalização das cidades, com famílias menores, têm feito com que animais com manutenção mais simples e que demandam menos sejam atraentes para um número cada vez maior de pessoas”, comenta Caio Villela, presidente-executivo do IPB.

## DADOS DE MERCADO

Projeções indicam que o mercado pet brasileiro chegará a um faturamento de R\$ 76,3 bilhões em 2024, de acordo com os dados da Abinpet e do Instituto Pet Brasil.



Elaboração: Abinpet e Instituto Pet Brasil

O faturamento do segmento de pet food, que é a venda de alimentos industrializados para animais de estimação, foi de R\$ 41,7 bilhões (54,7% do total do setor). Esse valor corresponde a mais da metade do mercado. Em 2023, o seu percentual de crescimento ficou atrás dos segmentos de pet vet, pet care, serviços veterinários e de vendas totais de animais.

## FATURAMENTO POR SEGMENTO

O pet food continua a ser o produto mais vendido no mercado pet brasileiro. Ele representa 54,7% do faturamento, seguido pela venda de animais de estimação (11%), produtos veterinários (10,5%), serviços veterinários (9,9%), serviços gerais (8,5%) e pet care (5,8%). "Destacamos que os dois segmentos com maior alta entre 2023 e 2024 foram os de produtos veterinários e de serviços veterinários, com 16,1% e 14,2% respectivamente.

O Instituto Pet Brasil (IPB) nasceu em 2013 para estimular o desenvolvimento do setor Pet, composto pelos pilares cria-

ção, produtos e serviços para animais de estimação. A entidade lidera projetos de fomento ao conhecimento, ao empreendedorismo e à inovação, com o objetivo de profissionalizar toda a cadeia pet. Nosso objetivo é construir um setor profissionalizado, e fortalecer a relação entre seres humanos e animais de estimação, que comprovadamente é benéfica para a saúde e o bem-estar de ambos.

O IPB disponibiliza informações relevantes para o setor através do DATA PET, bem como promove a capacitação das empresas brasileiras, gerando mais competitividade e, com isso, serviços cada vez melhores para os nossos melhores amigos.

O Instituto Pet Brasil também oferece aos associados o Data Pet, plataforma integrada de informações consolidadas sobre o Mercado Pet, seus segmentos, Canais de atuação, comércio eletrônico etc. O Data Pet é constituído por diretorias sólidas de pesquisa de Mercado, sua metodologia aborda desde o levantamento de informações.



# A compra e venda de imóveis com a reforma tributária

*Como as novas regras podem impactar as transações imobiliárias para construtoras e pessoa física*

A proposta de reforma tributária no Brasil traz mudanças importantes que afetam diretamente a compra e venda de imóveis. Com a introdução dos novos tributos CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), o setor imobiliário se depara com um cenário de possíveis aumentos de impostos para pessoas físicas e jurídicas. Segundo Eduardo Natal, advogado especializado em Direito Tributário e sócio do escritório Natal & Manssur Advogados, essas mudanças terão implicações significativas no custo final das transações imobiliárias.

Eduardo Natal explica que os novos tributos serão cobrados apenas dos fornecedores que realizem operações de forma habitual e profissional, caracterizando-os como contribuintes. "O puro adquirente de bens imóveis não é obrigado pela lei a prestar contas da CBS e do IBS. No entanto, como o regime de tributação tem como princípio levar a carga tributária para o consumidor final, na prática, ele acabará pagando os tributos, não como responsável legal, mas sim como destinatário do custo dessa incidência", afirma o advogado.

Para quem já possui um imóvel e decide vendê-lo, os tributos CBS e IBS incidirão apenas sobre a diferença entre o preço de aquisição registrado e o valor de venda. "Quando você detém um imóvel no seu ativo e faz a venda por um valor superior ao registrado, os tributos incidem apenas sobre essa diferença", destaca Natal. Esta regra visa evitar a dupla tributação e aliviar um pouco o impacto sobre os vendedores.



No caso de aquisição de terrenos por incorporadoras e construtoras de pessoas físicas, inicialmente não haverá incidência de CBS e IBS, uma vez que uma pessoa física não é considerada contribuinte habitual. "O custo de aquisição desses terrenos não incluirá os tributos, já que uma pessoa física em particular não é obrigada a pagar CBS e IBS", explica o advogado. Isso pode representar uma vantagem competitiva para as empresas que adquirem terrenos de pessoas físicas.

Atualmente, o setor de construção e incorporação imobiliária é tributado pelo Regime Especial de Tributação (RET), com uma alíquota de 4% que engloba PIS/Cofins, Imposto de Renda e Contribuição Social. No entanto, com a reforma tributária, essa alíquota pode sofrer um aumento significativo. "Com a redução de 40% da alíquota base, que passaria de 27% para 15,9%, mais o ITBI de 3%, teríamos uma alíquota efetiva de 18,9%", alerta Natal. Ele ressalta que o aumento da carga tributária é significativo, especialmente considerando

que a mão de obra, um dos principais insumos do setor, não gera direito a crédito tributário.

Para o setor imobiliário, essas mudanças podem resultar em um aumento de custos que será repassado ao consumidor final. Natal enfatiza que, mesmo com os possíveis créditos gerados pela aquisição de materiais e contratação de subempreiteiros, uma nova alíquota efetiva será significativamente maior do que as praticadas atualmente. "A nova alíquota efetiva será certamente acima da casa dos dois dígitos, superando as alíquotas atuais de 4% do RET e 6,73% do lucro presumido", conclui o advogado.

Em resumo, a reforma tributária traz uma série de mudanças que, embora visem simplificar e unificar o sistema tributário, podem resultar em um aumento da carga tributária para o setor imobiliário. As incorporadoras, construtoras e consumidores finais devem estar atentos a essas novas regras e preparar-se para os impactos econômicos que elas trarão.

# BDMG recebe os autores de “30 anos do Real - Crônicas no Calor do Momento”

*Economistas Gustavo Franco e Edmar Bacha discutiram o legado do Plano Real e perspectivas da economia no lançamento do livro em Belo Horizonte*



Os 30 anos do Plano Real foi o tema da edição do dia 24/7 do Ciclo de Debates Econômicos promovido pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), em Belo Horizonte. Os economistas Gustavo Franco e Edmar Bacha lançaram no evento o livro “30 Anos do Real - Crônicas no Calor do Momento”, de autoria dos dois e do também economista Pedro Malan.

Durante a abertura, o presidente do BDMG, Gabriel Viégas Neto, destacou os avanços conquistados a partir da implementação do Plano Real, como o controle da inflação, a promoção de políticas sociais e a criação de um ambiente para investimentos, com geração de emprego e renda.

“Mais do que lembrar do passado, foi uma oportunidade de nos inspirarmos para o futuro. O Plano Real não apenas estabilizou a economia, mas transformou a vida de milhões de brasileiros, principalmente daqueles em situação de maior fragilidade.

Afinal, a inflação atinge diretamente a classe trabalhadora e os mais pobres, pois corrói seu poder de compra com velocidade. A nova política monetária possibilitou a ampliação do acesso ao crédito, facilitando a aquisição de bens duráveis e a realização de sonhos, como a casa própria”, ressaltou o presidente do BDMG.

## DESAFIOS DA ÉPOCA

Durante o bate-papo, os autores falaram sobre controle da inflação, promoção de políticas sociais e desafios superados, além da criação de um ambiente para investimentos, com geração de emprego e renda.

O mineiro Edmar Bacha, ex-presidente do BNDES e do IBGE, pontuou que ele e a equipe econômica à frente do governo à época não sabiam que o plano implementado daria certo. “Não foi fácil. Muitos planos já tinham fracassado. Tão importante quanto a implementação do plano, foi a con-

solidação e a estabilização posterior à implantação, quando vimos que a inflação estava reduzindo ao longo dos anos e que a população havia entendido o que estava sendo feito”, disse. “A democracia é nosso grande trunfo como demonstra o sucesso do Plano Real. Exemplo maior da união da boa técnica com a política, com P maiúsculo. Nosso objetivo é conseguir canalizar a força da democracia para construção de um país rico, justo, sustentável e aberto ao mundo”, finalizou.

Ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco reforçou a importância do Plano Real para a recriação da identidade do país e do futuro vivido nestes últimos 30 anos. “A moeda de antigamente era como uma bandeira que era humilhada, pegava fogo. A inflação crescia desordenadamente, o consumidor ia ao supermercado e os preços aumentavam absurdamente, a moeda perdia poder de compra. Foi um grande desafio”, lembrou. “Percebo no Parlamento atual uma cabeça diferente para os assuntos de inflação e orçamento. Espero que nos próximos 30 anos a gente se transforme em um país rico”, completou, ao defender reformas orçamentárias no país.

O debate foi mediado pelo economista-chefe do BDMG, Izak Carlos da Silva. O evento contou ainda com as presenças dos secretários de Estado Bernardo Santos (Comunicação Social) e Fernando Passalio (Desenvolvimento Econômico), do ex-ministro Paulo Paiva, do presidente do Sebrae Minas e CDL-BH, Marcelo de Sousa e Silva, além de empresários, estudantes, representantes do Banco, entrou outros.

# Dez tendências que o mercado financeiro deve incorporar nos próximos anos



Para as instituições financeiras, a tecnologia é essencial para acelerar o crescimento dos negócios, criar novos produtos e serviços e automatizar processos. Segundo uma pesquisa da Febraban, os bancos devem investir aproximadamente R\$ 47,4 bilhões em tecnologia durante 2024, refletindo um avanço significativo na adoção de novas ferramentas, como o PIX. Isso destaca o Brasil como um dos líderes globais na transformação digital do setor financeiro, prometendo um futuro promissor. Neste panorama, a NAVA Technology for Business, empresa especializada em serviços e soluções de tecnologia, lista dez tendências que esse mercado deve incorporar nos próximos anos.

**1-Segurança da informação e proteção de dados:** Com a digitalização crescente, a proteção contra ameaças cibernéticas é crucial. Em 2024, 25% dos bancos projetam aumentar o número de profissionais na área de segurança cibernética, e 79% das organizações planejam investir em arquitetura, infraestrutura e ferramentas tecnológicas.

**2- Integração de tecnologias emergentes:** Apesar dos avanços digitais, há desafios na adoção eficaz de tecnologias como blockchain e inteligência artificial.

**3- Competição de fintechs e novos modelos de negócios:** Fintechs desafiam com soluções disruptivas, forçando a adaptação rápida e a diferenciação de

serviços pelas instituições tradicionais.

**4- Experiência do cliente:** Os consumidores estão cada vez mais exigentes em relação à experiência do cliente no setor financeiro. Por isso, percebe-se uma crescente demanda por experiências digitais interativas e personalizadas.

**5- Investimento em infraestrutura tecnológica:** Algumas instituições financeiras ainda enfrentam desafios com infraestrutura tecnológica desatualizada, necessitando de atualização de sistemas legados para oferecer serviços digitais de alta qualidade.

**6- Maturidade do uso da cloud:** segundo pesquisa da Febraban, 79% dos entrevistados pretendem aumentar o investimento em cloud, essa ampliação tem promovido escalabilidade, eficiência operacional, flexibilidade no armazenamento e agilidade para mudanças.

**7- Tokenização:** a tokenização emerge como um meio de democratizar o acesso a investimentos em diferentes áreas, como agronegócio e energia renovável, facilitando também o financiamento dessas atividades. O Banco Central estabeleceu a tokenização e as criptomoedas como áreas prioritárias para regulamentação em 2024.

**8- Maior adoção de criptomoedas:** O Brasil se destaca como o sexto país

com maior adoção de criptomoedas no mundo, segundo uma pesquisa feita pela Triple A, com uma base de 26 milhões de investidores. Essa tendência reflete a rápida aceitação dos brasileiros em relação a novas formas de transação financeira.

**9- DREX:** As expectativas para a implantação da moeda digital nacional são elevadas, com o sistema atualmente em fase de testes.

**10- Open Finance:** O sistema ultrapassou 42 milhões de consentimentos ativos, alta de cerca de 97% na comparação com o ano anterior em 2023. Os investimentos realizados pela Estrutura do Open Finance Brasil somaram R\$ 95 milhões, 53% superior ao montante registrado em 2022.

## OBSTÁCULOS PARA ADOÇÃO

Apesar dos avanços e possíveis implementações dessas tendências, o Brasil ainda enfrenta desafios como inclusão digital e capacitação profissional. Investimentos contínuos e regulamentação robusta são fundamentais para consolidar a liderança do país na transformação digital do setor financeiro.

Adriana Viali, CEO da NAVA, entende que, mesmo com os obstáculos, o futuro permanece promissor. “Com investimentos contínuos em infraestrutura e uma regulação sólida, o Brasil não apenas superará os desafios atuais, mas também fortalecerá sua posição como líder global na transformação digital do setor. A inovação constante e a melhoria das práticas operacionais garantirão serviços financeiros mais seguros, eficientes e acessíveis a todos.”

Com mais de 28 anos de atuação, a NAVA Technology for business fornece serviços e soluções de negócios e tecnologia, como Plataforma de AIOps & Observability Strategy, Digital Strategy & Agile Development, Payments, Intelligent Outsourcing, Cloud & Infrastructure Solutions, Advanced Analytics & Automation e Cybersecurity.



# Economia norte-americana: crescimento expressivo surpreende e pode dificultar queda da taxa de juros

**Paula Zogbi**

Gerente de Conteúdo e Research da Nomad



O Departamento de Comércio dos Estados Unidos divulgou no dia 25 de agosto o Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre de 2024. O crescimento real da economia americana, ajustado pela sazonalidade e inflação, foi de 2,8%, consideravelmente acima da projeção, que já embutia um crescimento acelerado de 2,1%, e do primeiro semestre (1,4%).

Gastos relacionados ao consumo pessoal, número observado de perto por agentes econômicos, aceleraram 2,3%, acima do ritmo de 1,5% do primeiro trimestre. Tanto bens quanto serviços tiveram aceleração forte entre abril e junho. Por outro lado, o índice de consumo pessoal que é co-

nhecido como a medida de inflação favorita do FED (PCE), subiu 2,6% no trimestre, uma desaceleração em relação ao crescimento de 3,4% no primeiro trimestre. O dado que exclui preços mais voláteis (alimento e energia), o resultado foi de um aumento de 2,9%, ante 3,7% na leitura anterior

Uma economia robusta, com esse ritmo de crescimento, pode dificultar os próximos passos do Federal Reserve (FED, banco central americano) rumo ao corte de juros, mesmo com dados recentes indicando alívio inflacionário nos últimos meses. A projeção do mercado atualmente é que o primeiro corte ocorra em

setembro, mas o nível de conforto em relação a esse movimento pelos membros do comitê de mercado aberto (Fomc) deve ficar mais claro no comunicado e coletiva de imprensa que sucederão a decisão da semana que vem - que ainda deve ser de manutenção dos juros no patamar atual. Vale lembrar que os movimentos recentes do mercado, especialmente após um dado benigno do CPI de junho, apresentado no início do mês, já precificam dois cortes de juros esse ano, então a surpresa da atividade econômica para cima pode trazer alguma pressão para ativos mais sensíveis aos juros altos, como small caps e os setores cíclicos, como o imobiliário.

# Grupo Patrimar registra recorde histórico de lançamentos e vendas no segundo trimestre de 2024

*Companhia alcança mais de R\$ 1 bi em lançamentos, além de R\$ 724 milhões de vendas contratadas líquidas no período*

A Prévia Operacional do 2º trimestre de 2024 (2T24) e dos primeiros seis meses de 2024 (6M24) do Grupo Patrimar – construtora e incorporadora mineira que atua nas classes econômica, média e alta de Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ) e interior de São Paulo (SP) –, divulgada em 11 de julho após o fechamento do mercado, destaca resultados operacionais históricos da Companhia. Os números revelam um crescimento robusto em lançamentos e vendas, além de um excelente desempenho no índice de valor de venda sobre a oferta (VSO) e um landbank consolidado.

"Esses resultados são reflexo da qualidade dos nossos produtos e da compreensão das dinâmicas do mercado", afirma Felipe Enck Gonçalves, diretor executivo de Finanças e Relação com Investidores do Grupo Patrimar.

O 2T24 foi o melhor trimestre da história em termos de lançamento. O Grupo alcançou R\$ 935 milhões em lançamentos no período, representando um crescimento de 74% em relação ao segundo trimestre do ano passado. No acumulado dos primeiros seis meses de 2024, os lançamentos somaram R\$ 1,149 bilhão, um aumento de 89% comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento expressivo é impulsionado pelo lançamento de quatro novos empreendimentos, totalizando 707 unidades no 2T24. Nos últimos doze meses, os lançamentos totalizaram R\$ 2,45 bilhões, 32% maior que o período anterior.

As vendas contratadas líquidas no 2T24 atingiram R\$ 724 milhões, 57%



## PATRIMAR

superior ao 2T23, marcando também o melhor tri em volume de vendas da história da Companhia. No acumulado do semestre, as vendas somaram R\$ 932 milhões, um aumento de 43% em comparação ao 6M23. Considerando os últimos doze meses, o crescimento foi de 70%, alcançando R\$ 1,8 bilhão. Destaca-se que 90% das vendas líquidas no 2T24 e 89% no 6M24 são atribuídas ao Grupo, com um aumento gradativo na participação dos empreendimentos.

O desempenho de vendas sobre oferta (VSO) também foi destaque na prévia, com 34% no 2T24 e 51% nos últimos doze meses. O sucesso dos lançamentos, como o Icon Golf Residence, no Rio de Janeiro, e o Skyline, em Nova Lima, contribuiu significativamente para esse resultado. Além disso, o Grupo Patrimar encerrou o semestre com um landbank de R\$ 12 bilhões, consolidando uma posição estratégica para futuros lançamentos.

"Estamos extremamente orgulhosos dos recordes alcançados neste trimestre e semestre. Nosso compromisso com a excelência e a inovação nos impulsiona a continuar crescendo e entregando valor aos nossos clientes e acionistas", finaliza Alex Veiga, CEO do Grupo Patrimar.

Em 2023, o Grupo Patrimar completou 60 anos de história. A Companhia, que atua na construção, incor-

poração e comercialização de imóveis, começou sua trajetória em Minas Gerais e hoje também está no interior de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, o Grupo trabalha com empreendimentos voltados para as classes econômica e média com a Construtora Novolar e alta renda com a marca Patrimar Engenharia. Com foco constante em inovação e tecnologia, a Companhia busca aliar eficiência com sustentabilidade e segurança nos projetos e processos corporativos.

Vale destacar que em 2022, a Companhia se afirmou como forte referência no segmento, sendo uma das 10 maiores empresas de construção imobiliária do Brasil, de acordo com o Ranking Nacional de 2022 da Revista O Empreiteiro, além das conquistas do primeiro lugar na categoria Sustentabilidade Financeira e 375º lugar no ranking da Revista Isto É Dinheiro das maiores empresas do Brasil. Também é vencedora em duas categorias do "Oscar" da construção civil, o Prêmio Master Imobiliário 2022, com os empreendimentos Oceana Golf, no Rio de Janeiro, e La Réserve, em Belo Horizonte. Já em 2023, a Companhia conquistou pela primeira vez o selo Great Place To Work, de excelente lugar para se trabalhar. Neste ano de 2024, a empresa conquistou o GTPW pelo segundo ano consecutivo, além de participar no ranking das melhores empresas para se trabalhar de MG.

# Como a IA está revolucionando as vendas

*Precificação inteligente pode elevar o faturamento em até 60%*

A precificação de produtos, uma tarefa tradicionalmente complexa, porém crucial para a lucratividade, está como diversas outras áreas passando por uma transformação com a introdução de sistemas avançados, criando o que chamamos de "preços inteligentes". Utilizando tecnologias como a Inteligência Artificial (IA) e o Machine Learning (ML), essa estratégia promete simplificar o processo e aumentar substancialmente o faturamento das empresas.

Pesquisas recentes indicam que o uso de preços inteligentes pode elevar o faturamento em até 60%. Essa metodologia destaca-se pela capacidade de ajustar valores em tempo real, baseando-se em uma análise detalhada de dados de mercado, comportamento do consumidor e histórico de vendas. Essa dinâmica oferece uma vantagem competitiva em mercados altamente voláteis e com grande oferta.

Leonardo Beling, especialista em vendas da The Wolves, explica que a precificação vai além da simples aplicação de uma margem ao custo do produto. "É essencial considerar múltiplas variáveis, como o panorama de preços do mercado, a demanda dos consumidores, os atributos dos concorrentes, a rotatividade do estoque e o capital de giro disponível", afirma Beling. Ele ressalta que a IA facilita esse processo ao permitir ajustes rápidos e precisos, com base em informações continuamente atualizadas.

Existem casos de negócios em que o faturamento aumentou mais de 60% após a adoção de preços inteligentes, ilustrando o potencial dessa tecnologia. Uma análise da Danone, por exemplo, mostrou melhorias significativas na eficiência operacional e na margem de lucro.



Os benefícios da adoção de preços inteligentes são diversos. "A IA pode reduzir o tempo de reajuste de preços em até 50%, aumentar a precisão dos reajustes em até 95% e prevenir a perda de margem de lucro em até 6%. Esses resultados são possíveis graças ao acesso a dados competitivos em tempo real, permitindo que as empresas reajam rapidamente a mudanças no mercado", destaca Beling.

Implementar um sistema de preços inteligentes pode variar em custo, dependendo das tecnologias e estratégias adotadas. Ferramentas acessí-

veis, como as fornecidas pela OpenAI, podem ser utilizadas, assim como planos de assinatura ajustáveis às necessidades e ao crescimento do negócio.

Em essência, os preços inteligentes representam uma evolução no campo da precificação, possibilitando uma abordagem mais estratégica e responsiva. Com a IA e o ML, as empresas podem não apenas ajustar seus preços de forma mais eficaz, mas também antecipar tendências e se adaptar rapidamente às mudanças do mercado, garantindo maior competitividade e maximização dos lucros.



# FCJ Group anunciou a captação via equity crowdfunding durante a realização do evento Minas Summit

*A captação está sendo feita através da plataforma Investplus devidamente autorizada pela CVM*



A FCJ Group, maior grupo de inovação aberta da América Latina, anunciou durante o Minas Summit 2024 que está abrindo a sua primeira captação através da plataforma de crowdfunding InvestPlus. O objetivo é expandir suas operações na América Latina e, sobretudo, apoiar e divulgar a modelo de equity crowdfunding no ecossistema brasileiro, que amadureceu significativamente nos últimos anos.

Durante o planejamento estratégico da FCJ Group em 2020 a criação de uma plataforma de equity Crowdfunding foi incluído como prioridade, desta forma foi feita a aquisição dos códigos fontes de uma plataforma já autorizada pela CVM, após todos os trâmites legais a nova plataforma foi

aprovida pelo ato declaratório CVM Nº 19.240 publicado no Diário Oficial da União publicado no dia 5 de novembro de 2021 que autorizou a FCJ Invest Ltda a prestar serviços de Plataforma Eletrônica de Investimento Participativo.

Nos anos de 2022 e 2023 foi feito um MVP (“Minimum Viable Product”) para validação da equipe, do conceito e da marca. O MVP demonstrou a necessidade de mudanças da equipe e principalmente do nome fantasia e da marca que passou a ser InvestPlus, após a comunicação junto à CVM e a contratação do Kleisson Sabino, profissional que tinha uma grande experiência na área de Crowdfunding o lançamento foi marcado para o dia 25 de janeiro de 2024.

A primeira oferta foi realizada para a captação da própria plataforma, concluída com sucesso antes do planejado, possibilitando os ajustes finais nos processos e documentações, fechando um primeiro ciclo de captação.

Para fins de segregação jurídica, o FCJ Group optou por não possuir nenhuma startup diretamente vinculada à holding. A participação acionária está distribuída entre as 50 Corporate Venture Builders, que, em conjunto, detêm mais de 300 startups que compõem o grupo. O grande desafio reside em estimular essas startups a incluírem a opção de captação via crowdfunding em seus planos de fundraising, bem como sensibilizar os investidores para

esse tipo de investimento. Apesar de ser regulado e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o crowdfunding ainda é pouco conhecido no Brasil.

Diante desse cenário e com o propósito de impactar positivamente o ecossistema brasileiro, o FCJ Group decidiu realizar uma nova captação de recursos na plataforma desta vez para sua holding. Segundo Justino, CEO e fundador do grupo, "um conselho é bom, porém um exemplo arrasta". Portanto, a segunda captação será conduzida para a captação holding da FCJ.

Apesar de contar com um corpo jurídico robusto e sênior, a companhia optou por contratar um escritório especializado para garantir a conformidade do processo. O escritório escolhido foi a Atra Advogados, que realizou uma revisão minuciosa dos documentos e processos, assegurando o compliance com a Resolução Normativa 88.

A captação irá antecipar o plano de expansão da FCJ na América Latina, visando ampliar a presença do grupo nos demais países latinos, promovendo iniciativas de inovação e desenvolvimento corporativo em mercados emergentes. "Estamos entusiasmados com a oportunidade de expandir nossa rede e apoiar startups inovadoras na América Latina. Nossa missão é conectar profissionais, negócios e governos à inovação, compartilhando riscos e auxiliando na execução de programas de inovação", afirma Marcos Knosel, Diretor de RI da FCJ Group.

O FCJ Group iniciou sua expansão internacional em 2020, com a inauguração da FCJ Europe em Lisboa. Atualmente, a empresa está conduzindo uma iniciativa de rápido crescimento voltada para toda a cadeia do turismo, por meio da Bae Ventures. Em 2021, o grupo lançou a FCJ USA, destacando-se entre as startups a Adiaiu, que já



possui presença nos Estados Unidos, Colômbia, Chile e México.

Hoje, o grupo conta com a Bridge Brasil, que é responsável pelo processo de softlanding de startups internacionais no Brasil. Entre as empresas que se destacam nesse processo estão a Byte In Motion, de Lisboa; a Avalon, dos EUA; e a Cassini, da França; e, mais recentemente, a Clara.ai, do Cazaquistão.

O FCJ Group tem se destacado ao oferecer para empresas de grande e médio porte seu modelo de Corporate Venture Builder, baseado no conceito de Open Venture Builder. Este modelo desenvolve startups já existentes no mercado (open innovation) e as conecta com empresas, em vez de criá-las do zero. Essas startups possuem fundadores, estão em processo de validação ou crescimento e atendem a necessidades reais do mercado. Dessa forma, elas já superaram as fases de concepção e criação, focando agora na validação, crescimento e escala.

Ainda há confusão no mercado entre os conceitos de Venture Builder e Venture Capital. De maneira simplificada, o Venture Capital investe financeiramente em startups, buscando sua valorização. Já o Venture Builder não investe recursos financeiros, mas atua como um cofundador

estratégico, agregando conhecimento, networking, acesso ao mercado, processos e governança, complementando os perfis dos fundadores. Trabalha próximo à startup, elevando sua maturidade e trazendo experiência. Na prática, esses modelos são complementares, pois ambos visam o crescimento das startups.

"A FCJ Group está dando um passo significativo para fortalecer o ecossistema de inovação na América Latina ao abrir sua primeira captação através da plataforma InvestPlus. Com uma estratégia robusta e foco no modelo de equity crowdfunding, a empresa não apenas visa expandir suas operações, mas também educar e engajar investidores e startups nesse formato de financiamento.

A iniciativa destaca a capacidade da FCJ em adaptar-se às necessidades do mercado e liderar a inovação aberta, promovendo o crescimento sustentável e a transformação digital em empresas de todos os portes. A expansão planejada para a América Latina reflete o compromisso do grupo em conectar profissionais, negócios e governos à inovação, impulsionando o desenvolvimento econômico e tecnológico da região", conclui Justino, CEO da FCJ Group.

\*Não invista antes de entender as informações essenciais da oferta.

# Porto é a nova patrocinadora do BeFly Hall, em Belo Horizonte

*A iniciativa, alinhada ao plano de negócios da companhia para Minas Gerais, tem como objetivo aproximar ainda mais a Porto dos mineiros*



Com a missão de estar ainda mais próxima do público de Minas Gerais, a Porto é agora a nova patrocinadora de uma das principais casas de espetáculos de Belo Horizonte, o BeFly Hall. Essa é a mais recente iniciativa da companhia para fortalecer sua base de atuação no Estado e incentivar a cultura, mostrando todo seu ecossistema de produtos e serviços, além de destacar a importância dos seus corretores parceiros.

Localizado no coração da região Centro-Sul de Belo Horizonte, o BeFly Hall é um complexo de eventos e shows, com 2.500 m<sup>2</sup> de dimensão, 52 metros de vão livre, palco com 187 m<sup>2</sup> e capacidade para até cinco mil pessoas. Depois de três anos de portas fechadas, o novo contrato de operação e administração da casa foi

firmado em setembro de 2022, e a casa reinaugurada em 2023. Somente naquele ano, o espaço recebeu mais de 66 mil pessoas. Palco de grandes espetáculos nacionais e internacionais, o BeFly Hall está sempre presente nos circuitos das maiores turnês que escolhem Belo Horizonte como uma de suas paradas.

“Esta é uma iniciativa que nos aproxima ainda mais dos mineiros, mostrando que a Porto faz questão de estar presente em todos os momentos. Além disso, confirma o quanto buscamos melhorar a vida das pessoas por meio da experiência do entretenimento, reforçando a nossa mensagem que ‘todo o cuidado é Porto’. Estaremos de braços abertos com o Camarote Porto, um espaço com capacidade para 30 pessoas, pron-

tos a receber os nossos convidados”, reforça Luiz Arruda, VP Comercial e Marketing da Porto.

Com o patrocínio, os clientes Porto Bank terão desconto de 10% na compra de ingressos, alimentos e bebidas comercializados dentro do BeFly Hall. Também faz parte do pacote de benefícios desconto em estacionamento parceiro.

Para Rômulo Rocha, sócio do Grupo Chevals, administrador do BeFly Hall, a parceria com a Porto é uma união de histórias que partilham valores similares. “Esta novidade que celebramos com alegria trata-se de algo que vai além de um patrocínio. São duas marcas que se cruzam e que, em suas histórias individuais, já trabalham há bastante tempo para



trazer boas experiências às pessoas. Ambos os projetos acreditam na oferta da cultura e do entretenimento, bem como no potencial que a capital mineira tem de expandir a oferta de possibilidades nesses eixos para o seu público”, destaca.

## CONEXÕES COM PESSOAS, ARTE E CULTURA

Além da novidade do patrocínio ao BeFly Hall, a Porto apoia outras iniciativas no Estado, incluindo o Minas Tênis Clube, o Praia Club e a Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, num movimento que solidifica a visão da empresa no incentivo à cultura e ao entretenimento, a exemplo do próprio Teatro Porto, inaugurado em 2015 na cidade de São Paulo, ao lado da sede da companhia, e de outros grandes patrocínios como Cirque du Soleil e GP São Paulo de Fórmula 1, entre outros.

A ação visa consolidar a Porto como a seguradora dos mineiros, além de proporcionar ao público uma experiência de conexão por meio da música e da cultura. “Minas Gerais é uma das regiões prioritárias para a companhia e essa iniciativa tem como objetivo estreitar ainda mais nosso laço com o público local e com nossos parceiros corretores. Trabalharemos forte para aumentar a penetração dos produtos e serviços de todas as unidades de negócios no Estado, que tem um grande potencial de consumo e é uma praça extremamente importante não apenas para a Porto, mas também para o mercado nacional.” ressalta Arruda.

“Estamos certos e confiantes de que esse patrocínio da Porto ao BeFly Hall, e os demais nos quais já estamos inseridos, será uma plataforma de relacionamento valiosíssima com todos os nossos públicos, incluídos aí os corretores que são nosso apoio incondicional e que poderão aproveitar experiências exclusivas por meio das ações da plataforma de incentivo Fecha com a Porto”, comenta Wesley

Andrade, Diretor Comercial da região Minas Gerais e Centro Oeste.

## UM ESTADO DE OPORTUNIDADES

Localizada na região mais desenvolvida economicamente (Sudeste), Minas Gerais é o quarto maior estado em extensão territorial do Brasil. De acordo com dados atualizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abriga em torno de 21 milhões de habitantes e uma densidade demográfica de aproximadamente 35 habitantes por quilômetro quadrado.

Com mais de 1 trilhão de reais, detém o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, atrás somente dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Sua contribuição para o PIB nacional é de 9,4% e no âmbito regional, sua participação é de 16,1%. A composição do PIB mineiro é: agropecuária 6,8%, indústria 29,9% e serviços 63,3%.

Como estratégia principal para o Estado, a companhia tem reforçado seus serviços para automóveis e residências em mais de 500 cidades mineiras, com o apoio de 760 bases para atendimento a serviços automotivos e 82 bases para serviços residenciais.

E como Todo Cuidado é Porto, o cliente pode contar com toda a qualidade e credibilidade da prestação de serviço da empresa, além de ter mais agilidade no atendimento das solicitações.

Dessa forma, mais mineiros podem usufruir vantagens como:

- *Profissionais uniformizados e treinados;*
- *Agendamento 24h para encanador, eletricista, chaveiro, reparo de eletrodomésticos e móveis;*
- *Segurança de ter um profissional Porto na sua casa;*
- *Senha para confirmar a visita da pessoa prestadora de serviço;*

- *Solicitação de serviços 24h pelo aplicativo da Porto;*
- *Cancelamento e reagendamento grátis;*
- *Serviço com garantia de mão de obra até 90 dias.*

Dentre os serviços para a casa disponíveis estão: reparo de eletrodomésticos, hidráulica, elétrica, chaveiro residencial, desentupimento, limpeza e desentupimento de calhas e condutores, substituição de telhas, conversão de gás para o fogão, reparo de ar-condicionado, instalação de ventilador de teto, atendimento residencial a terceiro, pequenos reparos em móveis e troca de vidros. Já para o carro estão contemplados serviços de assistência como: guincho sem limite de km, troca de bateria, troca de pneus, chaveiro e motorista da vez.

Atualmente, a Porto conta com inúmeros corretores em Minas Gerais, profissionais extremamente preparados para analisar e oferecer a melhor opção de seguro para cada necessidade.

A Porto é mais que uma seguradora, é um ecossistema de soluções de serviços de proteção com tecnologia embarcada, para melhorar e facilitar a experiência do cliente. Com mais de 75 anos de mercado, a companhia possui quatro unidades de negócios: Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Bank e Porto Serviço. Além de 17 milhões de clientes únicos, 13 mil funcionários, 13 mil prestadores e 36 mil corretores parceiros, a empresa conta ainda com sucursais e escritórios regionais em todo o Brasil. Fazem parte do universo Porto: Azul Seguros, Itaú Seguros de Auto e Residência, Porto Seguro Uruguay entre outras. Em 2023, a companhia apresentou R\$ 31,7 bilhões de receita e lucro líquido de R\$ 2,26 bilhões. O momento é de aceleração do crescimento e expansão de novas frentes de negócio para lançar cada vez mais produtos inovadores e ser cada vez mais um porto seguro para as pessoas e seus sonhos.



# Cooperativismo: ONU tem muitos motivos para dedicar o ano 2025 ao setor

*Cooperativas mineiras comemoram Dia Internacional com crescimento acima da média*



Se houvesse um ranking de modelos de negócios que mais contribuem para o desenvolvimento econômico sustentável, a distribuição de renda e a prosperidade social, o cooperativismo certamente estaria no topo. Confirmando a força desse setor, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 2025 como o Ano Internacional das Cooperativas, e pretende incentivar os 193 países-membros e os dois Estados observadores não membros a adotar medidas que fortaleçam o movimento cooperativista, por meio de iniciativas de abrangência nacional e internacional. Números que atestam um desempenho econômico-financeiro e social acima da média carimbam o protagonismo do segmento, celebrado globalmente no dia 6 de junho – Dia Internacional do Cooperativismo. “Temos um modelo de negócios que é ímpar no mundo, pois produzimos com eficiência, fortalecemos o mercado e ainda desempenhamos um papel crucial na inclusão econômica e social das comunidades”, comemora o presidente do Sistema Ocemg, Ronaldo Scucato.

O Brasil tem 61,5 milhões de pessoas envolvidas direta e indiretamente com o cooperativismo, considerando as famílias de 20,5 milhões de cooperados. Em Minas Gerais, 47% da população está de certa forma ligada a um dos ramos cooperativistas – agropecuário, saúde, crédito, transporte, consumo, infraestrutura e trabalho e produção de bens e serviços –, se contabilizados três membros por família de cada cooperado. Ao todo, são 785 cooperativas e 3,2 milhões de cooperados, representando 12,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado.

Além disso, enquanto a economia mineira cresceu 3,1% em geração de riquezas em 2023 (segundo dados da Fundação João Pinheiro), as cooperativas expandiram em 9,5% sua movimentação financeira, em 15% seu número de cooperados e em 5,2% sua geração de empregos. “Somos uma alavanca para o desenvolvimento econômico de Minas, crescendo dois dígitos a cada ano e dobrando de tamanho a

cada cinco anos. Além de promover a sustentabilidade, o modelo cooperativista é um excelente negócio”, afirma Scucato.

O segmento emprega 57,4 mil pessoas no Estado, 93,7% nos ramos de agronegócio, saúde e crédito. Nos últimos cinco anos, a geração de postos de trabalho pelas cooperativas subiu 25,9%. Mas os motivos da ONU para lançar luz sobre o cooperativismo, como tem sido feito, vão muito além. Com ações concretas de voluntariado, responsabilidade social e ambiental, as cooperativas cuidam de fato das pessoas que estão em seu entorno. Um bom exemplo disso é dado pelo Dia de Cooperar (Dia C), o maior movimento de voluntariado cooperativista do Brasil, que nasceu em Minas e se tornou referência no país. Recém-celebrado (este ano, a comemoração aconteceu em 6 de julho), o programa criado para estimular ações permanentes de voluntariado nas cooperativas já contabiliza 505.626 voluntários e 14.766.743 pessoas beneficiadas no Estado desde 2009. Somente em 2023, 277 cooperativas mineiras desenvolveram ações nesse sentido, mobilizando 14.646 voluntários. As iniciativas aconteceram em 409 cidades do Estado, beneficiando 579.629 pessoas.

No Brasil, o Dia C já mobilizou, desde sua origem, 1.374.168 voluntários, que contribuíram de alguma forma para o bem-estar e a prosperidade de 29.236.684 pessoas. Em 2023, 140.008 voluntários de 2.005 cidades e 1.091 cooperativas estiveram engajados em ações que atenderam a 3 milhões de pessoas. São números que precisam ser enaltecidos. Como a própria ONU já constatou



# Operações de cooperativas são parcialmente tributadas na regulamentação da Reforma Tributária

*Texto do projeto foi positivo ao reconhecer o ato cooperativo de forma mais ampla e prever redução a zero das alíquotas sobre operações de cooperados ou entre cooperativas e suas centrais, mas não isentou as operações de venda, deixando incerteza sobre o real impacto sobre o setor*

As operações entre cooperativas e associados, que corriam o risco de serem tributadas na proposta original da Reforma Tributária, foram parcialmente tributadas, de acordo com o texto de regulamentação do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados. Segundo o Martinelli Advogados, um dos principais escritórios de advocacia do país, o texto estendeu a todas às cooperativas a possibilidade de optar pelo regime específico de IBS e CBS, com redução a zero das alíquotas de IBS e CBS incidentes sobre as operações praticadas com os cooperados ou entre cooperativas e centrais.

Dessa forma, foi retirado o trecho da proposta original que vedava essa opção para as cooperativas de consumo, de crédito, de saúde, de produtores rurais e de transportadores autônomos. Além disso, foi assegurada a possibilidade de dedução da base de cálculo do IBS e da CBS de 50 dos valores pagos por cooperativas de saúde a seus associados.

Em contrapartida, não foram desoneradas as operações de venda de produtos e serviços das cooperativas, que atualmente são isentas. “O texto de regulamentação da Reforma Tributária registrou avanços ao reconhecer o ato cooperativo de forma mais ampla, conforme previsto na Constituição, prevendo a isenção sobre as operações praticadas com



os cooperados ou entre cooperativas e suas centrais. Mas não isentou as operações de vendas ao mercado, que atualmente não são tributadas”, explica Cintia Meyer, advogada tributária e sócia do Martinelli. Com isso, as cooperativas passarão a ser tributadas nesta etapa de venda ao mercado como se fossem uma empresa comum de qualquer setor.

Segundo Cintia, ainda será neces-

sário avaliar qual o impacto efetivo nas cooperativas dos pontos previstos na regulamentação da reforma tributária, entre os prós e contras sobre as operações do setor.

O Martinelli Advogados é um escritório full-solution voltado à advocacia empresarial, que também atua com forte viés em Consultoria Jurídica, Tributária, Fiscal e em Finanças Corporativas.

# Quase um terço das empresas do país será impactada pela Reforma do Código Civil

*Sociedades limitadas são o tipo mais comum de formalização de negócios do Brasil, atrás apenas dos Empreendedores Individuais*

Aguardando sua votação final, a Reforma do Código Civil pode transformar muitos dos aspectos das rotinas empresariais e, ao contrário do seu objetivo inicial, gerar ainda mais insegurança jurídica. As mudanças previstas para as sociedades limitadas, por exemplo, podem impactar quase um terço das organizações do país. Conforme o Mapa das Empresas, do Governo Federal, cerca de 7 das 22 milhões de práticas empresariais são sociedades limitadas, representando três a cada 10 empresas do país.

“Estamos falando de um universo do segundo maior perfil de estruturação empresarial do país, atrás apenas dos Empresários Individuais, que somam 14,7 milhões”, ressalta o advogado especialista em Direito Tributário, Dr. Jorge Coutinho. “Entre elas, encontra-se a Sociedade Limitada Unipessoal (SLU), que se caracteriza pela existência de um sócio único no quadro social. Nessa modalidade, ao contrário dos empresários individuais, há a separação do patrimônio do sócio único daquele da sociedade limitada unipessoal, oferecendo maior proteção ao empresário frente aos riscos das atividades negociais”, explica.

O texto da Reforma do Código Civil prevê que a SLU só possa ser composta por pessoas físicas, retirando esse direito de pessoas jurídicas. “Não me parece adequado estabelecer um instrumento multifuncional e destinado para fomento econômico, tão típico do direito privado, apenas às pessoas físicas. Até mesmo porque



a SLU foi adotada por diversas pessoas jurídicas desde a Lei da Liberdade Econômica, de 2019, e o texto não prevê quais as consequências práticas da modificação, apenas prazo de dois anos para a adequação à nova legislação”, afirma Coutinho.

As Sociedades Limitadas Unipessoais foram adotadas por muitas pessoas jurídicas para diversos fins, como planejamento sucessório, constituição de holdings, entre outros propósitos. “Existiam diversas hipóteses para a adoção deste instrumento, que permitiu a estruturação de atividades por meio de uma sociedade regularmente constituída”, esclarece o especialista em Direito Tributário.

“Embora as SLUs tenham surgido, principalmente, para otimizar a operação dos pequenos e médios

empreendedores, possibilitando que esses criassem uma sociedade sem que houvesse a necessidade de sócios, essa também se mostrou um instrumento relevante para criação de estruturas empresariais para pessoas jurídicas. A possível mudança com a reforma do Código Civil coloca em risco jurídico diversas dessas complexas organizações desenhadas nos últimos 5 anos”, diz.

Ressalta-se que, em dezembro de 2022, houve a extinção do tipo societário Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (Eireli), sendo que as existentes foram reenquadradas automaticamente pela Receita Federal como Sociedade Limitada Unipessoal (SLU). “Se não revista, a reforma poderá gerar uma grande insegurança jurídica no país”, complementa Dr. Jorge Coutinho.

# Banco Mercantil dá início à segunda fase do plano de expansão e inaugura novos pontos de atendimento no Nordeste

*Objetivo é oferecer ao público 50+ um hub de experiências e funcionalidades baseadas em tecnologia e pensados exclusivamente para o cliente*

O Banco Mercantil (B3: BMEB3, BMEB4), instituição financeira com foco no público 50+, anuncia a abertura de novos pontos de atendimento na região Nordeste nesta semana, em Maceió (AL) e Salvador (BA). O anúncio faz parte do plano de expansão iniciado em junho, com a inauguração de sete novas lojas, sendo seis capitais do Nordeste - Aracaju (SE), Teresina (PI), São Luís (MA), Natal (RN), Recife (PE) e Fortaleza (CE) - e mais uma no Norte do país, em Belém (PA). Também está prevista a inauguração de mais duas ainda este mês, em João Pessoa (PB) e Vitória (ES).

As novas lojas servirão ao público como um hub de conexão, oferecendo aos clientes a possibilidade de conhecer e experimentar os serviços, produtos e funcionalidades do banco. A instituição já possui uma rede com quase 300 pontos de atendimento distribuídos em cerca de 200 cidades. Com a expansão, 16 estados passam a contar com ponto físico do Mercantil.

Nas novas unidades, os clientes terão contato com a tecnologia desenvolvida pelo banco para atendimento ao público 50+. A ideia é gerar uma imersão cada vez maior ao universo de digitalização que vem sendo aplicado gradualmente no setor bancário, e que já faz parte da estratégia de negócios do Banco Mercantil.

## POTENCIAL DE NEGÓCIOS

Vice-presidente de Clientes, Crescimento e Marketing do Banco Mercantil, Bruno Simão dá detalhes dos motivos para a expansão. “O movimento de crescimento e expansão faz parte do DNA do Banco Mercantil, o que nos levou para regiões nas quais acreditamos que exista potencial e aderência ao modelo de negócios do banco. Estarmos presentes fisicamente nessas capitais é uma maneira de



atender nossos clientes da forma como eles preferem, em paralelo à nossa missão de ser o maior e melhor ecossistema financeiro para o público 50+.”

Para dar suporte à expansão, o Banco Mercantil vem trabalhando em uma estratégia de marketing diferenciada, considerando diversas frentes e as características locais de cada capital. Isso engloba um mix de plataformas de mídia digital, de mídia aberta (rádio e TV) e as opções out of home (outdoor, busdoor, entre outras).

A ideia do Banco Mercantil é replicar nessas capitais o mesmo sucesso que o banco detém nas operações físicas atuais. Existem planos para continuar expandindo as operações do banco para outros territórios no futuro próximo.

## PRESENÇA DIFERENCIADA

De acordo com Bruno, o diferencial do banco continua sendo o foco total no atendimento ao cliente. “Tudo o que fazemos é pensando no cliente, com o respaldo da tecnologia, e inspirado em suas

necessidades. O mercado caminha cada vez mais para a digitalização. No Banco Mercantil, ela se dá por meio do uso crescente do WhatsApp como canal de atendimento, e pelo aplicativo do banco, ambos oferecendo experiências integradas e personalizadas”.

Com a chegada em novas praças, o Banco Mercantil também irá promover novas oportunidades de empregos diretos e indiretos nas duas regiões. “Nós carregamos em nosso DNA o propósito de oferecer aos clientes uma experiência única e disruptiva. Com esta expansão, estamos comprometidos em levar essa vivência para novos territórios, contribuindo também para o desenvolvimento econômico e social dessas regiões”, finaliza o executivo.

O Banco Mercantil (B3: BMEB3, BMEB4) vem passando por uma importante transformação nos últimos anos, pautada no investimento em inovação, dados, tecnologia e pessoas. Contando com mais de 8,2 milhões de clientes, o banco mineiro tem foco no público com 50 anos ou mais, e carrega em seu DNA o propósito de oferecer a seus clientes uma experiência única.

Sustentado por seus talentos, o crescimento dos números vem acompanhado de posições de destaque nos rankings de melhores empresas para se trabalhar em Minas Gerais e na 5ª colocação dos maiores pagadores de benefícios previdenciários do país.

O Banco atingiu o patamar de excelência na pesquisa NPS (Net Promoter Score), que fornece informações sobre fidelidade dos clientes e seu grau de satisfação com produtos e serviços, apurada de forma contínua. A instituição já possui uma rede com quase 300 pontos de atendimento distribuídos em 240 cidades pelo país.



# Construção é a atividade com mais ações trabalhistas de acidentes de trabalho e a atividade bancária tem o maior número sobre doença laborativa

*Pesquisa apontou que existem atualmente 939,8 mil ações trabalhistas ativas envolvendo a ocorrência de acidentes de trabalho e doença ocupacional no Brasil*



Há 52 anos, no dia 27 de julho, era instituído o Dia Nacional da Prevenção de Acidentes de Trabalho, data que tem como objetivo principal reduzir os índices de acidentes, doenças ocupacionais, fatalidades e os custos decorrentes desses eventos. O dia não é um momento de celebração, mas sim de chamar a atenção para a melhor qualidade de vida, saúde e proteção dos trabalhadores.

O cenário atual no que diz respeito a acidentes de trabalho no país não é nada positivo. Pesquisa realizada pelo escritório LBS Advogadas e

Advogados, por meio da plataforma DataLawyer, apontou que existem atualmente 939,8 mil ações trabalhistas ativas envolvendo a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais no Brasil.

Ainda segundo a pesquisa, a profissão com mais processos registrados referentes a acidentes de trabalho é a da construção de edifícios com 24.087 casos. Na sequência, aparecem as profissões nas áreas de: transporte rodoviário ( 19.753); administração pública em geral (17.740). Quanto a doenças laborativas, a atividade ban-

cária aparece em primeiro lugar com 16.124 casos, e na sequência: abate de aves (14.349) e administração pública (8.664).

“É um número alarmante, frisando que esse é o número de pessoas que recorreram ao Judiciário Trabalhista para questionar a lesão sofrida no ambiente de trabalho. A ferramenta SmartLab (uma parceria do Ministério Público do Trabalho com a OIT) traz o número de 612,9 mil de CATs abertas somente no ano de 2022 (os dados de 2023 não foram apresentados ainda), além desse número a

ferramenta aponta uma média de 18,9% de subnotificações, portanto, a existência de quase 20% de acidentes não registrados.”

### QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS CAUSAS DE ACIDENTES DE TRABALHO?

Dentre as inúmeras causas de acidentes no trabalho, uma outra pesquisa do SmartLab - Promoção do Trabalho Decente Guiada por Dados aponta que, entre 2012 e 2022, 14,8% dos incidentes foram provocados por máquinas e equipamentos, 12,7% por queda do mesmo nível, 12,7% por agente químico, 12% por agente biológico, 11,6% por veículos de transporte, 8,65% por ferramentas manuais e 7,52% por queda de altura.

### O QUE FAZER AO SOFRER UM ACIDENTE DE TRABALHO?

A sócia e advogada do LBS Advogadas e Advogados Luciana Barretto alerta para que, em caso de acidentes, o trabalhador ou trabalhadora busque o quanto antes o atendimento médico e informe imediatamente o empregador para assegurar a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).

“A CAT é fundamental para o trabalhador, pois constitui uma evidência que comprova o ocorrido, possibilitando solicitar benefícios previdenciários e obrigar a empresa a indenizar o empregado pelos impactos na sua capacidade de trabalhar. O documento pode ser emitido pela empresa, pelo trabalhador acidentado, seus dependentes, pelo médico que atendeu o funcionário ou pelo sindicato. E mais importante: o registro deve ser feito no máximo até o primeiro dia útil após o acidente e, em casos de fatalidades, imediatamente”, afirma a advogada.

Luciana explica que a CAT pode ser feita diretamente pelo site da Previdência Social com o preenchimento dos campos necessários ou mesmo

presencialmente em alguma agência do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Também é fundamental observar os três tipos distintos de comunicação existentes. Confira:

**1) CAT Inicial:** utilizada quando o acidente de trabalho ocorre pela primeira vez, ou quando há uma doença ocupacional ou um acidente de trajeto;

**2) CAT de Reabertura:** acionada quando há um agravamento das lesões devido a um acidente ou doença relacionada ao trabalho.

**3) CAT de Óbito:** aplicada em casos de falecimento de um colaborador devido a um acidente ou doença vinculada ao trabalho.

No momento do acidente, é importante que as entidades de representação sindical prestem assistência aos trabalhadores para garantir que a CAT seja emitida e todos os deveres da empresa sejam observados.

A advogada trabalhista reforça que “o processo judicial somente será evitado com atuações que previnam o acidente e a doença laborativa”. Para isso, é essencial que a empresa siga as normas legais existentes, em especial as Normas Regulamentadoras, e que capacite e fiscalize os trabalhadores na atuação de suas atividades. Sendo que a orientação do técnico e/ou engenheiro em segurança do trabalho é essencial para as melhores práticas preventivas quanto ao acidente e doenças laborativas.

Para as empresas que são elegíveis à CIPA, é importante o fortalecimento e a autonomia da Comissão, combinada com a escuta efetiva e a capacitação dos trabalhadores para a prevenção de acidentes e doenças no ambiente de trabalho.

Em caso de acidente ou doença laborativa, o empregado tem direitos significativos, incluindo o auxílio-

-doença acidentário e a estabilidade provisória, e pode procurar orientação jurídica para garantir que esses direitos sejam cumpridos, complementa Barretto.

### QUAIS LEIS PROTEGEM OS TRABALHADORES EM CASOS DE ACIDENTES?

A advogada Luciana Barretto aponta que a legislação trabalhista oferece inúmeros dispositivos de proteção legal. Confira algumas leis:

#### Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);

**Lei nº 8.213/1991:** dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e define o acidente de trabalho e os direitos dos trabalhadores em caso de ocorrência de acidente;

**Decreto nº 61.784/1967:** aprova o Regulamento do Seguro de Acidentes do Trabalho, estabelecendo diretrizes para a cobertura e benefícios em casos de acidente de trabalho;

**Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego:** estabelecem requisitos mínimos de segurança e saúde no trabalho, visando prevenir acidentes e doenças ocupacionais.

Além disso, Luciana comenta que ações recentes da Justiça do Trabalho estão contribuindo para reverter o alto número de casos de acidentes no trabalho. “A criação do Programa Trabalho Seguro da Justiça do Trabalho tem contribuído para redução de acidentes fazendo com que as empresas possam implementar programas de conscientização, a realização da CIPA e o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), que é fundamental para evitar tragédias. A Norma Regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho define o EPI e obriga as empresas a fornecê-lo gratuitamente, em perfeito estado, quando as medidas de proteção coletiva não são suficientes”, explica Barretto.

# Reforma Tributária: a extinção dos Juros sobre Capital Próprio pode afetar o investimento nas empresas brasileiras

*Entre outras consequências, está o aumento dos preços e a redução de empregos.*

A proposta de extinguir a dedutibilidade dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), conforme o PL 2337/2021, tem dividido opiniões e gerado intensos debates. Para muitos, esta medida representa um esforço para equilibrar a carga tributária e aumentar a arrecadação fiscal.

Jéssica Amorim, coordenadora da Tax All, especializada em consultoria tributária, enfatiza que “a extinção dos JCP causaria baixa atratividade dos investimentos nas empresas brasileiras, impacto da desvalorização nos preços aos consumidores finais, além do consequente aumento do desemprego.”

Recentemente aprovada pela Câmara dos Deputados, a Reforma Tributária redefine o panorama fiscal do Brasil. Destacam-se, para a próxima fase da reforma, a taxação de dividendos e o fim dos JCP, que até então eram uma ferramenta essencial para empresas em busca de redução de endividamento e atração de investidores.

Diante do iminente fim dos benefícios dos JCP, surgem propostas alternativas, como o modelo Allowance for Corporate Equity (ACE), adotado com sucesso em países europeus. Esta abordagem traz incentivo fiscal sobre o rendimento do capital investido na empresa, tendo como base as variações do patrimônio líquido no período, sem que haja distribuição efetiva do capital.

Essas mudanças não apenas reestruturam o cenário tributário, mas também têm o potencial de impactar



profundamente a dinâmica econômica e a competitividade das empresas brasileiras no mercado global. A adoção de medidas equilibradas e estratégicas será crucial para mitigar os efeitos adversos enquanto se busca promover um ambiente econômico mais sustentável e dinâmico no país.

JCP como instrumento de desoneração fiscal

Os Juros sobre Capital Próprio foram criados pela Lei 9.249/95 para pagar aos acionistas, sócios ou cotistas como uma forma de lucro pelo dinheiro investido na empresa. Eles são calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). A empresa pode deduzir esse pagamento do Imposto de Renda sobre o Lucro (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), pagando um imposto de 15% sobre esses rendimentos aos

acionistas.

A redução dos impostos ao usar os JCP tem um grande impacto no valor das ações da empresa, resultando em maiores lucros para os investidores, especialmente quando combinado com o pagamento de dividendos. Empresas que distribuem JCP se tornam mais rentáveis, podendo oferecer dividendos mais altos.

Esses efeitos ajudam a melhorar o fluxo de caixa da empresa, o que pode reduzir a necessidade de empréstimos e contribuir para a criação de empregos.

A Tax All é uma consultoria tributária empresarial com equipe especializada, composta por contadores, advogados e auditores, todos experts nas práticas tributárias, contábeis e tecnológicas.



# "Taxa das blusinhas" vai impactar o comércio nacional?

*Novas regras de taxação para compras internacionais prometem reduzir a concorrência desleal, segundo especialista no varejo*



A AliExpress e a Shopee informaram que a cobrança do imposto de 20% sobre compras de até US\$50 começou no dia 27/7, enquanto a Shein manterá a data de início para 1º de agosto, conforme as novas regras do Governo Federal. Essa taxação foi decidida no final de junho, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o Projeto Mover (PL 914/24). O projeto, que visa incentivar a produção de itens menos poluentes com um investimento de R\$19,3 bilhões em cinco anos, também encerra a isenção de taxas para compras internacionais de até US\$ 50.

A partir de 1º de agosto, compras internacionais de até US\$50 terão uma alíquota de 20%. Para valores entre US\$50 e US\$3 mil, a alíquota será de 60%, com um desconto de US\$20 sobre o valor final. Parte disso vem do levantamento realizado pela Receita Federal, onde destacou que, em 2023, os brasileiros gastaram mais de R\$6 bilhões em compras de e-commerces estrangeiros.

De acordo com os dados da Nuvemshop, divulgados pelo portal

Consumidor Moderno, pequenas e médias empresas do varejo online no Brasil movimentaram R\$2 bilhões nos primeiros seis meses de 2024. O número representa um crescimento de 33% em relação ao mesmo período de 2023, quando o faturamento foi de R\$1,5 bilhão. Entre janeiro e junho de 2024, foram vendidos 31,8 bilhões de produtos, um aumento de quase 26% comparado ao ano anterior. Os dados ressaltam a força do comércio eletrônico local, mesmo com as novas medidas de taxação.

Segundo o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de São Paulo (FCDLSP), Mauricio Stainoff, a sanção da taxação de compras internacionais é uma medida que gera certo equilíbrio nas vendas nacionais e internacionais, mas ainda não é a solução. "A decisão gera uma correção parcial em relação ao equilíbrio do consumo entre produtos nacionais e internacionais. O produtor e o varejista nacional ainda recebem uma carga muito alta de impostos para que a competitividade de seus produtos de fato se sobressaia?", questionou.

Outro ponto levantado pelo presidente da FCDL-SP é em relação a geração de empregos. "É necessário também atentarmos às pessoas em relação à geração de empregos nacionais. Quando compramos algum produto estrangeiro, consequentemente estamos incentivando a cadeia de empregos em outros países. Agora, quando compramos um produto nacional, a geração de empregos torna-se local", finaliza.

## AINDA VALE IMPORTAR?

Para decidir se ainda é vantajoso comprar em sites internacionais, é importante considerar vários fatores. Stainoff destaca a necessidade de avaliar o preço final do produto após a taxação, o orçamento disponível, a disponibilidade de produtos e suas alternativas no mercado nacional, e a preferência dos consumidores. Essa análise permitirá determinar se o custo-benefício ainda justifica a importação em comparação com as opções nacionais.

## IMPACTO ECONÔMICO

A nova alíquota tende a impactar mais os consumidores de baixa renda, o que demanda estratégias para minimizar esses efeitos e garantir o acesso a produtos a preços mais justos e equilibrados. O especialista aponta que, apesar dos desafios, essa mudança tributária pode criar oportunidades para o comércio local competir de maneira mais justa com os produtos importados. Para os consumidores, a pesquisa de preços se torna essencial para encontrar as melhores ofertas e adaptar-se à nova realidade do mercado.

# BRZ anuncia captação de R\$ 200 milhões via CRI para expandir atuação no setor de construção

*Construtora que já entregou mais de 27 mil moradias vai usar os recursos para expandir sua atuação no país*

A BRZ, construtora com mais de 13 anos de excelência no mercado imobiliário nacional, anuncia a realização de uma importante captação de recursos no valor de R\$ 200 milhões por meio da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI). Esta operação financeira, coordenada pela Caixa Econômica Federal (CEF) e securitizada pela True Securitizadora S.A., tem um prazo de cinco anos.

O principal objetivo dessa captação é garantir os recursos necessários para o capital de giro dos empreendimentos imobiliários da BRZ, além de proporcionar segurança financeira para o crescimento operacional da empresa. Os recursos serão utilizados para suportar diversos empreendimentos imobiliários em desenvolvimento nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Eduarda Tolentino, CEO da BRZ, explica que a captação contempla a distribuição primária de até 200 mil Certificados de Recebíveis Imobiliários, sendo 100 mil CRI da classe sênior e 100 mil CRI da classe subordinada, cada um com valor nominal unitário de R\$ 1 mil.

“Este movimento financeiro reflete o compromisso da BRZ em continuar expandindo suas operações e consolidando sua posição no mercado imobiliário, além de garantir solidez e sustentabilidade para seus projetos em andamento e futuros”, destaca Eduarda.

Certificados de Recebíveis Imo-



bilírios (CRIs) são títulos de dívida lastreados em créditos imobiliários, ou seja, são instrumentos financeiros emitidos por empresas securitizadoras e garantidos por recebíveis originados de operações imobiliárias. Esses certificados são utilizados para captar recursos no mercado financeiro como forma de financiamento para o setor imobiliário.

Já é a 3ª captação da história da BRZ no mercado, similares a atual, totalizando cerca de R\$ 525 milhões. Atualmente, uma dessas captações se encontra totalmente liquidada, e a 2ª no valor remanescente, aproximado, de R\$ 100 milhões possui último vencimento para janeiro de 2025. Além das captações citadas anteriormente, também foi realizada operação de cessão de recebíveis da ordem de R\$50 milhões.

Desde sua fundação, em 2010, a BRZ expandiu sua atuação para mais de 27 cidades no país, lançando mais de 35 mil unidades e entregando mais

de 27 mil moradias. Atualmente a empresa é uma das principais construtoras do Brasil, destacando-se pela entrega de lares de alta qualidade com padrão premium.

A construtora é conhecida por seus condomínios fechados que oferecem segurança, conforto e áreas de lazer completas, todas entregues mobiliadas e equipadas. Os projetos são desenhados para garantir amplitude e qualidade de vida, com foco na acessibilidade financeira para seus clientes. Além disso, a empresa mantém um forte compromisso com a ética, transparência e inovação, promovendo um ambiente de trabalho inclusivo e meritocrático.

A BRZ Empreendimentos é uma incorporadora nascida em 2010, em Belo Horizonte. A inovação está no DNA da companhia, que investe fortemente em ações de tecnologia dentro de seus projetos. Com números surpreendentes, a empresa ocupa o 11º lugar entre as maiores construtoras do Brasil.

# Gestão de pessoas: qual o melhor formato de contratação de colaboradores para o seu negócio?

## As vantagens e desvantagens do CLT e PJ

Na gestão de pessoas, a escolha entre contratação via CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) ou por prestadores de serviço é uma decisão estratégica que pode impactar diretamente a sustentabilidade de um negócio.

De acordo com dados do IBGE, o Brasil conta com aproximadamente 33 milhões de trabalhadores formais contratados via CLT, enquanto cerca de 24 milhões atuam como autônomos ou prestadores de serviço. Ambas as modalidades possuem vantagens e desvantagens que devem ser cuidadosamente analisadas.

Segundo Daiane Milani, empresária especialista em branding e desenvolvimento humano, a escolha entre CLT e prestadores de serviço deve ser guiada pela estratégia da empresa e pelo tipo de trabalho a ser realizado. “É essencial considerar o perfil dos projetos, a cultura organizacional e o custo-benefício a longo prazo. A flexibilidade e a especialização dos prestadores de serviço podem ser uma vantagem competitiva em determinados cenários, enquanto a segurança e a estabilidade da CLT são fundamentais para empresas que buscam construir um time coeso e engajado”, explica.

### CONTRATAÇÃO CLT: VANTAGENS E DESVANTAGENS

**Estabilidade:** oferece uma relação de trabalho mais estável e segura tanto para o empregador quanto para o empregado.

**Benefícios trabalhistas:** direito às férias remuneradas, 13º salário, FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), licença-maternidade/paternidade, entre outros.

**Engajamento e fidelidade:** Promove maior engajamento e fidelidade dos co-



laboradores, assegurando que todos os direitos trabalhistas sejam cumpridos.

**Custos elevados:** Pode ser onerosa para a empresa, devido aos encargos trabalhistas e à burocracia envolvida, principalmente para empresas pequenas e médias.

### CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇO 'PJ': VANTAGENS E DESVANTAGENS

**Flexibilidade:** Permite a contratação para projetos específicos, sem a necessidade de vínculo empregatício e os respectivos encargos.

**Redução de custos:** Pode ser uma opção interessante para empresas que buscam mais flexibilidade e redução de custos.

**Riscos jurídicos:** É importante que o contrato de prestação de serviços esteja bem definido para evitar problemas jurídicos futuros, como a caracterização de vínculo empregatício disfarçado.

Milani também reflete sobre o assunto na esfera do branding da empre-

sa contratante. “É fundamental alinhar a escolha à identidade da marca e aos valores corporativos. A contratação via CLT pode reforçar a cultura de estabilidade e compromisso, essencial para marcas que valorizam a lealdade e o desenvolvimento a longo prazo”, pontua.

Já sobre os contratos conhecidos como “PJ”, a especialista acredita que os prestadores de serviço oferecem a flexibilidade e a inovação necessárias para marcas que operam em mercados dinâmicos e precisam de soluções rápidas e especializadas. “A chave está em entender como cada modelo de contratação pode fortalecer a proposta de valor da marca e a experiência oferecida ao cliente”, relata.

Para que o empregador tome uma decisão, é importante avaliar não apenas os custos imediatos, mas também o impacto a longo prazo na cultura organizacional, na satisfação dos colaboradores e na capacidade de inovação e adaptação do negócio. “Com uma análise criteriosa e alinhada aos objetivos estratégicos, as empresas podem tomar decisões mais assertivas, garantindo uma gestão de pessoas que contribua para o crescimento sustentável da organização”, finaliza.



# Descoberto estanho em projeto de lítio em MG

*Exploração constatou mineralização de alto teor junto com rubídio, nióbio e manganês em Itinga*



De acordo com a publicação Notícias da Mineração, a Perpetual Resources descobriu mineralização de alto teor de estanho no projeto de lítio Itinga. Segundo a empresa, seu primeiro programa de "exploração sistemática" no recém-adquirido ativo no Vale do Lítio de Minas Gerais apontou ainda a existência de lítio e rubídio "significativos", além de "anomalias notáveis" de manganês, titânio, tântalo e nióbio.

Os trabalhos foram realizados em uma exploração de reconhecimento para definição de alvos em Itinga. A empresa afirma que o programa que acaba de ser concluído confirmou a mineralização de estanho de alto teor em vários pegmatitos grosseiros de cassiterita com extensão de strike de até 750m e até 200m de largura.

Em nota divulgada no dia 22 de julho, a mineradora relatou resultados de pico do ensaio com até 7,4%

de estanho (Sn) – 74 mil partes por milhão (ppm) de Sn com 2.859 ppm de tântalo, além de outros cruzamentos como acima de 1% Sn em PECBT054; 0,7% Sn (6.960 ppm) em PECBT053; 0,67% Sn (6.672 ppm) em PECBT052; e 0,63% Sn (6.265 ppm) em PECBT080,

A empresa afirma que os ensaios também apresentaram "vários resultados anômalos" de lítio, com até 2.027 ppm de óxido de lítio (Li<sub>2</sub>O) e 3.012 ppm de óxido de rubídio (Rb<sub>2</sub>O) encontrados em afloramentos intemperizados, além de amostras com 10% de manganês 14,5% de dióxido de titânio (87.199 ppm Ti) e 1.096 ppm de nióbio.

O diretor de Exploração da Perpetual, Allan Stephens, observou que, com apenas cerca de 50% da área de 2 mil hectares coberta pelo programa de exploração de reconhecimento, a empresa já está vendo "a oportunidade apresentada".

"Os resultados do nosso primeiro programa de reconhecimento sistemático nas licenças recém-adquiridas de Itinga forneceram evidências convincentes de mineralização de estanho em uma prolífica região produtora histórica e contemporânea. Acreditamos que essas evidências fundamentais criam um caso sólido para a avaliação subsequente do projeto", disse ele.

A companhia comemorou a descoberta lembrando que o estanho é um dos metais com melhor desempenho no mundo em 2024, avançando mais de 30% para mais de US\$ 33 mil por tonelada, sendo classificado por pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology (MIT) como "o metal tecnológico mais crítico do planeta".

"Estamos ansiosos para executar um programa de exploração de acompanhamento em breve, com o objetivo de expandir significativamente a escala da mineralização existente", declarou Stephens.

# Juros explosivos: foram gastos R\$ 835,7 bilhões (7,48% do PIB) com o pagamento dos juros da dívida pública consolidada brasileira nos últimos doze meses até junho deste ano. O valor supera os R\$ 638,1 bilhões (6,06% do PIB) pagos nos 12 meses até junho de 2023

*O resultado nominal do setor público consolidado brasileiro foi deficitário em R\$ 1,108 trilhão no acumulado de 12 meses até junho deste ano. O valor equivale a 9,92% do PIB (Produto Interno Bruto) e é recorde na série histórica, iniciada em 2002*

**Carlos Alberto Teixeira de Oliveira\***

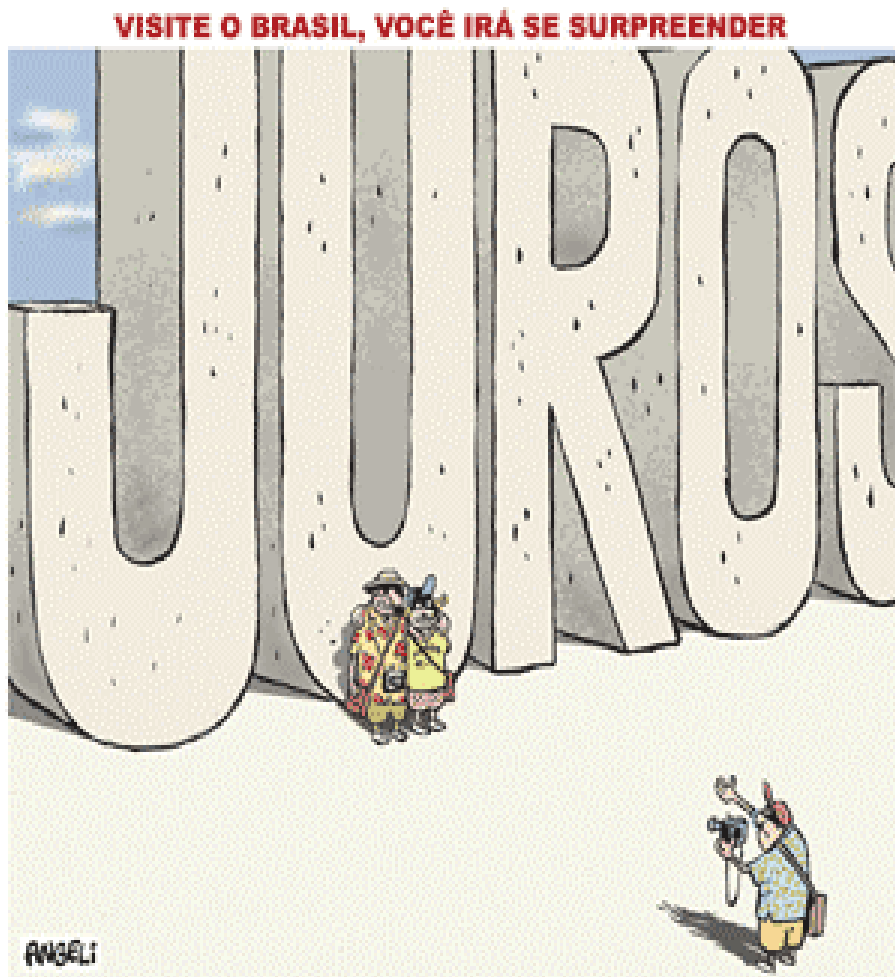
Presidente/Editor Geral de MercadoComum

Durante a pandemia de covid-19, o déficit nominal também superou R\$ 1 trilhão em 4 meses: outubro e dezembro de 2020, além de janeiro e fevereiro de 2021. Naquela época, os entes federados ampliaram gastos para reduzir os impactos negativos da crise sanitária na vida dos brasileiros. O setor público consolidado é formado por União, Estados, municípios e estaduais.

O Banco Central do Brasil divulgou os resultados no dia 29 de julho, conforme a seguir:

## RESULTADOS FISCAIS

O resultado primário do setor público consolidado foi deficitário em R\$40,9 bilhões em junho, ante déficit de R\$48,9 bilhões no mesmo mês de 2023. O Governo Central e as empresas estaduais registraram déficits respectivos de R\$40,2 bilhões e R\$1,7 bilhão, e os governos regionais, supe-

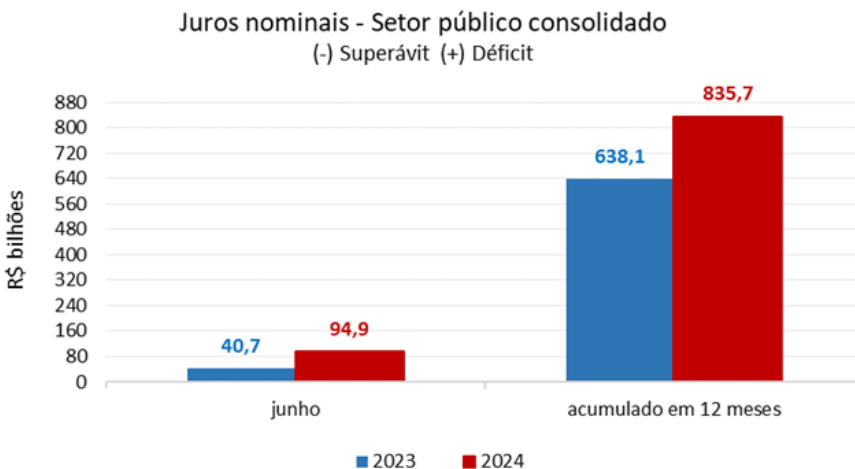
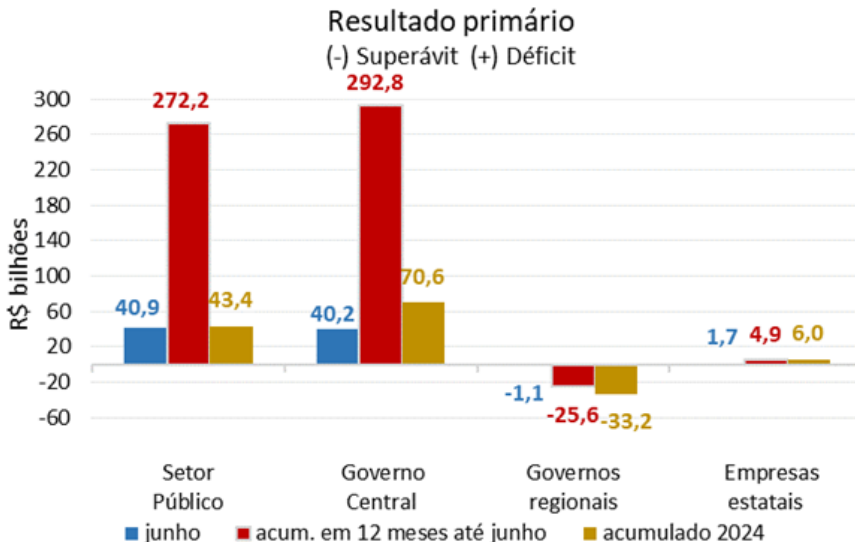


Fonte: Poder 360

rávít de R\$1,1 bilhão. Em doze meses, o setor público consolidado acumulou déficit de R\$272,2 bilhões, equivalente a 2,44% do PIB e 0,08 p.p. inferior ao déficit acumulado nos doze meses até maio.

Os juros nominais do setor público não financeiro consolidado, apropriados por competência, somaram R\$94,9 bilhões em junho de 2024, comparativamente a R\$40,7 bilhões em junho de 2023. Essa evolução foi influenciada pelo resultado das operações de swap cambial (perda de R\$28,6 bilhões em junho de 2024 e ganho de R\$20,5 bilhões em junho de 2023). No acumulado em doze meses até junho deste ano, os juros nominais alcançaram R\$835,7 bilhões (7,48% do PIB), comparativamente a R\$638,1 bilhões (6,06% do PIB) nos doze meses até junho de 2023.

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado pri-





## BRASIL - TAXA BÁSICA DE JURO REAL DA ECONOMIA - PERÍODO DE 2001 A 2024

Ano	Selic Real em %
2001	9,24
2002	8,18
2003	12,61
2004	8,21
2005	12,73
2006	11,60
2007	7,20
2008	6,27
2009	5,37
2010	3,86
2011	4,97
2012	2,48
2013	2,39
2014	4,34
2015	2,63
2016	7,41
2017	6,77
2018	2,72
2019	1,58
2020	-1,63
2021	-4,77
2022	6,47
2023	8,25
2024*	6,49

\*Projeção

Fonte: Bacen, IpeaData, LCA e MinasPart Desenvolvimento  
Elaboração: MercadoComum

mário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$135,7 bilhões em junho. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$1.108,0 bilhões (9,92% do PIB), ante déficit nominal de R\$1.061,9 bilhões (9,56% do PIB) acumulado até maio de 2024.

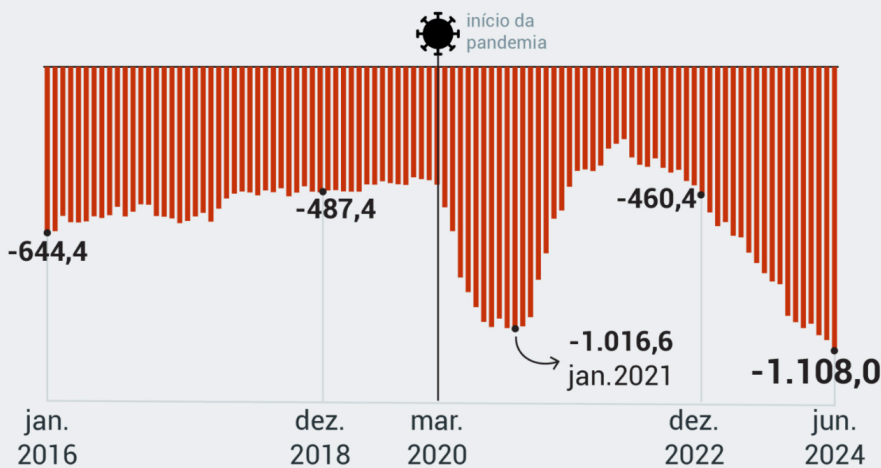
## DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP) E DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (DBGG)

A DLSP atingiu 62,2% do PIB (R\$6,9 trilhões) em junho, elevando-se 0,1 p.p. do PIB no mês. Esse resultado refletiu os impactos dos juros nominais apropriados (+0,8 p.p.), do déficit primá-



## DEFICIT NOMINAL BATE RECORDE NO GOVERNO LULA

trajetória mensal do resultado nominal do setor público consolidado no acumulado de 12 meses (em R\$ bilhões)\*



Dilma



Temer



Bolsonaro



Lula

\*o resultado nominal do setor público consolidado considera o pagamento dos juros da dívida  
fonte: Banco Central

**PODER**  
360

29.jul.2024

rio (+0,4 p.p.), da desvalorização cambial de 6,1% no mês (-0,7 p.p.), e da variação do PIB nominal (-0,3 p.p.). No ano, a DLSP elevou-se 1,3 p.p. do PIB, em função, sobretudo, dos impactos dos juros

nominais (+4,1 p.p.), do reconhecimento de dívidas (+0,2 p.p.), do efeito do crescimento do PIB nominal (-1,7 p.p.) e do efeito da desvalorização cambial de 14,8% acumulada no ano (-1,6 p.p.).

A DBGG - que abrange Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais - atingiu 77,8% do PIB (R\$8,7 trilhões) em junho de 2024, aumento de 1,1 p.p. do PIB em relação

ao mês anterior. Esse aumento decorreu principalmente dos juros nominais apropriados (+0,6 p.p.), das emissões líquidas (+0,6 p.p.), do efeito da desvalorização cambial (+0,3 p.p.), e da variação do PIB nominal (-0,4 p.p.). No ano, o aumento de 3,4 p.p. do PIB resulta sobretudo da incorporação de juros nominais (+3,8 p.p.), da emissão líquida de dívida (+0,9 p.p.), da desvalorização cambial (+0,6 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (-2,1 p.p.).

Cabe mencionar que a taxa média real da SELIC – isto é – deflacionada pelo IPCA continuará elevada neste ano e acima de 6% ao ano, valendo salientar que a mesma alcançou, em 2023, o maior nível desde 2006, conforme tabela apresentada a seguir:

Para a LCA Consultores, após esse resultado, a projeção para o primário do setor público consolidado em 2024 é de -R\$ 48 bilhões (-0,4% do PIB). O resultado do governo central, dentro dessa estimativa, é de -R\$ 65 bilhões (-0,6% do PIB). Neste resultado estão incluídos R\$ 20 bilhões de gastos extraordinários no governo central relacionado à calamidade no Rio Grande do Sul, que não fazem parte da apuração da meta de primário.

A dívida bruta do governo geral deve terminar o ano em 78,4% do PIB (+4,0 p.p.) e a dívida líquida do setor público, em 64,6% do PIB (+3,7 p.p.). A elevação será causada fundamentalmente pelo déficit primário e pelos juros nominais.



## GASTOS COM JUROS DA DÍVIDA BATEM RECORDE NO BRASIL

gastos acumulados em 12 meses com juros da dívida (em R\$ bilhões)



Bolsonaro



Lula



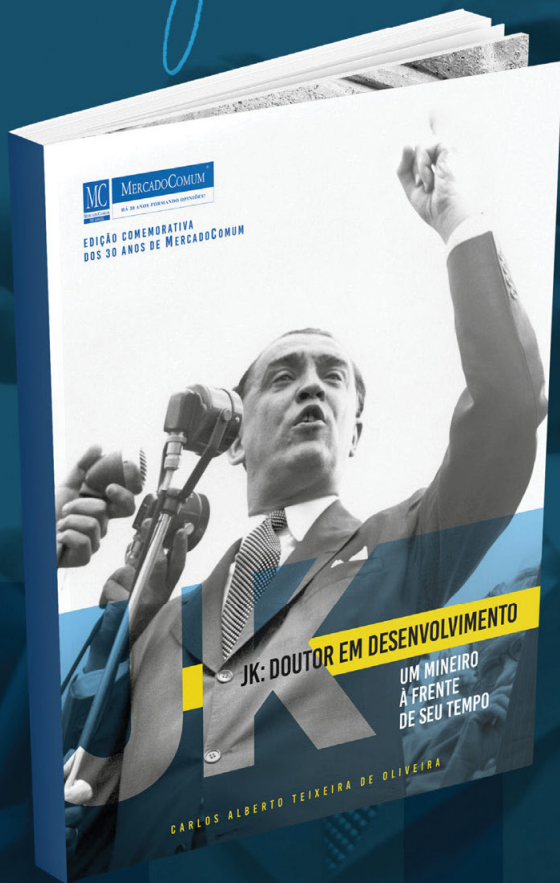
gasto com juro da dívida subiu ao maior nível da série histórica, iniciada em novembro de 2002

obs.: dados do setor público consolidado (União, Estados, municípios e estatais)  
fonte: Banco Central



# JK: LIVRO INÉDITO SOBRE EX-PRESIDENTE FOCA EM SUA VISÃO DE FUTURO E ESPÍRITO DESENVOLVIMENTISTA

Juscelino Kubitschek de Oliveira



A vida, obra e trajetória do ex-presidente Juscelino Kubitschek já rendeu livros, filmes, documentários, minissérie na TV e até podcasts. E a julgar pelas informações que não param de surgir, ainda vai render muito material para pesquisa. Que o diga o economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, que acabou de lançar o livro "JK: Doutor em Desenvolvimento – Um Mineiro à Frente de seu Tempo".

O que transparece no livro de 704 páginas é a visão de grandeza de Juscelino e a sua antevisão do futuro. Haja visto o projeto da Pampulha, projetada quando ele foi prefeito de BH, e que significou o marco inicial de uma nova arquitetura, depois consolidada com a construção de Brasília. O autor do livro, Carlos Alberto Teixeira destaca um recorte do período de JK em Minas Gerais e selecionou alguns discursos da época em que ele esteve à frente da capital mineira, e depois, como governador do Estado. Nesse sentido, todo o material publicado é inédito e pouco conhecido.

Neste novo livro, o autor procurou desmitificar e derrubar algumas histórias e infundadas críticas, como a de que Juscelino teria sido o causador da inflação no Brasil. "Eu comprovo que ela já vigorava e prevalecia no país antes da sua posse, com percentuais elevados, e ele procurou combatê-la de forma coerente e prática. Nesse sentido, JK afirmava que a melhor forma de combater a inflação e o custo de vida era produzir mais, com mais qualidade e custos menores e defendia o aumento da produtividade industrial brasileira". Outra ficção, segundo ele, é a de que o custo da construção de Brasília levou ao endividamento do país. "Tal alegação também não procede. A capital brasileira, segundo o ex-ministro Roberto Campos, teria custado, no máximo 3,5%, do PIB nacional, o que equivaleria, nos dias de hoje, a cerca de US\$ 70 bilhões. "Esse valor, considerando-se o dólar atualmente cotado a R\$ 5,00 - equivale a R\$ 350 bilhões. Ora, esse montante representa apenas a metade de tudo quanto o setor público brasileiro – União, Estados e Municípios gastará, neste ano, no pagamento de juros sobre a dívida pública consolidada.

Carlos Alberto também é autor de outras obras, como a coletânea de livros e 2.366 páginas intitulada "JK: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".

**O livro poderá ser encontrado, inicialmente, apenas junto a MercadoComum que o publicou.**

Tel: 31 3281-6474 - [revistamc@uol.com.br](mailto:revistamc@uol.com.br)  
Rua Padre Odorico, 128 - 10º Andar - 30.330-040  
BELO HORIZONTE - MG - [www.mercadocomum.com](http://www.mercadocomum.com)

#### VALOR DO LIVRO:

Retirada na sede de MercadoComum: R\$ 100,00  
Envio: BH/Interior de MG: R\$ 120,00 - Outros Estados: R\$ 140,00

#### PAGAMENTO:

Via PIX: 70.954.383/0001-12  
Crédito em C/C: A favor de MinasPart Comunicação, Ltda.  
Banco Itaú (341) - Agência 3176 - Conta 05630-1

INFORMAR: Nome do adquirente, endereço postal e CEP

MERCADOCOMUM®

HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!



# A política do pires na mão e a dívida dos estados

**Onofre Alves Batista Junior**

*Advogado, Ph.D. Pos-Doutoramento em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra/Portugal - Doutor em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa/Portugal - Graduação em Direito, Administração e Engenharia Civil - Ex Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais - Professor Associado do Quadro Permanente da Graduação, Mestrado e Doutorado da UFMG - Sócio-Conselheiro do Coimbra, Chaves & Batista Advogados*



Uma inverdade repetida mil vezes acaba adquirindo ares de verdade! Isso é o que algumas reportagens críticas à proposta apresentada pelo Senador Rodrigo Pacheco para a solução da dívida dos Estados vêm fazendo. Usam o senso comum para, equivocadamente, afirmar que se trata de um “prêmio para Estados endividados”. Da mesma forma, a defesa trazida pela AGU ao STF, afirmando que Minas Gerais deveria voltar a pagar a dívida com o Governo Federal “sob pena de se quebrar a isonomia com outros entes federativos” é anacrônica, esconde a realidade e é prejudicial para o povo brasileiro.

Certos mesmo estavam os Ministros Luís Barroso e Gilmar Mendes quando afirmaram, na ADO 25, que o Brasil vive uma “crise do federalismo fiscal”, que decorre não apenas da crise econômica do momento e da falta de responsabilidade fiscal dos Estados, mas, sobretudo, das políticas tributárias da União que privilegiaram as contribuições sociais em lugar dos impostos que seriam compartilhados com os Estados, das inúmeras desonerações de tributos federais em relação aos quais os Estados teriam participação e da falta de regulamentação da situação de desoneração do ICMS nas exportações. Como bem afirmou o Ministro

Barroso, “criou-se um modelo em que os Estados perdem quase sempre”.

No art. 1º da Constituição de 1988 vem estampado que a “República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito”. O vocábulo “união”, com letra minúscula, esclarece que esse ente é, antes de tudo, a junção de Estados, DF e Municípios, e não um centro autorreferente de poder. Isso jamais agradou aos agentes políticos federais e muito menos a tecnoburocracia da União, que jamais abandonou sua herança di-

tatorial. A realidade é que o princípio federativo, desde 1988, vem sofrendo ataques contínuos do poder central.

No modelo federal, os Estados devem ter os meios financeiros próprios para atuar (autonomia financeira). Essa posição emancipatória não se coaduna com a “política do pires na mão”, muito usada pelos governos autocráticos para submeter os gestores estaduais. Não existe atuação independente sem “autonomia financeira”, de maneira que instituições dependentes jamais constituirão “poderes”. Sem autonomia financeira, ocorre a concentração do poder, daí, cria-se um ambiente favorável à tirania, sobretudo em um regime presidencialista.

Para assegurar a “autonomia financeira” necessária, a Constituição de 1988 estabeleceu não apenas uma detalhada distribuição de competências tributárias entre os entes federados (nos artigos 153 a 156), como também a repartição obrigatória da receita proveniente de impostos federais. Nesse sentido, são dos Estados, do DF e dos Municípios uma parte dos recursos provenientes do Imposto de Renda (50%), do IPI (60%), do IOF e do ITR, sendo que até mesmo parcela dos impostos residuais (20%) que vierem a ser criados deve ser transferida para os entes menores. Além disso, parte da CIDE combustível (29%) deve também ser repartida. Apenas os impostos federais de finalidade extrafiscal é que não são compartilhados.

Todo esse desenho federal foi pensado para possibilitar o cumprimento das funções constitucionais de cada ente e garantir sua autonomia financeira. Assim, a deturpação na divisão de competências e a centralização de recursos na União ofendem ao princípio federativo, sobretudo porque o desequilíbrio do “pacto federativo” em termos de repartição de recursos financeiros acaba por favorecer a subordinação do ente federado à União. Medidas que ofendam a “autonomia financeira” dos entes menores ou que

promovam “desequilíbrio federativo” corrompem a arquitetura constitucional e corroem o sistema federalista, portanto, são inconstitucionais.

Enfim, o “equilíbrio federativo” evita a submissão dos Estados e Municípios pelo viés financeiro e reclama a atribuição dos recursos necessários para que cada ente cumpra seus deveres constitucionais sem depender dos favores do ente central.

Entretanto, como afirmou o Ministro Luís Barroso, na ACO 2178, publicada em março de 2023, “o federalismo fiscal brasileiro vive um momento delicado, marcado por insuficiências e desequilíbrios. Para tal situação, contribuem, entre outros fatores, (i) o centralismo tributário da União, que concentrou os seus esforços arrecadatórios em contribuições, cuja receita majoritariamente não é compartilhada com os demais entes federados; (ii) os incentivos fiscais que produzem impactos sobre o Fundo de Participação dos Estados; (iii) a omissão inconstitucional do Congresso Nacional em disciplinar medidas compensatórias das perdas sofridas pelos Estados com a desoneração das exportações, já reconhecida na ADO 25, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. em 30/11/2016; (iv) uma guerra fiscal de todos contra todos; (v) e as obrigações de amortização da dívida dos Estados com a União.” Esse quadro desenhado pelo Ministro espelha a realidade.

Com o intuito de aumentar a arrecadação federal sem repartir receitas, a União utilizou-se abusiva e desmedidamente das contribuições especiais, porque a receita desses tributos federais não é compartilhada com os Estados e Municípios. Em um movimento de “fraude” à arquitetura constitucional, as contribuições especiais passaram a ser utilizadas como principal mecanismo de incremento da receita federal, sem o compartilhamento com os entes menores. Por isso, elas já representam hoje a maior parte dos valores arrecadados pela União.

A cada ano os Estados vêm sofrendo perdas significativas em suas “transferências constitucionais obrigatórias”, haja vista a migração da arrecadação federal para os tributos não compartilhados. Com essa manobra, o Governo Federal diminuiu a participação daqueles entes na partilha de sua arrecadação. Em 1988, a arrecadação oriunda do IR e do IPI somava 76,2% do total da arrecadação da União, e as contribuições e outras receitas administradas pela Receita Federal somavam 23,8%. Já em 2010, o IR e o IPI representavam apenas 45,5% enquanto as contribuições, somadas a outras receitas administradas, alcançaram 54,5% do total da arrecadação federal. Hoje as contribuições já respondem por mais de dois terços da arrecadação federal.

Não se discute o poder de instituir contribuições especiais, mas essa espécie de “desvio de poder” é uma “fraude à Constituição”. Não se admite a instituição de um “sistema tributário paralelo” de arrecadação que possa, lenta e gradualmente, corroer o “equilíbrio federativo”. Essa prática antijurídica vem proporcionando um “desequilíbrio de forças”, deturpando o sistema constitucional tributário, tornando-o disfuncional, complexo e ineficiente.

A União seguidamente desonerou tributos federais que deveriam ser compartilhados com os Estados (como no caso do IPI da chamada “linha branca”). Da mesma forma, criou a tal a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), que, em verdade, nada mais é do que um “imposto de rendas paralelo” não compartilhado com os entes menores. Ainda em 1988, para contornar a recém-publicada Constituição, para que se pudesse instituir a CSLL com uma alíquota de 8%, promoveu uma redução da alíquota do Imposto de Rendas em 5%. Os entes menores, dessa forma, financiaram parcialmente, com recursos que deveriam ser partilhados a título de IRPJ, a criação da CSLL (de receita puramente federal)! Absurdamente, o repasse

aos Estados e Municípios foi reduzido para que se pudesse incrementar a receita da União. Houve, na verdade, uma “fraudulenta” manobra de incremento da receita federal que afetou o “equilíbrio federativo”, promovendo a concentração ainda maior de recursos financeiros na União.

Além da criação desse “imposto de rendas fake”, a União alargou a incidência dos seus “impostos sobre o consumo” quando criou contribuições sociais incidentes sobre a receita (e não compartilhadas com os Estados) e instituiu um “verdadeiro ICMS federal” (PIS e COFINS não cumulativa). Portanto, além de não compensar os Estados, DF e Municípios pela perda da receita em razão da desoneração das exportações (da chamada “Lei Kandir”), a União invadiu a principal materialidade dos tributos estaduais (ICMS).

Nessa mesma toada, a Desvinculação de Receitas da União (DRU) permitiu, por décadas, ao ente central utilizar o montante arrecadado a título de contribuição para fins diversos daqueles que justificaram a instituição do tributo. Dessa maneira, a União arrecadou trilhões de reais e os aplicou em gastos correntes do Tesouro Nacional. Nesse compasso, mais uma vez, viu-se essa espécie de “fraude à Constituição”, porque os tributos que se justificavam pela necessidade de recursos para uma finalidade (seguridade social) eram utilizados para outra.

De “ilícios atípicos” em “ilícitos atípicos” a arquitetura constitucional e o modelo federal foram sendo gradativamente fraudados e a “crise do federalismo brasileiro” agravada. É nesse cenário que a União insiste em cobrar a dívida dos Estados sem considerar o “desequilíbrio federativo” que promoveu. Escudada pelo argumento falacioso de que deve tratar os entes federados com isonomia, a burocracia federal sequer é capaz de entender que o desequilíbrio proporcionado pelas sucessivas manobras de centralização de recursos atingiu de

forma diferenciada os entes menores, sobretudo aqueles exportadores de commodities, que além de não podem contar com seu principal tributo (ICMS), muitas vezes têm de assumir os créditos dos insumos provenientes de outros Estados.

A propósito, se a União já centraliza mais de 68% da receita tributária (da arrecadação total, os Estados respondem por apenas 25% e os Municípios por 7%), aos entes menores cabem, cada vez mais, as despesas com saúde, com educação e com segurança. Hoje em dia, a União gasta, por exemplo, apenas 4% a 5% de seu orçamento com saúde. Nos gastos com o Sistema Único de Saúde, a princípio, a União participava com mais de 50% das despesas (2000) e, hoje, com menos de 35% (dados de 2022). Os gastos foram sendo pouco a pouco repassados para Estados e Municípios. Assim, do gasto total com saúde, no Brasil, 32% são da União; 27% dos Estados e 41% dos Municípios. Indevidamente, se a União tem 68% da receita tributária total, são os entes subnacionais que assumem cerca de 68% dos gastos com saúde! Com relação aos gastos com educação (dados de 2021), cerca de 42% estão a cargo dos Municípios; 30% com os Estados e 28% com a União. Os gastos com segurança (Polícia Militar, Polícia Civil e Sistema Prisional), basicamente, ficam a cargo dos Estados (82% com os Estados).

Por mais que possa ter havido, no passado, real “irresponsabilidade fiscal dos Estados”, esse quadro de crise se deve, antes de tudo, à “participação decisiva da União”, como pontuado pelo próprio STF. A diminuição da arrecadação dos Estados causada pela substituição de tributos compartilhados por contribuições especiais, somada à cobrança de uma dívida inexistente com a União (porque por ela foi agravada) impedem a concretização dos mandamentos constitucionais e desfiguram o desenho federalista, que pressupõe a autonomia financeira estadual e municipal.

Nessa questão da dívida, tem-se a União em um polo e os Estados e Municípios no outro. Ambos os lados precisam dos recursos para atenderem suas finalidades igualmente públicas. Se a União precisa de recursos (públicos), os Estados, sobretudo os que foram lesados por décadas por essa política tributária e financeira antifederalista, precisam de muito mais para manterem suas escolas, hospitais, polícias, presídios etc. E, à propósito, é nos ombros dos entes menores que essas despesas, em sua maior parte, estão.

O que precisa ser feito é a correta repartição das receitas tributárias entre entes igualmente públicos. Curiosamente, Estados como Minas Gerais, que foram lesados, são os que mais necessitam desses recursos públicos para atenderem seus cidadãos. É próximo aos cidadãos que os recursos públicos devem preferencialmente estar.

Os recursos que foram retirados dos Estados, como os relativos à CSLL, na verdade, voltam alocados seguindo determinações arbitrárias do Governo Federal por meio de “transferências voluntárias”, que se tornaram cada vez mais costumeiras. Se a União minimizou a autonomia financeira dos entes subnacionais, por outro giro, usa e abusa desses recursos para fazer a política do “pires na mão”.

Na verdade, o que a proposta do Senador acaba fazendo é favorecer a redução do dinheiro distribuído politicamente pela União aos apaniguados ou aos governadores e prefeitos aliados e submissos (política do “pires na mão”), bem como minimizar os mecanismos similares ao “orçamento secreto”.

Afinal, as propostas trazidas de redução da dívida dos Estados não são paternalistas, mas medidas que reduzem o “desequilíbrio” proporcionado pela própria política tributária e financeira da União ao longo das últimas décadas. São medidas democráticas e de justiça.



# FMI: Crescimento global praticamente inalterado em meio à inflação persistente dos serviços

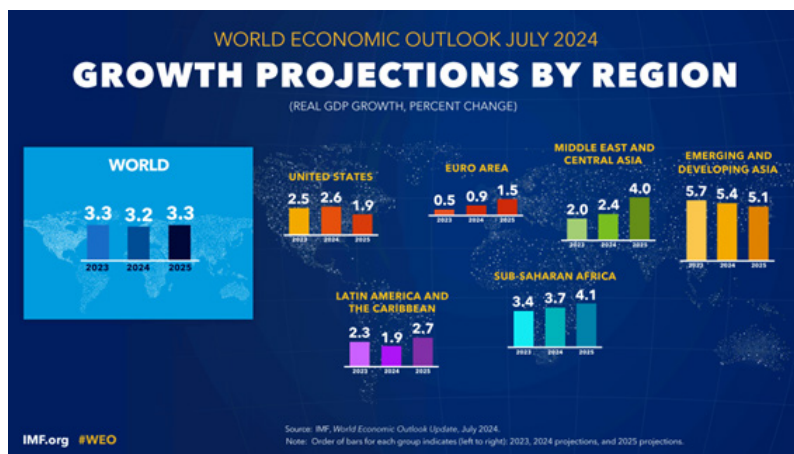
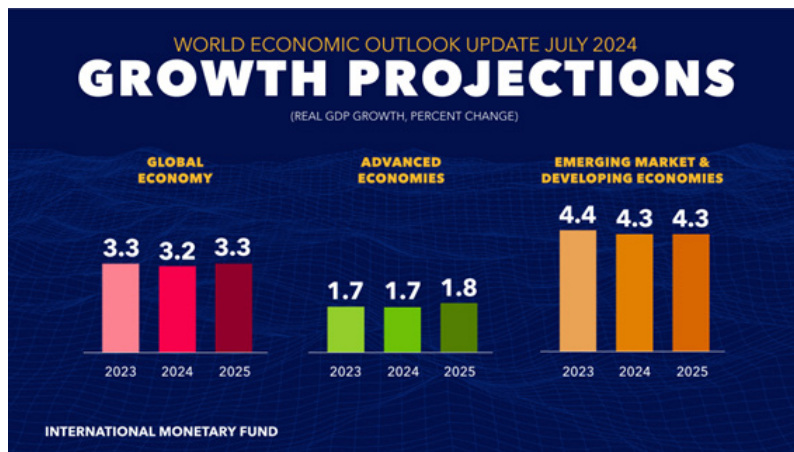
O FMI-Fundo Monetário divulgou, no dia 16 de julho, as suas previsões para o desempenho da economia global para 2024 e 2025. Segundo a instituição, o crescimento global deverá estar em linha com a previsão do World Economic Outlook (WEO) de abril de 2024, em 3,2% em 2024 e 3,3% em 2025.

De acordo com o FMI, a inflação de serviços está segurando a progressão da desinflação, o que vem complicando a normalização da política monetária. Os riscos de elevação da inflação aumentaram, ampliando-se a perspectiva de taxas de juros ainda mais altas por mais tempo, no contexto de tensões comerciais crescentes e maior incerteza política. A combinação de políticas deve, portanto, ser sequenciada cuidadosamente para atingir a estabilidade de preços.

O FMI revisou para baixo a projeção de crescimento do Brasil para 2024, em decorrência do impacto das inundações no sul do país. Segundo o Fundo, o PIB-Produto Interno Bruto do país deve crescer 2,1% em 2024, representando uma redução de 0,1 ponto percentual em relação à projeção de abril. Essa nova projeção está em linha com o Boletim

Focus do Banco Central da segunda semana de julho e reflete o forte impacto das enchentes no Rio Grande do Sul, que afetaram quase toda a atividade econômica do estado.

No entanto, a projeção de crescimento do Brasil para 2025 foi revisada para cima – em 2,4% – um aumento de 0,3% ponto percentual em relação à previsão de abril. Mesmo assim, continuará inferior à média de



## Focus | MEDIANAS DAS EXPECTATIVAS DE MERCADO

12 de julho de 2024

	2024		2025		2026		2027	
	H4 4 semanas	H1 1 semana	H4 4 semanas	H1 1 semana	H4 4 semanas	H1 1 semana	H4 4 semanas	H1 1 semana
IPCA (%)	3,96	4,02	4,00	3,80	3,88	3,90	3,60	3,50
PIB (var. %)	2,08	2,10	2,11	2,00	1,97	1,97	2,00	2,00
CÂMBIO (R\$/US\$)	5,13	5,20	5,22	5,10	5,20	5,20	5,20	5,21
SELIC (% a.a.)	10,50	10,50	10,50	9,50	9,50	9,50	9,00	9,00

\* comportamento dos indicadores desde o último Focus, os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição ■ Estabilidade  
em relação ao Focus anterior

crescimento da economia global, estimada em 3,3% para aquele ano. Se confirmada, será o 15º ano seguido

que a economia brasileira apresentará um desempenho de sua economia em nível inferior à média mundial.

# Crescimento global estável em meio à desaceleração da desinflação e à crescente incerteza política

*As principais economias estão se tornando mais alinhadas, mas as perspectivas mundiais de médio prazo continuam insatisfatórias*

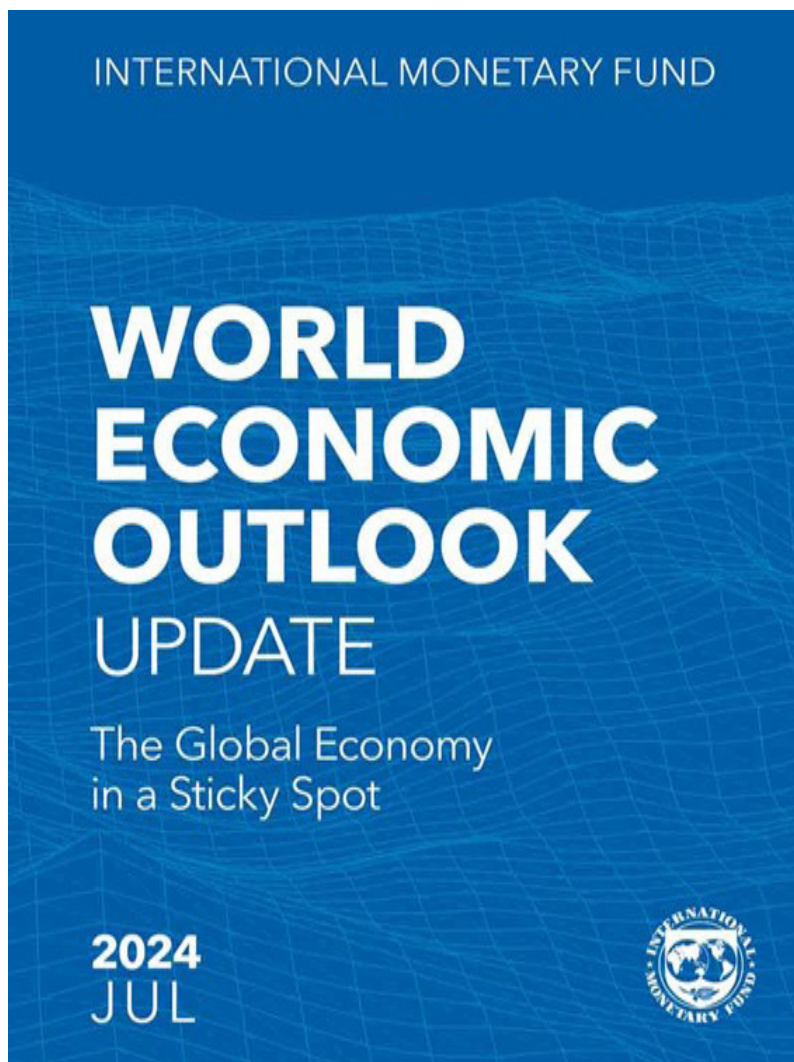
## Pierre-Olivier Gourinchas

*Economista-Chefe do FMI-Fundo Monetário Internacional*

Nossas projeções de crescimento global permanecem inalteradas em 3,2% este ano e ligeiramente maiores em 3,3% para o ano que vem, mas houve desenvolvimentos notáveis apurados desde a divulgação do relatório World Economic Outlook divulgado em abril último.

A expansão das principais economias avançadas está se tornando mais alinhada à medida que as lacunas de produção estão se fechando. A economia dos Estados Unidos mostra sinais crescentes de esfriamento, especialmente no mercado de trabalho, após uma forte elevação em 2023. A zona do euro, enquanto isso, está pronta para se recuperar após um desempenho quase estável no ano passado.

As economias de mercado emergentes da Ásia continuam sendo o principal motor da economia global. O crescimento das economias da Índia e da China foi revisado para cima e responde por quase metade do crescimento global. No entanto, as perspectivas para os próximos cinco anos continuam fracas, em grande parte devido ao declínio do ímpeto na Ásia emergente. Até 2029, o crescimento na China está projetado para se situar em 3,3%, bem abaixo do seu ritmo atual.



Assim como em abril, projetamos que a inflação global desacelerará para 5,9% neste ano, dos 6,7% verificados no ano passado, amplamente no caminho para um pouso suave. Mas em algumas economias avançadas, especialmente nos Estados Unidos, o progresso na desinflação desacelerou, e os riscos são para cima.

Em nossa última atualização do WEO, apuramos que os riscos permanecem amplamente equilibrados, mas dois riscos negativos de curto prazo se tornaram mais proeminentes.

Primeiro, novos desafios à desinflação em economias avançadas poderiam forçar os bancos centrais, incluindo o Federal Reserve, a manter os custos de empréstimos mais altos por mais tempo. Isso colocaria o crescimento geral em risco, com aumento da pressão ascendente sobre o dólar e repercussões prejudiciais para economias emergentes e em desenvolvimento.

Evidências empíricas crescentes, incluindo algumas de nossa autoria, apontam para a importância dos choques inflacionários globais — principalmente os preços de energia e alimentos — na condução do aumento da inflação e do subsequente declínio em uma ampla gama de países.

A boa notícia é que, à medida que os alarmes de notícias recuaram, a inflação caiu sem recessão. A má notícia é que a inflação dos preços de energia e alimentos está agora quase de volta aos níveis pré-pandêmicos em muitos países, enquanto a inflação geral não está.

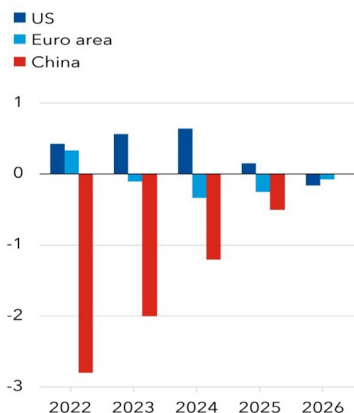
Uma razão, como enfatizei anteriormente, é que os preços dos bens permanecem altos em relação aos serviços, um legado da pandemia que inicialmente impulsionou a demanda por bens enquanto restringia sua oferta. Isso torna os serviços comparativamente mais baratos, aumentando sua demanda relativa — e, por extensão, a da mão de obra necessária para produzi-los. Isso está

## Growth and inflation

Output gaps are closing, and inflation is expected to continue its downward trend.

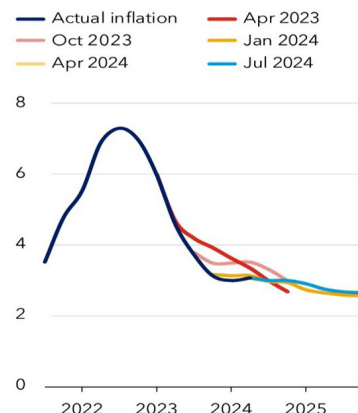
### Output gaps

(percent of potential GDP)



### Global headline inflation

(percent; y/y)



Sources: IMF, World Economic Outlook; and IMF staff calculations.

Note: Inflation is a PPP-weighted average and excludes Argentina and Türkiye.

IMF

## Bumps along the disinflation path

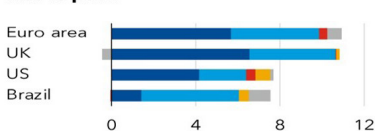
Energy shocks drove most of the rise and fall of headline inflation, but persistent services inflation could slow the disinflation process.

### Rise and fall in headline inflation

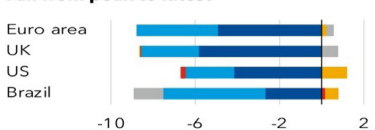
(percentage points)

■ Shocks ■ Pass through ■ Expectations  
■ Slack ■ Residual

#### Rise to peak



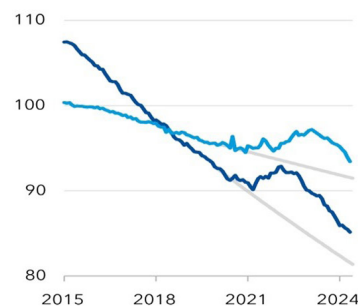
#### Fall from peak to latest



### Price of core goods vs. services

(ratio)

— US — Pre-pandemic trends  
— Euro area



Sources: Dao, Gourinchas, Leigh, Mishra (2024); Haver Analytics; and IMF staff calculations.

Note: Left panel is the decomposition of change in in twelve-month headline inflation from Dec. 2020 to peak, and from peak to Mar. 2024. See Dao et al. for details. Right panel is the price of core goods relative to that of core services in the price index.

IMF

colocando pressão ascendente sobre os preços dos serviços e salários. De fato, os preços dos serviços e a inflação salarial são as duas principais áreas de preocupação quando se trata do caminho da desinflação, e os salários reais estão agora próximos dos níveis pré-pandêmicos em mui-

tos países. A menos que a inflação de bens diminua ainda mais, o aumento dos preços dos serviços e dos salários pode manter a inflação geral mais alta do que o desejado. Mesmo na ausência de novos choques, esse é um risco significativo para o cenário de pouso suave.



Em segundo lugar, os desafios fiscais precisam ser enfrentados mais diretamente. A deterioração das finanças públicas deixou muitos países mais vulneráveis do que o previsto antes da pandemia. Reconstruir gradualmente e de forma crível as reservas, ao mesmo tempo que protege os mais vulneráveis, é uma prioridade crítica. Fazer isso liberará recursos para atender às necessidades emergentes de gastos, como a transição climática ou a segurança nacional e energética.

Mais importante, amortecedores mais fortes fornecem os recursos fiscais necessários para lidar com choques inesperados. No entanto, muito pouco está sendo feito, ampliando a incerteza da política econômica. As consolidações fiscais projetadas são amplamente insuficientes em muitos países. É preocupante que um país como os Estados Unidos, em pleno emprego, mantenha uma postura fiscal que empurra sua relação dívida/PIB constantemente para cima, com riscos para a economia doméstica e global. A crescente dependência dos EUA em financiamento de curto prazo também é preocupante.

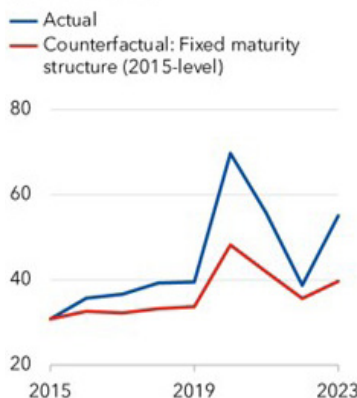
Com dívida mais alta, crescimento mais lento e déficits maiores, não seria preciso muito para que as trajetórias da dívida se tornassem muito menos confortáveis em muitos lugares, especialmente se os mercados elevassem os spreads dos títulos do governo, com riscos para a estabilidade financeira.

Infelizmente, a incerteza da política econômica se estende além das considerações fiscais. O desmantelamento gradual do nosso sistema de comércio multilateral é outra preocupação fundamental. Mais países estão agora seguindo seu próprio caminho, impondo tarifas unilaterais ou medidas de política industrial cuja conformidade com as regras da Organização Mundial do Comércio é questionável, na melhor das hipóteses. Nosso sistema de comércio imperfeito poderia

## Risks from fiscal and trade policy

Downside risks include economic policy uncertainty on the fiscal side and on the trade side.

**US actual and counterfactual gross financing needs**  
(percent of GDP)



**US imports of products hit by the 2018-19 tariffs by source**  
(index; 2017:Q4 = 100)



Sources: U.S. Federal Reserve Board; U.S. Treasury Monthly Statement of the Public Debt; World Economic Outlook; UN Comtrade; and IMF staff calculations. Note: Left panel blue line is the actual gross financing needs (GFN, the sum of primary deficit, interest payment, and debt amortization) in percent of GDP and the red line is the counterfactual GFN keeping maturity structure of the debt fixed at its 2015-level. For right panel, low-cost Asia includes Bangladesh, Cambodia, Hong Kong SAR, India, Indonesia, Malaysia, Pakistan, Philippines, Singapore, Sri Lanka, Taiwan Province of China, Thailand, and Vietnam.



ser melhorado, mas esse aumento de medidas unilaterais provavelmente não proporcionará prosperidade global duradoura e compartilhada. Na verdade, distorcerá o comércio e a alocação de recursos, estimulará retaliações, enfraquecerá o crescimento, diminuirá os padrões de vida e tornará mais difícil coordenar políticas que abordem desafios globais, como a transição climática.

Em vez disso, devemos nos concentrar em melhorar de forma sustentável as perspectivas de crescimento de médio prazo por meio de alocação mais eficiente de recursos dentro e entre os países, melhores oportunidades de educação e igualdade de chances, inovação mais rápida e ecológica e estruturas políticas mais fortes.

Forças macroeconômicas — poupança nacional desejada e investi-

mento doméstico, juntamente com taxas globais de retorno sobre capital — são os principais determinantes dos equilíbrios externos. Se esses desequilíbrios forem excessivos, as restrições comerciais seriam custosas e ineficazes para lidar com as causas macroeconômicas subjacentes. Os instrumentos comerciais têm seu lugar no arsenal de políticas, mas como o comércio internacional não é um jogo de soma zero, eles devem sempre ser usados com moderação, dentro de uma estrutura multilateral e para corrigir distorções bem identificadas. Infelizmente, nos encontramos cada vez mais distantes desses princípios básicos.

Como demonstraram as oito décadas desde Bretton Woods, a cooperação multilateral construtiva continua sendo a única maneira de garantir uma economia segura e próspera para todos.

# World Economic Outlook Growth Projections

(Real GDP, annual percent change)	PROJECTIONS		
	2023	2024	2025
<b>World Output</b>	<b>3.3</b>	<b>3.2</b>	<b>3.3</b>
<b>Advanced Economies</b>	<b>1.7</b>	<b>1.7</b>	<b>1.8</b>
United States	2.5	2.6	1.9
Euro Area	0.5	0.9	1.5
Germany	-0.2	0.2	1.3
France	1.1	0.9	1.3
Italy	0.9	0.7	0.9
Spain	2.5	2.4	2.1
Japan	1.9	0.7	1.0
United Kingdom	0.1	0.7	1.5
Canada	1.2	1.3	2.4
Other Advanced Economies	1.8	2.0	2.2
<b>Emerging Market and Developing Economies</b>	<b>4.4</b>	<b>4.3</b>	<b>4.3</b>
Emerging and Developing Asia	5.7	5.4	5.1
China	5.2	5.0	4.5
India	8.2	7.0	6.5
Emerging and Developing Europe	3.2	3.2	2.6
Russia	3.6	3.2	1.5
Latin America and the Caribbean	2.3	1.9	2.7
Brazil	2.9	2.1	2.4
Mexico	3.2	2.2	1.6
Middle East and Central Asia	2.0	2.4	4.0
Saudi Arabia	-0.8	1.7	4.7
Sub-Saharan Africa	3.4	3.7	4.1
Nigeria	2.9	3.1	3.0
South Africa	0.7	0.9	1.2
<b>Memorandum</b>			
Emerging Market and Middle-Income Economies	4.4	4.2	4.2
Low-Income Developing Countries	3.9	4.4	5.3

Source: IMF, *World Economic Outlook Update*, July 2024

Note: For India, data and forecasts are presented on a fiscal year basis, with FY 2023/2024 (starting in April 2023) shown in the 2023 column. India's growth projections are 7.3 percent in 2024 and 6.5 percent in 2025 based on calendar year.

# Minas Gerais mantém expansão da economia e PIB cresce 2,9% no 1º trimestre de 2024, mas pode estar no limite do crescimento

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

A Fundação João Pinheiro – FJP divulgou, no dia 1º de julho, os dados relativos ao desempenho do PIB – Produto Interno Bruto de Minas Gerais no 1º trimestre de 2024. Segundo a instituição, “economia mineira mantém, em 2024, o ritmo de crescimento com o qual fechou o último ano. No primeiro trimestre, a geração de riquezas pelo estado teve avanço real de 2,9% frente a igual período de 2023 e ficou acima da registrada pela média nacional, de 2,5%. A expansão da indústria mineira foi, de janeiro a março, o principal destaque do Produto Interno Bruto (PIB) de Minas.

O PIB nominal de Minas Gerais totalizou R\$ 253,8 bilhões no primeiro trimestre de 2024, contra R\$ 240,8 bilhões no mesmo intervalo do ano passado.

Com o montante, o estado responde por uma fatia de 9,4% da riqueza produzida pelo País no mesmo período (R\$ 2,71 trilhões), acima dos 9,3% apurados no mesmo trimestre de 2023.

A agropecuária contabilizou R\$ 15,3 bilhões para a economia mineira, seguida da indústria (R\$ 66,6 bilhões) e dos serviços (R\$ 141,2 bilhões). O restante ficou por conta dos impostos indiretos gerados sobre produtos líquidos de subsídios: R\$ 30,7 bilhões.

No confronto com o último trimestre de 2023, o PIB de Minas avançou 0,5%. Já no acumulado dos últimos quatro trimestres, houve expansão de 2,9%, com contribuição positiva das três atividades: agropecuária (10,5%),



indústria (2,7%) e serviços (2,2%).

## DESINFLAÇÃO E QUEDA NOS JUROS AQUECEM INDÚSTRIA

A indústria, responsável por mais de um quarto do PIB mineiro, liderou o aumento da soma de bens e serviços produzidos no estado no começo deste ano. A alta de 3,9% do setor foi impulsionada pelo bom desempenho de todos os seus segmentos frente a igual trimestre do ano passado, favorecidos por um ambiente de menor inflação, queda nos juros e pelo clima.

A indústria extrativa (7,2%) e a de utilidades públicas (10,4%) foram as que mais cresceram, seguidas pelas da construção (4,4%) e da transformação (1,0%). No caso da indústria extrativa, predominou a produção e venda/exportações de minério de ferro, tradicionalmente um produto de grande peso para a economia mi-

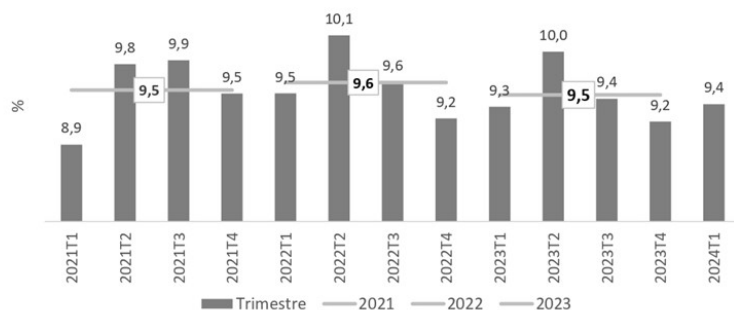
neira e brasileira. Na de utilidades públicas, o destaque ficou com o segmento de geração de eletricidade.

O investimento em energia limpa é um dos carros-chefes da gestão do governador Romeu Zema. Por meio de políticas públicas como o Projeto Sol de Minas, o estado já superou a marca de 8 GW de geração solar fotovoltaica em operação, volume 15 vezes maior do que o de seis anos atrás.

“A transição energética é uma preocupação e uma meta do Governo de Minas. O incentivo à atração de investimentos para produção de uma energia limpa, sustentável, é fundamental não apenas pelo nosso projeto de desenvolvimento responsável, como, em outra ponta, contribui para a melhoria na qualidade de vida da população por meio dos empregos criados”, afirma o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio.



Gráfico 3 – Participação do PIB de Minas Gerais no PIB do Brasil – 1º trimestre de 2021-1º trimestre de 2024



Fonte: FJP, Coordenação de Contas Regionais (CCR).

Nota: Os resultados trimestrais de 2022 a 2024 permanecem como preliminares até a divulgação das pesquisas estruturais do IBGE e sua incorporação pelo Sistema de Contas Regionais (SCR-MG).

Tabela 1 – Taxas de variação real dos principais agregados macroeconômicos – Brasil e Minas Gerais – 1º trimestre de 2024 (%)

Agregado Macroeconômico	Base de Comparação			
	Trimestre imediatamente anterior	Mesmo trimestre do ano anterior	Acumulado no ano	Acumulado em quatro trimestres
	<b>Minas Gerais</b>			
PIB	0,5	2,9	2,9	2,9
Valor Adicionado de todas as atividades	0,3	2,7	2,7	3,0
Agropecuária	-1,2	-4,6	-4,6	10,5
Indústrias	2,4	3,9	3,9	2,7
Indústrias extrativas	6,7	7,2	7,2	5,3
Indústrias de transformação	2,1	1,0	1,0	1,3
Utilidades públicas	1,1	10,4	10,4	9,1
Construção	1,5	4,4	4,4	0,8
Serviços	-0,1	2,5	2,5	2,2
Comércio	1,5	3,4	3,4	1,7
Transporte	1,4	1,2	1,2	3,4
Outros serviços	0,2	3,1	3,1	3,8
Administração pública	0,3	0,9	0,9	1,2
	<b>Brasil</b>			
PIB	0,8	2,5	2,5	2,5
Valor Adicionado de todas as atividades	0,7	2,3	2,3	2,6
Agropecuária	11,3	-3,0	-3,0	6,4
Indústrias	-0,1	2,8	2,8	1,9
Indústrias extrativas	-0,4	5,9	5,9	8,2
Indústrias de transformação	0,7	1,5	1,5	-0,6
Utilidades públicas	-1,6	4,6	4,6	5,9
Construção	-0,5	2,1	2,1	-0,3
Serviços	1,4	3,0	3,0	2,3
Comércio	3,0	3,0	3,0	1,0
Transporte	0,5	0,4	0,4	1,6
Outros serviços	0,7	4,0	4,0	3,4
Administração pública	-0,1	1,3	1,3	1,3

Fonte: IBGE, Coordenação de Contas Nacionais (Conac). FJP, Coordenação de Contas Regionais (CCR).

Nota: Estimativas preliminares, sujeitas à revisão.

O setor de serviços, que inclui segmentos como comércio e transportes, se beneficiou do bom momento da indústria estadual e cresceu 2,5% no 1º trimestre, enquanto a agropecuária recuou 4,6% no confronto com os primeiros três meses de 2023.

“Como este ano foi relativamente

seco, isso é ruim para a pecuária, a agricultura, mas é bom para a mineração. Quando temos um janeiro, fevereiro, muito chuvosos, a mineração sofre bastante, mas, neste ano, esse (tempo seco) foi um aspecto a mais que contribuiu”, explica o coordenador de Contas Regionais da FJP, Raimundo de Sousa, sobre o avanço da indústria extrativa.

## MINAS GERAIS X BRASIL – VARIÇÃO ANUAL DO PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO – 2011/2022 - Em %

Ano	Minas Gerais	Brasil
2001	-0,12	1,39
2002	3,73	3,05
2003	2,13	1,14
2004	5,89	5,76
2005	4,02	3,20
2006	3,91	3,96
2007	5,53	6,07
2008	4,68	5,10
2009	-3,92	-0,13
2010	9,08	7,53
2011	2,48	3,97
2012	3,33	1,92
2013	0,47	3,00
2014	-0,70	0,50
2015	-4,26	-3,55
2016	-2,00	-3,27
2017	1,66	1,32
2018	1,33	1,78
2019	-0,01	1,22
2020	-3,03	-3,28
2021	5,73	4,76
2022	3,10	3,02
2023	3,10	2,91

\*Anos em que a economia de MG teve desempenho pior do que a brasileira. Os dados de 2022 são preliminares. Fonte: IBGE/FJP – Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

## LATICÍNIOS E METALURGIA APRESENTAM RECUPERAÇÃO

O aumento do consumo, com a redução dos juros e a menor pressão da inflação, também favoreceu outras indústrias, como a de transformação. Thiago Almeida, pesquisador da Coordenação de Contas Regionais da FJP, destaca o desempenho, principalmente, da produção de alimentos.

“O setor de alimentos tem um peso grande na composição da indústria da transformação. Tivemos, por exemplo, a recuperação na indústria de laticínios, a melhora no consumo e uma expectativa do controle das importações de leite. Teve também (como destaque) o segmento da metalurgia, que vinha de dois trimestres de resultados negativos, que também pode ter sido influenciado positivamente pela construção civil”, aponta.

# Crescimento do PIB indica que a economia de Minas Gerais está diminuindo o ritmo, mas o cenário ainda não pode ser considerado negativo

Impulsionado por um mercado de trabalho aquecido, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais pode perder fôlego nos próximos meses, avaliam economistas. Com queda do desemprego mais aguda que no País, o cenário de pleno emprego pode fazer o Estado chegar ao limite da sua capacidade de crescimento econômico por meio da incorporação de pessoas no mercado de trabalho, que aumenta a renda média da população e, por conseguinte, o consumo de bens e serviços.

A economia mineira cresceu 2,9% no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2023 e 0,5% comparado com os três meses anteriores. A alta ficou acima do crescimento nacional, de 2,5%.

Entre os destaques no primeiro trimestre está o crescimento de 7,2% na indústria extrativa, uma das principais atividades econômicas do Estado, impulsionando o PIB do setor industrial, que registrou alta de 3,9% na mesma base de comparação.

Já o segmento de utilidades públicas, que inclui geração energia e saneamento, cresceu 10,4%, fomentado pelo momento de grandes investimentos em energia solar no Estado.

Ainda dentro do setor industrial, a construção civil, impulsionada pelo programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), pela retomada de obras públicas e redução da taxa básica de juros (Selic), cresceu 4,4% no período em comparação com mesmo trimestre de 2023.



Além disso, o aumento do consumo de bens e serviços, proveniente do crescimento da renda média da população, em um mercado de trabalho aquecido, impulsionou o comércio e os transportes e fez o setor de serviços crescer 2,5%.

O professor de economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mauro Sayar Ferreira, aponta que na comparação ano a ano, o crescimento do PIB estadual é superior ao nacional, impactado principalmente pelo mercado de trabalho mais aquecido no Estado que na média nacional.

Mas, na comparação com o trimestre anterior, a economia mineira dá sinais de esgotamento desse que é um de seus impulsos. “Como a po-

pulação ocupada aqui cresceu muito ano passado, praticamente esgotou a capacidade de ampliar muito a produção através da incorporação de pessoas no mercado de trabalho. Chegou no limite para isso”, afirma.

O professor da UFMG pontua que o fato não significa retração econômica. “Quer dizer simplesmente que um dos motores de crescimento mais acelerado talvez esteja se esgotando. Você continua produzindo no patamar elevado, mas em termos de taxa de crescimento, talvez ao longo deste ano o crescimento nacional suplante o de Minas”, disse Sayar Ferreira. Ele ressalta que a base de comparação alta pode resultar em taxas de crescimento menores do PIB de Minas Gerais e uma saída para continuar o crescimento é aumentar a produtividade.

## MINAS GERAIS PODE AUMENTAR PARTICIPAÇÃO NO PIB NACIONAL

Walter Horta, economista da FIEMG-Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, também espera um ritmo menor do crescimento econômico estadual, ainda que ligeiramente maior que o nacional. A estimativa da FIEMG é que o PIB mineiro cresça 2,1% este ano. Já o último Boletim Focus estimou alta de 2,09% do PIB brasileiro.

“Tem todo um contexto mais positivo na economia, principalmente se tem um mercado de trabalho aquecido, um patamar elevado de transferências de renda e gastos públicos, tudo isso favorece aumento da massa de rendimento das famílias”, comenta Horta. “Consequentemente, quando tem maior crescimento da renda, tem crescimento do consumo, seja de bens, de serviços também”, completa.

Ele destaca o aumento da participação de Minas Gerais na proporção do PIB nacional no primeiro trimestre deste ano, agora, de 9,4%, ante 9,3% no mesmo período de 2023. “Se continuar nessa toada, de Minas crescer com patamar acima do Brasil, a tendência é que a gente continue ganhando espaço na economia brasileira”, finaliza.

Fonte: O Tempo/Diário do Comércio

## MINAS GERAIS/BRASIL – PIB EM US\$ milhões 2001/2023\*

Ano	Minas Gerais	Brasil	MG/Brasil-%
2001	47.837	559.563	8,55
2002	42.345	508.101	8,33
2003	46.956	559.465	8,39
2004	58.761	669.340	8,78
2005	77.411	892.033	8,68
2006	97.715	1.107.131	8,83
2007	123.421	1.396.797	8,84
2008	151.689	1.693.147	8,96
2009	144.247	1.672.625	8,62
2010	199.673	2.209.751	9,04
2011	239.042	2.614.482	9,14
2012	226.302	2.463.549	9,19
2013	225.938	2.468.456	9,15
2014	219.463	2.454.846	8,94
2015	155.584	1.796.168	8,66
2016	156.432	1.800.134	8,69
2017	180.570	2.063.185	8,75
2018	168.224	1.916.213	8,78
2019	165.155	1.872.506	8,82
2020	132.340	1.475.365	8,97
2021	159.027	1.670.453	9,52
2022*	182.078	1.951.528	9,33
2023*	205.846	2.173.662	9,47

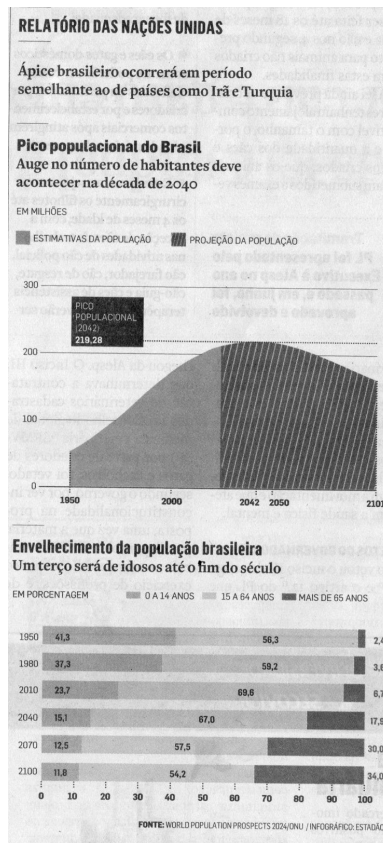
Projeções preliminares – US\$ correntes. Fonte: IBGE/Banco Central do Brasil/Fundação João Pinheiro – Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

### \*CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós-graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e de Comércio, Indústria e Mineração; e de Minas e Energia do Governo de Minas Gerais; Também foi Diretor-Geral (Reitor) do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Atualmente é Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Vice-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de **MERCADOCOMUM**. Autor de vários livros, como a coletânea intitulada “Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento”.



# População no Brasil terá pico em 2040 e depois começará a cair



Sobe e desce: a população brasileira continuará a expandir até o início da década de 2040. Após atingir um pico de 220 milhões de habitantes, o país sofrerá uma contração, segundo relatório da ONU publicado no dia 11 de julho último.

Com isso, os dados indicam que o Brasil, atualmente a sétima maior população mundial, perderá essa posição no futuro.

Até 2054, o Brasil cairá para a décima colocação, sendo ultrapassado por Bangladesh, Etiópia e República Democrática do Congo. No final do século, nossa população deve ser 23%

menor do que atualmente.

Fonte: O Estado de S.Paulo

O X da questão: o relatório adverte que os países que antecipam uma redução populacional em um período de até 30 anos devem começar agora a se preparar para os desafios dessa mudança.

Basta considerar que, com o aumento da população idosa superando o número de nascimentos, haverá menos trabalhadores contribuindo para o sistema previdenciário e mais idosos dependendo dos benefícios — comprometendo a sustentabilidade financeira da previdência social.

Na década de 1980, havia nove trabalhadores ativos para cada aposentado no Brasil. Desde então, esse número já caiu pela metade.

Além disso, com o aumento da expectativa de vida, as pessoas passam mais tempo recebendo benefícios de aposentadoria — o que agrava ainda mais a situação. Para se ter ideia, em 2022, a expectativa de vida era de 75,5 anos, em comparação com apenas 45,5 anos em 1940. Até 2100, espera-se que mais de um terço da população tenha 65 anos ou mais.

Fonte: Daily Fin

# A rede de supermercados que vai construir um condomínio em Los Angeles, Califórnia, Estados Unidos



Tudo que você precisa a um elevador de distância. Essa é a nova ideia dos supermercados Costco ao iniciar a construção de um condomínio no sul de Los Angeles.

Embora ainda não exista no Brasil, a rede é uma gigante nos EUA, com mais de 300 mil funcionários e faturamento de US\$ 248 bilhões por ano.

O complexo vai ficar bem em cima de uma loja da marca, e vai contar com 800 apartamentos. Os moradores vão ter acesso a piscina, quadras de basquete, academias e salas de reuniões.

Mas qual é o sentido disso? O pulo do gato está no fato de que as leis de construção em LA são um tanto quanto complicadas, podendo atrasar e encarecer muito os novos comércios.

Uma das exceções é o desenvolvimento de projetos que incluem moradias. Ou seja, o Costco vai, literalmente, construir um condomínio para acelerar a abertura de uma loja em local estratégico.

Juntando o útil ao agradável: a Califórnia passa por uma crise de moradia com recorde de pessoas sem teto e aluguéis caros. Com isso, o Condo-

-Costco vai ter 184 apartamentos para pessoas de baixa renda.

A construção vai ser relativamente simples e barata, já que as unidades são pré-fabricadas — construídas em outro lugar e trazidas para serem encaixadas no local certo, como se fosse um Lego gigante.

Olhando mais à frente: no fim do dia, ao ajudar a cidade e proporcionar uma série de serviços aos moradores, o modelo do Costco pode inspirar tanto outras grandes metrópoles quanto outros varejistas do setor.

Fonte: The News

# São Paulo tem os homens mais ricos do Brasil

*Detendo o estado de São Paulo 32,4% da riqueza brasileira, a sua capital tem os maiores bilionários do Brasil e é considerada a cidade com mais homens bem-sucedidos do país*



Como muitos sabem, São Paulo é o principal centro financeiro e corporativo da América do Sul e uma das maiores potências do mundo. A cidade tem mais de duas vezes a riqueza de todos os estados do NE somados e a disparidade fica mais escandalosa quando se considera que a população nordestina é maior que a paulista.

Curiosamente também é a cidade que mais concentra Sugar Daddies e Sugar Babies do Brasil de acordo com pesquisa feita pela plataforma de relacionamentos MeuPatrocínio, que levantou dados sobre seus usuários. Com tanta diversidade, mistura de culturas, opções de atividades e oportunidades, São Paulo é o lugar onde você

pode observar uma grande quantidade de homens bem-sucedidos.

Por isso, é também o estado com a maior quantidade de bilionários brasileiros. Das 284 posições na lista da Forbes Brasil, 113 são ocupadas por super ricos paulistas. O maior bilionário paulista é Eduardo Saverin, segundo colocado do ranking geral, com uma fortuna estimada em R\$ 52,80 bilhões. Seguido a Saverin aparece Jacob Safra e seus três irmãos Esther Safra, Alberto Safra e David Safra. Filhos do banqueiro Joseph Yacoub Safra, a fortuna dos herdeiros paulistas está estimada em R\$ 38,9 bilhões.

Nos dados coletados pela pes-

quisa do MeuPatrocínio, o bairro dos Jardins encabeça o ranking de maior número de Sugar Daddies cadastrados na cidade de São Paulo. Em geral, a Zona Oeste foi a campeã entre as regiões. Liderada pelos Jardins, também teve Vila Mariana, Moema e Vila Olímpia como principais bairros com mais Sugar Daddies buscando encontrar Sugar Babies para mimar.

Depois da Zona Oeste, a segunda região do ranking foi a Zona Sul, com o bairro do Morumbi em destaque. Através do site MeuPatrocínio, você pode observar a grande quantidade de homens ricos e bem-sucedidos que vivem na cidade mais movimentada do Brasil.





## Cada palavra de Lula adiciona mais incerteza e mais pessimismo na economia, sem nenhum propósito

**Roberto Brant**

*Advogado, ex-deputado federal e ex-ministro da Previdência Social*

Todos os governos normais buscam e estabilidade econômica. Nos momentos de instabilidade os principais preços da economia se tornam incertos e tanto as empresas como as pessoas suspendem ou adiam suas decisões de investir e de consumir, o que naturalmente diminui o ritmo de atividade e o próprio crescimento futuro. Portanto, qualquer que seja a orientação política do governo, a primeira missão de um governante é contribuir, pelas palavras ou pelo silêncio, para garantir o maior nível possível de estabilidade ou, na linguagem dos mercados, a ancoragem das expectativas.

Algumas fontes de instabilidade estão fora do controle dos governos, como é o caso das crises financeiras internacionais, dos conflitos armados e dos eventos climáticos. Lidar com estas crises já exige muita competência e muitos recursos. Mesmo para quem gosta de emoção não há nenhuma necessidade de provocar novas causas de imprevisão e incerteza no plano econômico.

Por isso são cada vez mais incompreensíveis os últimos movimentos e discursos do nosso Presidente. Por cansaço ou por falta de entendimento, cada palavra de Lula adiciona mais incerteza e mais pessimismo na economia, sem nenhum propósito.

Veja-se seu antagonismo com o Banco Central. Ele não se conforma com o fato de ter que conviver dois anos com um Presidente do Banco Cen-

tral nomeado por seu antecessor, quando esta é exatamente a ideia da autonomia. Políticas de juros e de estabilidade não são matérias para serem decididas em praça pública. Seu sucessor também terá que conviver dois anos com dirigentes indicados por ele. Ao chamar de adversário político o atual chefe do BACEN, comete no mínimo uma injustiça, por não se lembrar de que no ano de 2022, em pleno processo eleitoral, este mesmo BACEN elevou os juros de 9,25% para 13,75%, enquanto de 2023 até agora diminuiu os juros dos 13,75% para 10,50%. Qual o objetivo de toda esta arenga senão causar tumulto e buscar culpados?

Ninguém gosta de juros altos, mas reduzi-los por meio de comícios seria o pior caminho. Afinal ficamos livres da inflação graças ao Plano Real, que agora faz 30 anos, aprovado pelo Congresso apesar da oposição e dos discursos contrários do PT e de Lula. Esta é nossa melhor conquista e o maior avanço na proteção da renda da população mais pobre. Colocar isto em risco é uma irresponsabilidade.

Os juros estão altos por muitas razões e uma delas, não a única, é a questão fiscal. O desequilíbrio das contas públicas não é um fato de hoje. Vem de longe e foi agravado pela Constituição de 1988 e os governos do PT de 2010 até 2016. O atual governo Lula tentou o equilíbrio via aumento de impostos. Este caminho chegou ao limite e agora é preciso volta-se para alguma redução das despesas.

Por uma razão difícil de compreender Lula, em oposição à sua própria equipe econômica, tem adotado uma atitude defensiva, até mesmo negacionista, nesta questão. Todos sabemos que os políticos, quando acuados, não gostam de chamar as coisas pelos seus próprios nomes, mas ao dizer que a maioria dos gastos no nosso orçamento não são gastos, mas investimentos, Lula se superou, porque de todos os gastos da União, menos de 2% são realmente investimentos.

Cortar os gastos atuais da União não é apenas um imperativo econômico, mas principalmente um ato de justiça, pois todos sabemos como o orçamento está capturado por interesses que não são os da maioria da população. Se continuarmos com os atuais desequilíbrios, os juros continuarão elevados e o endividamento crescente vai pressionar a inflação e prejudicar o crescimento.

O que mais impressiona nas posições de Lula quanto ao orçamento é que sua oposição aos cortes é praticamente desnecessária, pois já existe uma coalizão poderosa para manter as despesas públicas como estão. Talvez o problema fiscal não causasse tanta ansiedade não fossem os discursos do Presidente.

A história política nos ensina que o retorno dos políticos ao poder é quase sempre uma maldição. Mas o empenho de Lula em atrapalhar seu novo governo permanecerá por muito tempo como um mistério.

# A verdadeira história do Palácio das Mangabeiras, considerado a residência oficial dos governadores mineiros de JK até a posse do governador Romeu Zema, em 01.01.2019 – que o renegou

*Pronunciamento do governador Juscelino Kubitschek à Rádio Inconfidência, em 26 de julho de 1952, após seis meses de governo:*



*Cabe aqui, embora a contragosto, um parêntese nesta palestra com os meus amigos. Em meio dos papéis que, semana após semana, me vêm às mãos, propondo-me medidas dessa natureza, chegou-me um ofício do Comandante Geral da Polícia Militar, informando-me que o Governo passado resolvera adaptar, para residência*

*eventual do Governo, uma casa que a Polícia, em terrenos de sua propriedade, iniciara para repouso dos oficiais empregados na instrução de tiro. Comunicava-me o Comandante Geral, digno oficial que exercera idêntica função no Governo anterior, que as obras daquela adaptação não haviam sido concluídas e pedia, então, minha*

*autorização para prosseguir nelas, frisando textualmente em seu ofício: "A construção, com essas obras de adaptação, está quase terminada (notai bem, está quase terminada), mas necessita ainda de trabalhos complementares de acabamento. É urgente que se proceda a esses trabalhos, sem o que poderia ocorrer grande prejuí-*

zo com o estrago das partes ainda não terminadas”.

*Tivesse eu negado essa autorização e, com toda justiça, seria acusado de incúria com respeito a um bem estadual. Autorizei o acabamento das obras e fui acusado de gastos voluptuários. Fiz apenas um ato de rotina administrativa – e para isso até recusei um projeto de remodelação do arquiteto Oscar Niemeyer, por considerá-lo dispendioso – fiz apenas um ato de rotina administrativa, repito, e a casa de simples casa, passou a ser o Palácio das Mangabeiras. Realmente, a minha mão deve ser miraculosa, para que, com uma simples assinatura, uma residência, que não vai ser maior nem mais confortável do que aquela que qualquer cidadão de posses médias pode construir e que eu não planejei nem início, se transforme em palácio mirabolante de faustoso.*

*Comparem-se, porém, as fotografias feitas por fotógrafos que os opositores levaram ao local, há poucos dias publicadas na imprensa, com as do arquivo da Polícia Militar remetidas à Assembleia Legislativa, e ver-se-á que em dois meses e meio, isto é desde que foi reiniciado o serviço, seria humanamente impossível atribuir ao meu governo a construção que lá se encontra. Dentro de 30 dias, deverá estar concluída a casa, cujas obras estão sendo levadas a termo em sigilo. Conforme se propalou, pois todos que intentaram visitá-la e fotografá-la conseguiram realizar o seu desejo. Como fiz com o Palácio da Liberdade, logo que assumi o governo, abrindo-o à visitação pública em dias marcados, também franquearei a casa das Mangabeiras à visita do povo, naturalmente dentro das exigências de serviço do Polícia Militar, que é proprietária e utiliza os terrenos circundantes para exercícios de tiro, ficando exatamente localizados na parte posterior à residência.*

*Com isso, dou por encerrado um*

*caso que não deveria tomar o tempo do governador do Estado por sua insignificância. Mesmo porque aquela casa destinada à repouso do Governador, constituindo-se em patrimônio do Estado, raramente ou mesmo nunca poderá ser usada por mim, que para isso não tenho tempo. Estou vos prestando contas do que têm sido estes primeiros seis meses de governo e é bom que vos descreva o que tem sido o dia medido do Governador; café, na mesa, às sete horas da manhã, já com os auxiliares de Gabinete à minha frente, lendo-me papéis e submetendo-os à assinatura; audiências públicas ou com autoridades, que nunca se iniciam depois das oito e nunca terminam antes das 13 horas, quando não vou para a mesa do almoço à duas e às três da tarde, e sempre com quatro a dez pessoas, dos lados e na frente, a me dizerem que aquela ponte está caindo, que a professora tal precisa ser aumentada, que os comunistas estão dando tiros em Uberlândia, que os soldados da Polícia estão sem botinas e que reclamam uma estrada para Montes Claros. Depois, mais audiências e despachos até a hora do jantar, após o qual, para variar, mais despachos e audiências. Por volta das onze horas da noite é que o Palácio começa a ficar um pouco vazio só então posso ter a calma e a tranquilidade para me fechar num gabinete, com um ou dois auxiliares, e ir até as duas e as três da manhã estudando planos e projetos, discutindo a política-geral da administração e assentando diretrizes para o futuro.*

*Isso, quando estou no Palácio do Governo. Em viagem, a rotina não é mais suave e, por isso, como exemplo, vos cito a última visita que fiz, à cidade de Campos Gerais, onde, das dez da manhã à cinco da tarde – isto é, durante o tempo em que lá estive – além das solenidade e homenagens a que assisti, recebi, de papel e caneta na mão, as delegações e os prefeitos de onze municípios vizinhos e esgotei um bloco de anotações.*

*A verdade é que este é o meu dever e, porque não me quero furtar ao seu cumprimento, de pouco tempo vou dispor pra repousar. Mas nem por isso fugirei ao imperativo de conservar e melhorar os imóveis públicos. Por essa mesma razão, ordenei obras de restauração e conservação do Palácio da Liberdade, construção que é uma joia histórica do povo de Minas Gerais, não sendo eu quem o iria deixar em ruínas, com as paredes rachadas, os assoalhos soltos e o estuque dos tetos se despreendendo.*

### **Declarações do ex-governador de Minas, Francelino Pereira, sobre o Palácio das Mangabeiras:**

#### **MIL E UMA NOITES SEM LUXO E SEM RIQUEZA**

“O próprio Juscelino, como governador, foi o melhor exemplo de que as divergências políticas muitas vezes não passavam de espuma: incorporou integralmente, e sem restrições, o excelente modelo de planejamento deixado pelo ex-governador Milton Campos.

Mas nem por isso nós o poupamos. Quando mandou reformar, para seu próprio uso, uma casa que a Polícia Militar construía no alto das Mangabeiras, contratando Oscar Niemeyer para executar o trabalho, não tivemos dúvidas em apelidá-la de “Palácio das mil e uma noites”. JK até abriu a casa para mostrar aos deputados udenistas que não passava de uma construção sem qualquer luxo, mas foi inútil. Nós éramos duros, na oposição, e cumpríamos o nosso papel.

Duas décadas depois, quando ocupei o Palácio das Mangabeiras, pude constatar que a então residência oficial do governador de Minas era, na realidade, como é até hoje, uma das mais simples e modestas do bairro. Mas aí a história já estava escrita.”



# TSX Invest inicia vendas do produto "RDD Cidade" com dados estratégicos e socioeconômicos dos municípios para as eleições municipais deste ano

A TSX Invest, unidade de negócios do TSX Group, anunciou no dia 22 de julho, o lançamento e início das vendas de seu mais recente e inovador produto: o RDD Cidade. Este novo instrumento promete revolucionar a forma como candidatos e empresários enxergam suas cidades de atuação, impulsionando também estratégias para as eleições municipais de 2024. O RDD Cidade fornece um estudo abrangente e estratégico para impulsionar campanhas eleitorais municipais e se conectar de forma mais eficaz com a população através de inteligência de mercado, utilizando dados socioeconômicos sobre a cidade.

## O QUE É O RDD CIDADE?

O RDD Cidade representa uma abordagem única e inovadora que impulsiona a preparação e condução de campanhas eleitorais municipais. Mais do que simples documentos, o RDD Cidade é uma ferramenta estratégica que combina uma análise detalhada da realidade local com propostas práticas e direcionadas para o desenvolvimento socioeconômico do município. Esta ferramenta oferece uma visão aprofundada e abrangente dos números referentes a saúde, educação, segurança, saneamento básico, economia, emprego, renda e questões sociais de um determinado município, através de um infográfico prático de consulta rápida, além de apresentar um relatório fundamental para suporte a um plano de propostas para o município. Além disso, o RDD Cidade oferece videoaulas da equipe especializada de Intelligence Unit da TSX Invest, garantindo que os usuários tenham acesso a infor-

mações precisas e atualizadas para fundamentar seus discursos, estratégias de campanha e fazerem um bom uso dos indicadores.

## EM RESUMO, RDD SIGNIFICA:

**R: REALIDADE:** Infográfico prático de consulta rápida com um conjunto de indicadores sobre a sua cidade.

**D: DIREÇÃO:** Relatório fundamental para suporte ao plano de propostas para o município, voltado para impulsionar uma campanha de candidatura municipal.

**D: DISCURSO:** Videoaulas com a equipe de Intelligence Unit da TSX Invest, para esclarecer dúvidas, detalhar as informações fornecidas e orientar sobre o melhor uso do material.

## COMO FUNCIONA O RDD CIDADE?

A metodologia do RDD Cidade é baseada em uma abordagem holística que inclui uma análise detalhada do município, por meio de infográficos, relatórios e videoaulas. Para ter acesso ao RDD da sua cidade, basta acessar o site <https://tsx.com.br/tsx-invest/rdd-cidade/>, preencher as informações solicitadas no formulário e aguardar o contato da TSX Invest. Após a confirmação do pagamento, em até 7 dias corridos você receberá em primeira mão acesso aos conteúdos produzidos para a cidade de interesse. Essas etapas permitem que empresários e candidatos entendam melhor as necessidades e aspirações da população em relação ao município, enquanto desenvolvem estraté-

gias eficazes para abordar essas questões de forma significativa.

Se você é um candidato ou empresário comprometido com o desenvolvimento de sua cidade e busca uma vantagem competitiva nas eleições municipais de 2024, não perca a oportunidade de conhecer mais sobre o RDD Cidade da TSX Invest. No link <https://tsx.com.br/tsx-invest/rdd-cidade/> você encontra todas as informações detalhadas sobre o produto e como ele pode ajudá-lo a alcançar seus objetivos e transformar sua visão em realidade.

A TSX Invest está na vanguarda da transformação socioeconômica e visa moldar o futuro de territórios e regiões. Através de uma abordagem inovadora de gestão de valor compartilhado e estímulo à diversificação econômica; o compromisso é ser catalisador da mudança. Atraímos investimentos de forma estratégica, promovendo o desenvolvimento sustentável com uma metodologia de classe mundial que incorpora as melhores práticas do setor. Exploramos uma Jornada de Capacitação Territorial única, capacitando regiões a atrair investimentos de maneira guiada, através da governança e lideranças da própria região. Geramos empregos, impulsionamos a renda e fomentamos a inovação. Somos mais do que uma agência – somos os arquitetos do crescimento econômico e transformação social. A TSX Invest, focada na atração de investimentos e desenvolvimento econômico, procura melhorar o futuro de nossos municípios e impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de nossas comunidades.

# Gabriele Carlos é a primeira mulher a ocupar o cargo de CEO na ZEISS Vision Brasil

*Com experiência consolidada de mais de 20 anos, dos quais 9 foram dedicados à gestão de Recursos Humanos da ZEISS Vision Brasil, Gabriele passa a integrar o seletivo grupo dos 6% das mulheres que conquistaram uma cadeira de CEO no mundo*

A ZEISS Vision Brasil, divisão de lentes corretivas e produtos de saúde visual do grupo alemão ZEISS, anuncia sua nova Chief Executive Officer: Gabriele Carlos. Graduada em Psicologia e pós-graduada em Gestão Empresarial, a profissional integra o time ZEISS Vision Brasil desde 2015, período no qual liderou a área de Recursos Humanos no Brasil, com suporte LATAM & Ibéria. Como CEO, será responsável pela gestão estratégica de negócios da empresa.

Em sua jornada na ZEISS Vision Brasil, Gabriele mostrou que possui as competências necessárias para assumir o desafio de comandar a empresa, uma vez que obteve resultados significativos a partir da compreensão das complexidades de uma organização e de sua experiência na gestão de projetos, orçamentos e pessoas.

A profissional agregou valor aos negócios e aumentou a produtividade por meio da aplicação de conhecimentos teóricos e práticos, com foco no modelo de consultoria interna de áreas comerciais, operacionais e técnicas em segmentos de mercado distintos. Sua atuação distinguiu-se pelo reconhecimento da importância do desenvolvimento das pessoas e de seu impacto nos resultados obtidos e esperados.

“Venho de uma família em que a figura feminina sempre foi forte e teve espaço de equidade quando comparada aos homens. Sempre trabalhei com homens que me impulsionaram, por acreditar que eu podia fazer a diferença. É um privilégio fazer par-



Gabriele Carlos, Chief Executive Officer na Zeiss Vision Brasil

te da estatística de 6% de mulheres que são CEOs no mundo. É, também, sem sombras de dúvida, uma grande responsabilidade: mostrar que é possível e mobilizar outras pessoas nesse movimento. Com certeza será mais um desafio que abraçarei com garra”, afirma Gabriele.

A psicóloga também tem formação em Profissional & Self Coaching pelo Instituto Brasileiro de Coaching (IBC); em Conselho Administrativo e ESG pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), e em

Conselho Consultivo pelo Centro de Estudos em Liderança e Governança Integrais (Celint). Gabriele é mentora voluntária e membro do Grupo de Líderes da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), membro do Projeto Open Mind, integrante do Grupo de Mulheres do Brasil, e co-autora do livro Mulheres no RH: uma aula prática da alta performance do RH na visão de renomadas líderes - edição Poder de uma mentoria, volume III. Seu trajeto profissional engloba atuações em empresas de renome, entre elas Sodexo, Carrefour e GVT.

# Inteligência Artificial para aquisição de talentos

*Competitividade: o Brasil vai para o fim da fila, mostra ranking+*

**Aécio Lira**

*Ph.D., professor e coordenador do Curso de Especialização de Gestão de Obras com Uso de Inteligência Artificial*

A resposta, em parte, a este gigante desafio, passa pela inovação da próxima década: ter foco e base na Formação por Competências, com uso da Inteligência Artificial, com métricas e monitoramento das habilidades.

A grande barreira neste processo: uso inadequado da Tecnologia de Inteligência Artificial para impulsionar seu processo de seleção de forma eficiente, rápida e segura com uma IA feita sob medida para você, na medida em que tem sido fornecido com inteligência terceirizada. E a realidade mostra um significativo investimento perdido para adquirir candidatos que “nunca são vistos”.

A realidade é que em média, 85% dos currículos são pagos, mas nunca revisados por um recrutador; e isso representa despesas tremendamente ineficientes e “improdutivas”(1)(2). O objetivo a ser buscado, e é o que temos feito como propósito, ter base e foco em formação por competências, com métricas quantitativas com comparabilidade internacional, com um maior aprofundamento nas skills dos respectivos candidatos. O avanço concreto é que cada currículo de um potencial talento seja revisado, aprofundado e avaliado de maneira externa, imparcial e internacional. Aqueles que são ‘medalhistas de prata’ deveriam ser recomendados para outras funções. Sua organização deve saber quanto recebeu pelo investimento para adquirir um currículo.

O verdadeiro custo da nova tecnologia tem uma realidade de implementação com custo elevado, muitos dos quais estão ocultos e acrescentam-se aos custos da tecnologia. Urge que se estabeleçam parcerias com uma tec-



nologia de classificação/pontuação de IA para ver as avaliações mais aprofundadas dos candidatos.

Nesta urgência de um maior aprofundamento o iCEV e a Startup SKILLS+ respondem, em parte, a este gigante desafio, com base na Formação por Competências, com uso da Inteligência Artificial, com métricas e monitoramento das habilidades.

Com o slogan de “Formação por Competências JÁ, nas universidades e nos RH’s das empresas do Brasil”, com foco em Empregabilidade Global!

Este é seu ingresso para o futuro da formação profissional com base em competências e comparabilidade internacional.

No dia 30.06.2024, no Campus Party Weekend, da INVESTE PIAUÍ, a Startup SKILLS+ com o estratégico apoio do iCEV, fez o Lançamento dos seus primeiros inéditos produtos para o mercado de Certificação Profissional, com foco na competitividade glo-

bal, em especial, com a oferta promocional de lançamento.

Todos os cursos são 100% on-line, em português com monitoramento das habilidades, métricas quantitativas de nível global (Escala ELO Rating System de 0 a 500, nos Níveis Pré-Básico - Básico - Intermediário - Avançado) e, com a conclusão de cada curso, receber a Certificação de Competências da SKILLS+ (em dezenas de habilidades, soft e hard skills, estruturadas em grupos de atividade profissional de até seis habilidades).

**SAIBA MAIS E INSCREVA-SE:**  
[www.skillsmais.com.br](http://www.skillsmais.com.br)

(1): Com base num extenso estudo interno realizado entre 2019 e 2022, envolvendo sete empresas globais proeminentes em quatro países e analisando um conjunto de dados que compreende mais de 4 milhões de currículos.

(2): Relatório Appcast 2023

Obs.: Valor Econômico 18.06.2024



## Empresas e investidores têm ficado 'longe' da bolsa de valores brasileira



O mar não está para peixe. Atualmente, o Brasil enfrenta a maior seca de ofertas públicas iniciais de ações (IPOs) dos últimos 20 anos.

O país não participa de uma nova abertura de capital na B3 desde a estreia da empresa de medicamentos Viveo, em agosto de 2021, marcando quase três anos sem novos IPOs.

Segundo um relatório divulgado em 12 de junho último, a Bolsa contava com 439 empresas listadas, o menor número desde junho de 2021. O recorde foi alcançado em dezembro daquele ano, com 463 empresas.

Uma despedida significativa: no próximo mês de agosto, a B3 deverá perder mais um importante player, a Cielo. A oferta pública para o fecha-

mento de capital da empresa está marcada para o dia 14 — uma iniciativa liderada pelo Banco do Brasil e pelo Bradesco, que planejam retirar a adquirente da bolsa.

A desaceleração também está sendo vista no número de investidores. Pela segunda vez consecutiva, o número de CPFs registrados caiu, chegando a atingir 5,1 milhões — uma diminuição de 0,2% no mês.

O recorde de investidores na bolsa foi registrado em julho do ano passado, com 5,36 milhões. No mês seguinte, o resgate de BDRs do Nubank fez a bolsa perder nada menos que 548,8 mil investidores.

Quadro geral: além da escassez de IPOs — que, naturalmente, atraem

novos investidores para a bolsa —, o desempenho do mercado acionário também pode estar afugentando os investidores.

Apesar da alta de 4,03% no mês até o dia 10 de julho, o Ibovespa acumula uma queda de -3,94% neste ano.

Enquanto isso, do outro lado do mundo, as ofertas públicas iniciais nos EUA tiveram o melhor início de ano desde 2021, com mais de US\$ 20 bilhões arrecadados nos primeiros seis meses.

Ao todo, mais de 70 empresas já abriram o capital neste ano nas bolsas americanas. Lá, a volta por cima é real.

# Nova estratégia estimula a valorização e o controle da origem da cachaça produzida na Região de Salinas

*Sebrae Minas e produtores locais desenvolvem ações para oferecer mais segurança para o consumidor, garantir a rastreabilidade da bebida e ampliar o acesso à mercado*



A cidade de Salinas, no Norte de Minas Gerais, conhecida como a "capital mundial da cachaça", está recebendo um novo impulso. O município, que possui o maior número de cachaçarias registradas no Brasil e o segundo a obter a chancela de Indicação Geográfica (IG), na modalidade de Indicação de Procedência (IP) no país, tem uma nova estratégia de reposicionamento de mercado. Apoiada pelo Sebrae Minas, essa estratégia pretende agregar valor à marca e criar diferenciais competitivos por meio da valorização da origem, da qualidade e da história por trás da cachaça da Região de Salinas.

Há 16 anos, o Sebrae Minas iniciou o apoio aos produtores da região com o projeto 'Comercialização da Cachaça de Alambique'. Um ano depois, a instituição também foi um dos parceiros que ajudaram a ampliar a promoção da cachaça da região, por meio da conquista da Indicação Geográfica (IG), concedida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), em 2012. No Brasil, apenas outras três cidades alcançaram tal status para a cachaça: Paraty (RJ), Abaíra (BA) e Morretes (PR).

Em 2015, foi criada a marca coletiva, uma estratégia que expressa e

comunica o propósito, valores, identidade, origem e as tradições da região, gerando valor para o território e para o trabalho dos produtores. Já no ano passado, o Sebrae Minas, em parceria com a Associação dos Produtores Artesanais de Cachaça de Salinas (APACS) - que representa 57 marcas de 27 fabricantes de cachaça, com produção de cerca de 3 milhões de litros por ano - desenvolveu uma nova estratégia para resguardar a procedência da cachaça e valorizar a IG da Região de Salinas, delimitada pelos municípios de Salinas, Novorizonte, Taiobeiras, Rubelita, Santa Cruz de Salinas e Fruta de Leite.

“Salinas é a principal referência na produção de cachaça artesanal em Minas. É a maior produtora do estado em quantidade e a segunda em número de marcas vendidas. Queremos intensificar a fama e a notoriedade conquistadas dentro e fora do Brasil para promover a origem produtora e características marcantes que tornaram o produto único. Além disso, iremos implementar medidas de controle e combate às falsificações para que o consumidor saiba identificar a verdadeira cachaça da Região de Salinas”, afirma o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas, Marcelo de Souza e Silva.

Entre as ações realizadas está o ALI Indicação Geográfica (IG), uma iniciativa que orienta as governanças locais a encontrar soluções inovadoras para questões práticas da gestão do território. O objetivo é melhorar os processos de gestão das indicações geográficas, considerando sua regulamentação, controle, proteção e promoção.

Na ocasião, foi feito um levantamento que identificou os principais desafios e gargalos da IG. Com base nesses apontamentos e prioridades, foi criado um plano de ação em conjunto com produtores, Sebrae Minas e a APACS, responsável pela gestão da IG.

“Tínhamos dificuldade em relação ao controle da procedência e do uso do selo. Não conseguíamos rastrear de onde a cachaça realmente vinha, se era da Região de Salinas ou não. Com o apoio do Sebrae Minas, conseguimos um norte que facilitou nosso trabalho. Começamos a refazer desde a parte legal, alinhando o uso da marca da Região de Salinas registrada no INPI, reformulamos processos e colocamos as normativas em dia”, conta o presidente da APACS, Jean Henrique de Oliveira.

Uma das medidas consistia em eliminar distorções do uso da marca coletiva e da Indicação Geográfica.

Para isso, será criado um selo de procedência que será adesivado à garrafa. O selo irá conter: a marca original da Região de Salinas cadastrada no INPI, a identificação da Indicação Geográfica (IG), um QR Code e um código numérico, que identifica o produtor e o lote da bebida.

### DENTRO DOS PADRÕES

Para dar ainda mais segurança ao processo de padronização das cachaças produzidas na região, o Sebrae Minas firmou parceria com o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). O acordo prevê a realização de análises físico-químicas e sensoriais das bebidas para classificar aquelas que seguem os padrões especificados na Indicação Geográfica (IG). Esses padrões incluem estar dentro do território delimitado pela chancela e possuir as características típicas da cachaça produzida na região.

“O clima, o solo e o sol, tudo contribui para que a Região de Salinas tenha um terroir único. Mas não basta apenas ser da região. Os produtores devem adotar boas práticas de produção. As propriedades não podem acelerar o processo produtivo por qualquer meio artificial, devem utilizar o alambique de cobre e a cana plantada na área demarcada pela Indicação Geográfica. Além disso, só podem usar na fabricação o fermento caipira, à base de milho. Com a análise do Instituto, vamos garantir que todas as bebidas que receberem o selo de procedência mantenham o mesmo padrão, assegurando a origem, qualidade e a legitimidade da cachaça produzida na região”, conta Jean Oliveira.

Somente os produtores de cachaça que cumprirem as normas estabelecidas pela APACS, e passarem por visitas de verificação para comprovar que seguem as especificações exigidas, receberão o selo. “A cachaça possui a maior carga tributária do

país, que chega a quase 82% em tributos, o que dificulta a competitividade, principalmente, das pequenas empresas do segmento. Além disso, há um grande mercado informal com preços desleais em relação ao custo de produção de quem trabalha legalmente. Por isso, é necessário criar mecanismos de controle, como o selo de procedência, que assegurem ao consumidor que o produto possui legitimidade e qualidade. Isso valoriza a cultura e a tradição local, impulsiona o desenvolvimento econômico do território e fortalece a reputação da marca Região de Salinas”, destaca Marcelo Silva.

### CONHECIMENTO

Além da valorização da procedência, o Sebrae Minas tem oferecido suporte gerencial aos produtores da região, por meio de consultorias, palestras e seminários para melhorar a gestão dos negócios. A instituição incentiva ainda o consumo da bebida no próprio território, capacitando restaurantes e bares da cidade na preparação de drinks a base de cachaça e frutas da região.

Os produtores da bebida também já participaram de missões empresariais, entre elas, visita a Paraty, no Rio de Janeiro. A cidade foi a primeira no Brasil que teve a cachaça reconhecida com o título de Indicação Geográfica (IG), em 2007. Durante a missão, os participantes puderam conhecer de perto boas práticas e inovações no processo de produção e trocar experiências e estratégias sobre a promoção da cachaça associada ao turismo e ao comércio local.

### FESTIVAL

Outra ação do Sebrae Minas é apoiar a participação dos produtores de cachaças de alambique da Região de Salinas em feiras e eventos do setor, como: a Expocachaça, que foi realizada de 4 a 7 de julho, em Belo Horizonte, e o Festival Mundial da



Cachaça, que acontece neste final de semana (12 a 14/7), em Salinas.

Nesta edição do festival, as cachaçarias associadas a APACS irão expor e comercializar seus produtos. No stand do Sebrae Minas, haverá degustação e venda de produtos da agroindústria mineira, como cafés, doces, queijos e mel, além do artesanato do projeto Origem Minas. Os visitantes também poderão interagir em uma experiência em 3D que mostra como a tecnologia se conecta aos negócios.

A previsão é que o Festival Mundial da Cachaça, promovido pela APACS com o apoio do Sebrae Minas, receba mais de 30 mil visitantes nesta edição.

## VOCAÇÃO

Em 2023, o Brasil contabilizou 1.217 cachaçarias registradas, um aumento de cerca de 8% em relação a 2022, de acordo com o Anuário da Cachaça 2024, divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Minas Gerais consolidou-se como o estado com o maior número de cachaçarias, somando 504 estabelecimentos, o que representa 41% do total nacional. É a primeira vez que um estado supera a marca de 500 cachaçarias registradas.

Minas Gerais não só lidera em quantidade de estabelecimentos e registros, mas também em diversidade de marcas, com uma média de 8,6 marcas por estabelecimento, totalizando 4.341 marcas.

Ainda segundo o Anuário da Cachaça, em relação aos municípios com o maior número de cachaçarias registradas no país, Salinas lidera o ranking com 24 estabelecimentos, quase 5% das cachaçarias no estado. Além disso, a cidade é a segunda no Brasil com a maior quantidade de registros da bebida, 202 ao todo, atrás apenas de Belo Horizonte com 336 produtos registrados.



presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas, Marcelo de Souza e Silva

## INAUGURAÇÃO

Além das cachaçarias, a cidade de Salinas concentra mais de 4 mil empresas, sendo 96,5% pequenos negócios. Para incentivar a formalização e a abertura de novas empresas e facilitar o acesso às informações para a melhoria da gestão dos empreendimentos no município e na região, o Sebrae Minas inaugurou, nesta sexta-feira (12/7), a nova Agência de Atendimento, localizada na rua Vereador Eurico Sarmento, 171, no bairro Alvorada.

O espaço, mais amplo e moderno, conta com salas de capacitações, cursos, oficinas, consultorias e treinamentos. Além de Salinas, a unidade também vai atender empreendedores e empresários de outros 16 municípios do Alto Rio Pardo: Águas Vermelhas, Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo.

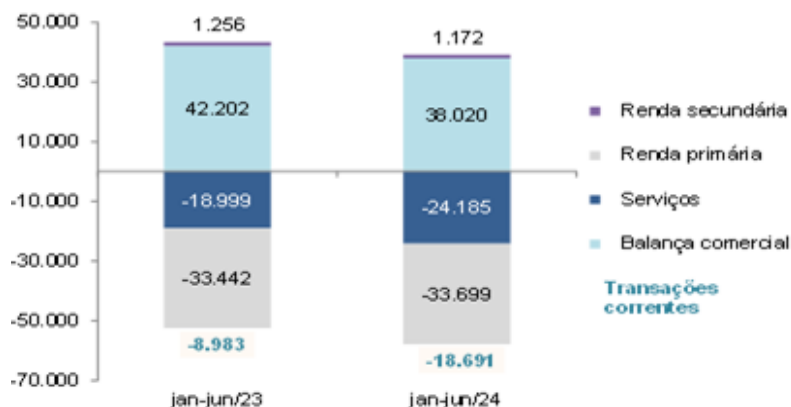
## Brasil: déficit em conta corrente aumenta para US\$ 18,7 bilhões e Investimentos Diretos no País alcançam US\$ 36,5 bilhões no 1º semestre de 2024



### TRANSAÇÕES CORRENTES

Conforme o gráfico abaixo (Figura 1), quando se compara o déficit em transações correntes com o primeiro semestre de 2023, se registrou um aumento de US\$ 9,0 para US\$ 18,7 bilhões. Parte expressiva desse aumento decorreu dos maiores gastos com serviços, principalmente serviços de propriedade intelectual (que correspondem aos pagamentos pelos direitos de exibição de conteúdo artístico e de distribuição de software), transportes e telecomunicação. O superávit comercial foi de US\$ 38,0 bilhões,

**Fig.1: Transações Correntes**  
Em US\$ milhões. Fonte: BCB.



inferior ao ano passado. O déficit nas rendas primárias teve um pequeno aumento, chegando a US\$ 33,7 bilhões este ano.

Em 12 meses, o déficit em conta corrente deu continuidade a sua trajetória altista, conforme o gráfico abaixo (Figura 2), ao registrar US\$ 31,5 bilhões, o que corresponde a -1,41% do PIB.

Ainda nesta métrica, as despesas líquidas com serviços seguiram em tendência altista (Figura 3), com exceção de viagens. Os gastos com viagens continuaram abaixo do observado antes da pandemia. As despesas líquidas com aluguel de equipamentos, por sua vez, deram continuidade a sua trajetória altista desde junho de 2023. Também no acumulado em 12 meses, as despesas líquidas com juros tiveram pequena redução, enquanto as remessas líquidas de lucros e dividendos continuam em aceleração (Figura 4).

Cabe lembrar que houve um ajuste de metodologia dos criptoativos, que deixaram de ser contabilizados na balança comercial e aparecem agora na conta capital. Assim, a projeção para o saldo em conta corrente neste ano é de déficit entre US\$ 30 e 35 bilhões.

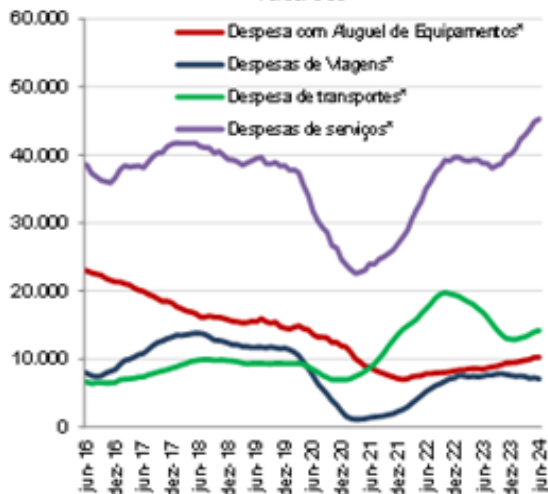
**Fig.1: Transações Correntes**  
Em US\$ milhões. Fonte: BCB.



**Fig.2: Déficit em transações correntes**  
US\$ bilhões. Acumulado 12 meses. Fonte: BCB



**Fig. 3 - Corta de Serviços**  
US\$ milhões. Acumulado em 12 meses. Fonte: BCB



\* líquidas das receitas

**Fig. 4 - Renda Primária**  
US\$ milhões. Acumulado em 12 meses. Fonte: BCB



\* líquidas das receitas



## CONTA FINANCEIRA

O saldo líquido de investimentos diretos no país (IDP) foi de US\$ 6,3 bilhões em junho, acima do observado em maio (US\$ 3,0 bilhões) e do consenso de mercado (US\$ 3,3 bilhões). Conforme a figura 5, no ano, o IDP soma US\$ 36,5 bilhões, bem acima do observado no mesmo período de 2023 (US\$ 30,4 bilhões). Boa parte desse crescimento se concentrou nos maiores ingressos líquidos de empréstimos intercompanhia (alta de US\$ 4,2 bilhões) e lucros reinvestidos (variação de +US\$ 3,5 bilhões). Provavelmente, a expansão das condições

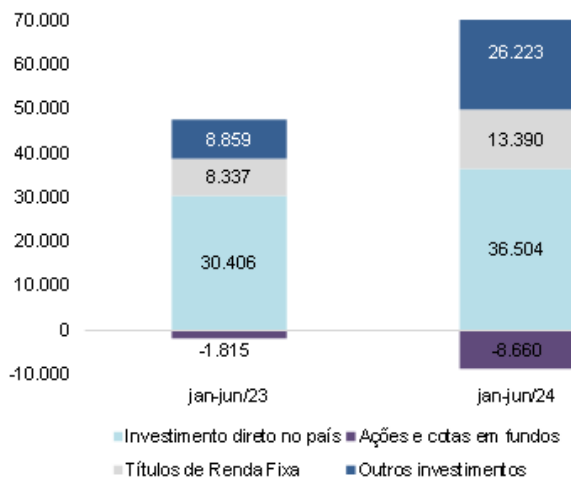
financeiras no exterior neste ano, num contexto de menor aversão ao risco, foi relevante para os aumentos dos volumes de empréstimos intercompanhia e de lucros reinvestidos. Projeta-se um fluxo de IDP entre US\$ 70 e 75 bilhões neste ano.

Nos últimos 12 meses, o IDP foi de US\$ 70,3 bilhões ou 3,15% do PIB, ante 3,3% em junho de 2023. Como mostra o gráfico abaixo (Figura 6), o déficit em conta corrente tem aumentado, mas o IDP ainda o supera com folga, na métrica de 12 meses.

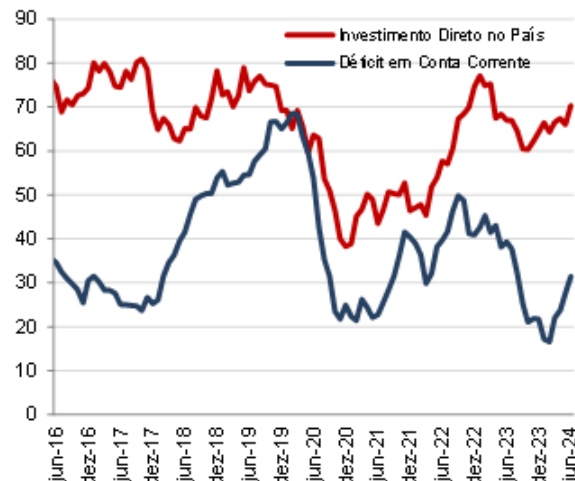
Os investimentos externos em

carteira registraram um saldo de +US\$ 3,3 bilhões no mês e US\$ 4,7 bilhões no ano. Novamente, os destaques foram os títulos emitidos no exterior; que responderam por pouco mais de 60% dos ingressos líquidos dos investimentos em renda fixa tanto no mês (US\$ 4,6 bilhões), como no primeiro semestre (US\$ 13,4 bilhões). As condições mais folgadas de liquidez no exterior e a as elevadas taxas de juros domésticas são alguns fatores que explicam esse forte fluxo de recursos via a emissão de títulos. Assim, a taxa de rolagem dos compromissos externos subiu para 179% em junho, ante 131% em maio. No ano,

**Fig.5: Investimento Externo no País**  
Em US\$ milhões. Fonte: BCB



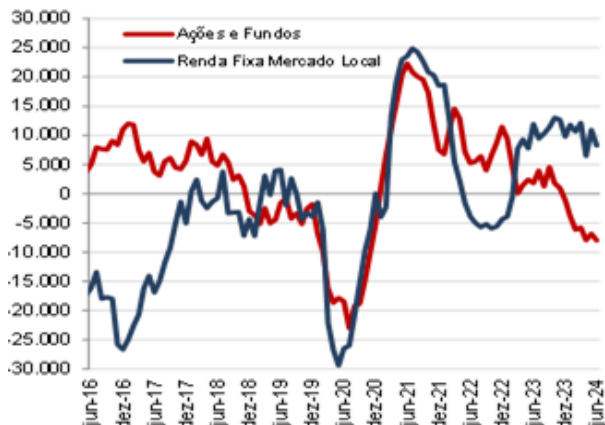
**Fig 6- Necessidade de financiamento**  
US\$ bilhões. Acumulado em 12 meses.  
Fonte: BCB



**Fig. 7 - Taxa de Rolagem.**  
Acumulado em 12 meses.  
Fonte: BCB



**Fig 8 - Investimentos em carteira**  
US\$ milhões. Acumulado em 12 meses.  
Fonte: BCB



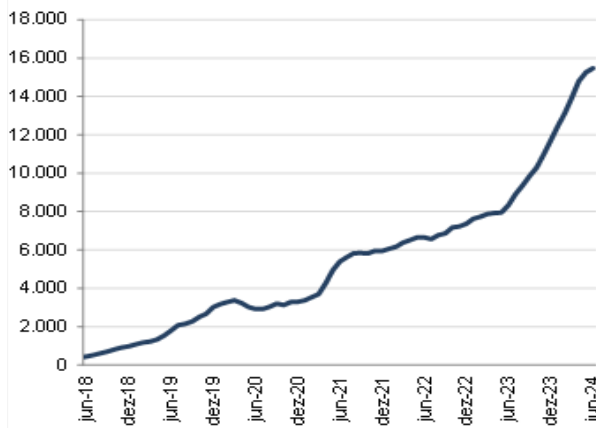
**Fig. 9 - Investimentos no exterior**

US\$ milhões. Acumulado em 12 meses.  
Fonte: BCB



**Fig. 10 - Saldo de Criptoativos**

US\$ milhões. Acumulado em 12 meses.  
Fonte: BCB



esta taxa é de 141% no ano, com destaque para as emissões líquidas de títulos. A figura 7 abaixo apresenta o forte crescimento da taxa de rolagem em 12 meses.

Já os investimentos em ações continuaram negativos, US\$ 1,4 bilhão em junho, e registraram o sexto mês consecutivo de saídas líquidas. Neste ano, o saldo líquido desses investimentos atingiu -US\$ 8,66 bilhões ante -US\$ 1,8 bilhão no mesmo período de 2023. A figura 8 abaixo ilustra a tendência de baixa desses investimentos iniciada desde o fim de 2021.

Os investimentos de brasileiros no exterior (direto + carteira + outros investimentos) cresceram US\$ 10,2 bilhões no primeiro semestre em relação ao mesmo período de 2023 e somaram US\$ 29,1 bilhões. Os destaques foram os maiores investimentos em títulos, enquanto as aplicações em ficaram levemente negativas. Como mostra a figura 9, em doze meses, estes investimentos estão de lado.

A partir de junho, o Banco Central passou a contabilizar os investimentos em criptomonedas na conta capital e não mais na conta corrente. Neste ano, os brasileiros adquiriram liquidamente US\$ 8,6 bilhões, ante US\$ 4,7 bilhões no mesmo período de 2023. A forte valorização dessas moedas nos

**Quadro 1: Balanço de pagamentos**

(US\$ milhões)	2023		2024	
	jun-23	jan-jun/23	jun-24	jan-jun/24
<b>Transações correntes</b>	<b>-182</b>	<b>-8.983</b>	<b>-4.029</b>	<b>-18.691</b>
Balança comercial	9.299	42.202	6.044	38.020
Exportações	29.870	168.204	29.322	169.243
Importações	20.571	126.002	23.278	131.223
Serviços	-3.745	-18.999	-4.144	-24.185
Viagens	-909	-3.853	-740	-3.311
Transportes	-1.174	-6.737	-1.388	-8.030
Aluguel de equipamentos	-793	-4.385	-826	-5.184
Demais serviços	-869	-4.024	-1.190	-7.660
Renda primária	-6.120	-33.442	-6.166	-33.699
Salários	4	91	38	231
Juros	-2.476	-12.775	-2.338	-13.195
Lucros e dividendos	-3.649	-20.758	-3.865	-20.735
Renda secundária	385	1.256	237	1.172
<b>Conta capital</b>	<b>-1.080</b>	<b>-4.698</b>	<b>-1.288</b>	<b>-8.551</b>
<b>Conta financeira*</b>	<b>205</b>	<b>-10.845</b>	<b>-4.597</b>	<b>-31.266</b>
Investimento direto no exterior	1.454	10.692	1.213	10.094
Participação no capital	1.318	10.685	1.159	10.249
Operações intercompanhia	136	7	54	-156
Investimento direto no país	1.950	30.406	6.269	36.504
Participação no capital	2.852	23.238	4.313	25.177
Operações intercompanhia	-902	7.168	1.957	11.326
Investimento em carteira – ativos	1.341	5.468	-474	10.451
Ações e cotas em fundos	605	1.217	-1.237	107
Títulos de renda fixa	736	4.252	763	10.344
Investimento em carteira – passivos	5.837	6.521	3.294	4.730
Ações e cotas em fundos	-37	-1.815	-1.164	-8.660
Títulos de renda fixa	5.874	8.337	4.458	13.390
Derivativos – ativos e passivos	-1.166	-1.540	343	2.220
Outros investimentos – ativos	5.767	2.768	10.528	8.542
Outros investimentos – passivos	1.163	8.859	7.786	26.223
Ativos de reserva	1.759	17.554	1.143	4.884
<b>Erros e omissões</b>	<b>1.466</b>	<b>2.837</b>	<b>720</b>	<b>-4.024</b>

Fonte: Banco Central do Brasil

\*Ativos (-) passivos

últimos anos tem sido um fator relevante para a atração de recursos de investidores brasileiros, como mostra a Figura 10.

Apesar da trajetória de alta do déficit em conta corrente, o cenário ainda é de um quadro robusto para

as contas externas. Os investimentos diretos no país devem cobrir com folga este déficit. Além disso, os investimentos externos em renda fixa continuam robustos, por conta do aumento da atratividade, ajustada pelo risco.

Fonte: LCA Consultores

# As 10 cidades mais ricas do mundo em 2024



De acordo com a publicação FORBES, os Estados Unidos dominam o ranking das cidades mais endinheiradas, com a Ásia logo atrás no número de indivíduos de alto patrimônio líquido

Como diz o ditado, dinheiro faz o mundo girar. Mas ele também gosta de se enraizar. Então, quais cidades são o lar dos mais ricos? O relatório World's Wealthiest Cities de 2024 da Henley, em colaboração com a empresa global de inteligência de dados New World Wealth, responde a essas perguntas.

Quando se trata do número de milionários residentes com riqueza líquida investível de US\$ 1 milhão ou mais, os EUA lideram, com 11 cidades no Top 50. O primeiro lugar é de longe da cidade de Nova York. A riqueza total dos residentes da Big Apple agora ultrapassa impressionantes US\$ 3 trilhões (R\$ 16,95 trilhões, na cotação

atual) — mais do que a riqueza total de muitos países do G20. Isso inclui impressionantes 349.500 milionários, 744 centi-milionários (pessoas com riqueza investível superior a US\$ 100 milhões ou R\$ 565 milhões) e 60 bilionários.

Logo atrás, em segundo lugar, está a Área da Baía do Norte da Califórnia, que abrange São Francisco e o Vale do Silício. Com uma das maiores taxas de crescimento de riqueza do mundo, a população de super-ricos aumentou 82% na última década, e agora abriga 305.700 milionários, 675 centi-milionários e 68 bilionários.

A fortuna da cidade mais rica da Ásia sofreu nos últimos anos. Tóquio, a cidade mais rica do mundo há uma década, sofreu uma queda de 5% na população de indivíduos de alto patrimônio líquido e agora ocupa o terceiro lugar, com 298.300 milionários.

## TOP 10 CIDADES MAIS RICAS DO MUNDO:

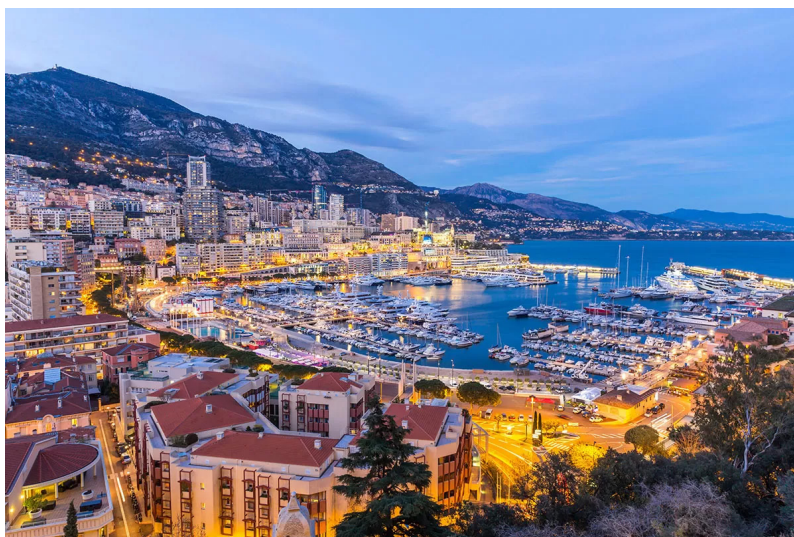
1. *Nova York*
2. *Área da Baía de São Francisco*
3. *Tóquio*
4. *Singapura*
5. *Londres*
6. *Los Angeles*
7. *Paris*
8. *Sidney*
9. *Hong Kong*
10. *Pequim*

A cidade-estado de Singapura subiu duas posições para o quarto lugar no ranking global após um aumento de 64% no número de milionários na última década e provavelmente desbancará Tóquio como a cidade mais rica da Ásia em breve. Amplamente considerada a cidade mais amigável para negócios do mundo, Singapura também é um dos principais destinos para milionários migrantes — cerca de 3.400 se mudaram para lá ape-





Sydney, na Austrália, subiu para o oitavo lugar do ranking



Mônaco é a cidade mais bem classificada do mundo em termos de riqueza per capita

nas em 2023. A cidade agora ostenta 244.800 milionários residentes, 336 centi-milionários e 30 bilionários.

Caindo para o quinto lugar está Londres, por muito tempo a cidade mais rica do mundo. Hoje, cerca de 227 mil milionários, 370 centi-milionários e 35 bilionários chamam a capital inglesa de lar — uma queda de 10% na última década.

Nos EUA, Los Angeles está indo na direção oposta. Lar de 212.100 milionários, 496 centi-milionários e

43 bilionários, subiu duas posições nos últimos dez anos para o sexto lugar, com um crescimento de 45% na população rica. Paris mantém sua posição em sétimo no ranking com 165.000 milionários residentes, enquanto Sydney subiu para o oitavo lugar com 147.000.

Completando o Top 10, a China se estabelece com a Região Administrativa Especial de Hong Kong abrigando 143.400 milionários e Pequim com 143.400, ocupando o nono e o décimo lugares, respectivamente. Pequim en-

tra no topo pela primeira vez após um crescimento de 90% na população de milionários na última década.

Embora Hong Kong tenha caído quatro posições nos últimos dez anos para o nono lugar no ranking, Xangai, Shenzhen, Guangzhou e Hangzhou registraram aumentos significativos em suas populações de milionários.

Andrew Amoils, chefe de pesquisa da New World Wealth, observa que Shenzhen é a cidade de crescimento mais rápido do mundo para os ricos, com sua população de milionários explodindo 140% nos últimos dez anos.

“Hangzhou também experimentou um aumento massivo de 125% em seus residentes de alto patrimônio líquido, e os milionários de Guangzhou cresceram 110% na última década”, diz.

Quando se trata de potencial de crescimento de riqueza na próxima década, outras cidades entram no radar, como Bengaluru (Índia), Scotsdale (EUA) e Cidade de Ho Chi Minh (Vietnã).” Todas as três tiveram taxas de crescimento excepcionais de mais de 100% nas populações de milionários residentes nos últimos dez anos”, observa Amoils.

Por outro lado, nenhuma cidade do Brasil nem da América Latina aparece entre as 50 mais ricas de 2024.

### A CIDADE MAIS CARA DO MUNDO

Já quando se trata de cidades onde os ricos adoram viver, poucas, se é que alguma, podem superar Mônaco. A riqueza média na pequena cidade-estado soberana na Riviera Francesa ultrapassa US\$ 20 milhões (R\$ 113 milhões).

Ou seja, nenhum lugar faz riqueza como Mônaco. Isso a torna a cidade mais bem classificada do mundo em termos de riqueza per capita.



## Vinho, Gente, Coisas e Adjacências

# Olimpíadas sob o céu de Paris, taça na mão, s'il vous plait

**Inimá Souza**

*inima.souza@gmail.com*

Afinal, é a França, país do vinho – e lá está uma miríade deles: brancos suaves, doces, secos, espumantes, tintos dos mais variados caracteres e expressões, rosés plenos de fruta; e nesse universo de tantos e tantos vinhos, muitos néctares com sabores e aromas incomparáveis; legítimas referências mundiais.

Essa boa reputação dos vinhos franceses vem de longe, é secular, já lá na desintegração do Império Romano, quando merovíngios, carolíngios, capitaneados por Carlos Magno, estimularam o cultivo da uva, notadamente na região da Borgonha. Contudo, afirma-se que o papel mais importante nesse desenvolvimento, credita-se aos mosteiros medievais.

Com os tempos, a França, em termos de vinho, torna-se um país de regiões, de locais ou terroirs (combinação dos fatores ambientais e físicos de um vinhedo) – e, assim, criou uma cartilha, adotada universalmente, na qual mostra que toda videira tem a sua própria identidade.

É consenso que o vinho moderno tem a cara de Bordeaux; e por razões que todos conhecem: o famoso corte bordelês (copiado em todo o mundo) – Cabernet Sauvignon, alternando-se com Merlot, Cabernet Franc, Petit Verdot e Malbec -, barricas pequenas (225 litros) de carvalho tostado, universalmente adotadas; a mistura de uvas diferentes, a que se chama de assemblage, blend ou corte.

E Champagne! Pode, sim, dispensar



comentários, pois é um vinho que não tem semelhança com nenhum outro. A região de Champagne é única, e está ali a 150 km de Paris. Lá, também se produz vinhos tranquilos brancos (uva Chardonnay) e tintos (uvas Pinot Noir e Pinot Meunier), sob a Denominação de Origem Controlada Coteaux Champenois.

O mapa vinícola é extenso e convidativo: Rhône - depois de Bordeaux, a mais extensa região vinícola francesa. Encostas reluzentes e quentes, e vinhos memoráveis (Crozes-Hermitage, Condrieu, Côte Rôtie, Hermitage, Cornas, ao Norte; Tavel, Châteauneuf-Du-Pape, Lirac e Gigondas, ao Sul).

Languedoc-Roussillon – situada mais ao sul, na divisa com a Espanha, é a região para quem aprecia os vinhos com a denominação “Vins de Pays”, cuja produção majoritária sai da região.

Loire – ao lado da extensão da área

cultivada, destaca-se pela diversidade dos vinhos que produz: brancos secos, doces, rosés destacados, tintos de variados perfis. Os vinhedos quase entram pelos históricos e múltiplos castelos.

Alsácia – quer degustar o aromático Gewurztraminer? O local é aqui. Ao exemplo do Novo Mundo, os rótulos dos vinhos trazem o nome da uva. A região é um oásis para os vinhos de colheita tardia.

Provence – se Tavel é sinônimo dos grandes rosés, a Provence tem na quantidade a primazia quando se fala de vinhos rosés.

Enfim, com ou sem Olimpíadas, o francês, religiosamente, não se afasta de uma taça de vinho, faça sol ou chuva; e isto vale para todas as classes sociais, nas cidades ou nos campos. E, agora, em Paris, à direita ou à esquerda do Sena. Santé!

Tim, tim.



## Mercado Gastronômico

# A Sopa de Nova Iorque

**Sérgio Augusto Carvalho**

*sergioamc@uol.com.br*

Alfredo FC viveu alguns anos da sua juventude em Nova Iorque. Anos 60. Gostava de comer bem, tinha bom gosto (pra tudo) e fez amizade principalmente com garçons de bons Restaurantes da Big Apple. Trabalhou na Recepção do Waldorf-Astoria e seu contato com o pessoal da cozinha era frequente.

Uma das revelações surpreendentes que Alfredo me contou, anos e anos passados, foi sobre a maneira que alguns dos grandes chefes de cozinha em Manhattan tratavam seus empregados. Eram grosseiros e mal-educados, pra não dizer idiotas e selvagens.

Acho que foi o icônico Antony Bourdain, cozinheiro, autor e apresentador de TV, que fez um programa (National Geographic) num dos bairros de Nova Iorque quando comentou esse assunto com outro cozinheiro dono de uma Pizzaria super movimentada – não me lembro o nome.

Bourdain insinuou a mesma coisa que Alfredo me contou: “chef que queria mostrar sua autoridade dava porrada em auxiliar que pisasse na bola”. Afinal, o nome do cara seria sujo se um prato fosse servido fora do padrão ou acompanhado de algum objeto estranho – como uma barata, por exemplo. Na verdade, nada de novidade um bife trazer um Blatella Germanica debaixo dele, pois os restaurantes eram obrigados a dedetizar suas dependências mensalmente, o que poderia provocar uma acidental queda do bicho em uma panela, sem que alguém visse.

Fora esses acidentes sanitários, a relação dos chefes de cozinha com seus subordinados só é estremeçada pela falta de habilidade ou erro premeditado de algum funcionário rebelde. Na hora do

sufoco, pode valer tudo, dependendo da situação, até agressão física e moral. (Me disseram que em BH existe um dono de restaurante desse jeito... tratando mal seus auxiliares!)

Um dos grandes chefs de cozinha que habitaram Nova Iorque, o francês Louis Diat, tinha fama de ser intolerante com seus ajudantes, mas corrigiu seu defeito depois que, na primeira metade do Século passado, criou um dos pratos mais famosos da culinária mundial: a Vichyssoise, que nasceu como “Crème Vichyssoise Glacée” e atingiu a maioria apenas como Vichyssoise.

A iguaria fez parte do cardápio de inauguração do Roof Garden Restaurant, do charmoso Ritz-Carlton, uma das pérolas de Nova Iorque, em 1917. Louis Diat aprendeu essa sopa com a mãe, em sua cidade natal, Vichyssoise, na França, antes de ir para os EUA. No dia da abertura do restaurante, ele preparou o creme de pommes de terre e poirreaux (batatas e alho porró) com antecedência e se esqueceu de aquecer para servir. Foi um sucesso aquela sopa fria que abrandou o calor que fazia na cidade e Diat passou a servir a sua versão fria com creme de leite. E simplificou o nome, chamando o creme apenas de “Vichyssoise”.

Daí, então, Diat virou uma dama na cozinha, distribuindo abraços e beijos em seus auxiliares. A sopa dele é realmente ótima e pra quem não sabe o que é uma Vichyssoise, aqui vai a receita, elaborada por uma das minhas mestras na Cozinha, a saudosa Dadete (Bernadete Bahia Mascarenhas). Tão fácil que qualquer aprendiz de cozinheiro é capaz de fazer e achar até q já pode abrir um restaurante (o que virou moda por aí). É uma sopa fria, mas no inverno você pode servir quente (sem deixar ferver).

## LA VICHYSOISE

### Ingredientes

*3 alhos porrós grandes  
ou 6 pequenos  
1 cebola grande  
2 colheres de sopa de manteiga  
3 batatas grandes ou 6 médias  
(500 grs.)  
1 folha de louro  
2 tabletes de caldo de galinha  
dissolvidos em 1 litro de água  
250 grs. de creme fresco  
Sal, pimenta do reino e cebolinha  
verde picadinha.*

### Modo de preparo

*Numa panela colocar o litro de água e dissolver os tabletes de caldo de galinha. Reservar. Cortar a parte branca do alho-porró e a cebola bem finos. Levar ao fogo baixo, numa antiaderente, refogando com a manteiga, durante 5 minutos, sem deixar amarelar. Panela tampada.*

*Descascar as batatas e picar fino.*

*Acrescentar ao alho-porró, o caldo de galinha e as batatas. Temperar com sal, pimenta do reino, pitada de molho worcestershire. Colocar o louro, tampar a panela. Deixar cozinhar bem.*

*Retirar o louro, deixar esfriar e colocar a sopa no liqüidificador junto com o creme fresco e bater bem. Provar o tempero.*

*Servir a Vichyssoise (quente ou fria) numa sopeira e salpicar por cima cebolinha verde picadinha.*



# Número de queimadas na Amazônia em 2024 já é o maior para o período em quase duas décadas

*Apenas em dois dias (23 e 24 de julho), o bioma teve mais de mil registros de fogo. “A melhor forma de combater o fogo é evitar que ele comece”, alerta Greenpeace.*



Parque Estadual Guajará-Mirim, em Rondônia, no dia 21 de julho. O local registra um terço dos focos de calor registrados em unidades de conservação na Amazônia este ano

Com **20.221 focos** de calor registrados de 01 de janeiro a 24 de julho de 2024, os registros de fogo na Amazônia nos sete primeiros meses do ano já são o maior para o período desde 2005, segundo dados do sistema BDQueimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Além de um recorde em quase 20 anos, o fogo registrado na Amazônia nos sete primeiros meses do ano teve um aumento de 43,2% em relação ao

mesmo período de 2023 (14.116 focos de calor).

O especialista em campanhas do Greenpeace Brasil, Rômulo Batista, vê com especial atenção o mês de julho de 2024, que, a uma semana para o final do mês, já supera o total registrado em julho do ano passado: enquanto foram registrados 5.772 focos de calor de 01 a 31 de julho de 2023 na Amazônia, o período de 01 a 24 de

julho deste já soma 6.732 focos.

“O registro de fogo até 24 de julho já superou o total observado para todo o mês de julho do ano passado. Além disso, somente nos últimos dois dias, 23 e 24, foram mais de mil focos de calor”, alerta Batista.

Nos dias 23 e 24 de julho, a Amazônia teve 1.318 focos de calor. Para se ter noção da quantidade de fogo,



esses dois mesmos dias no ano passado registraram 671 focos, um aumento de 96%. Em 2022, tais dias tiveram 399 focos.

O porta-voz do Greenpeace Brasil lembra que, historicamente, é esperado um alto índice de desmatamento e queimadas na Amazônia entre julho e outubro, época onde a maioria dos estados passa pelo chamado “verão amazônico”, caracterizado pela diminuição da chuva e da umidade relativa do ar e do aumento da temperatura, o que deixa a vegetação mais seca e sujeita ao fogo. “Mas, considerando que ainda não chegamos ao fim de julho e que ainda temos mais três meses de verão amazônico, a situação do fogo e da seca é de extrema preocupação na Amazônia”, explica Batista.

“A melhor forma de combater o fogo é evitar que ele comece, pois, uma vez começado, ele se alastra e forma grandes queimadas, como estamos vendo acontecer. A Amazônia precisa de um planejamento sistemático do bioma, que passa por continuar combatendo o desmatamento e atingir o Desmatamento zero o quanto antes, mas também precisamos atuar fortemente na prevenção, no manejo integrado do fogo e criar

verdadeiros batalhões de combate a queimadas e incêndios de biomas naturais que sejam estruturados, bem pagos e equipados para esse combate. Locais com difícil acesso, como no Pantanal e na Amazônia, precisam que o Brasil invista em um esquadrão de combate ao fogo, inclusive com aviões de grande porte dando suporte a esse combate. Não adianta termos somente brigadistas em parte do ano na Amazônia”, completa o porta-voz.

### MÚLTIPLOS FATORES

Vários fatores contribuíram para o aumento do fogo na Amazônia em 2024: a região está mais seca, o que está intimamente relacionado às mudanças climáticas e foi potencializada pelo fenômeno El Niño.

“Acabamos de passar pelo ano mais quente já registrado nos últimos 100 mil anos e em junho completamos 13 meses consecutivos de temperaturas recordes mensalmente. Quanto maior a temperatura, mais vulnerável a floresta e mais sujeita a queimadas ela está”, explica o porta-voz do Greenpeace.

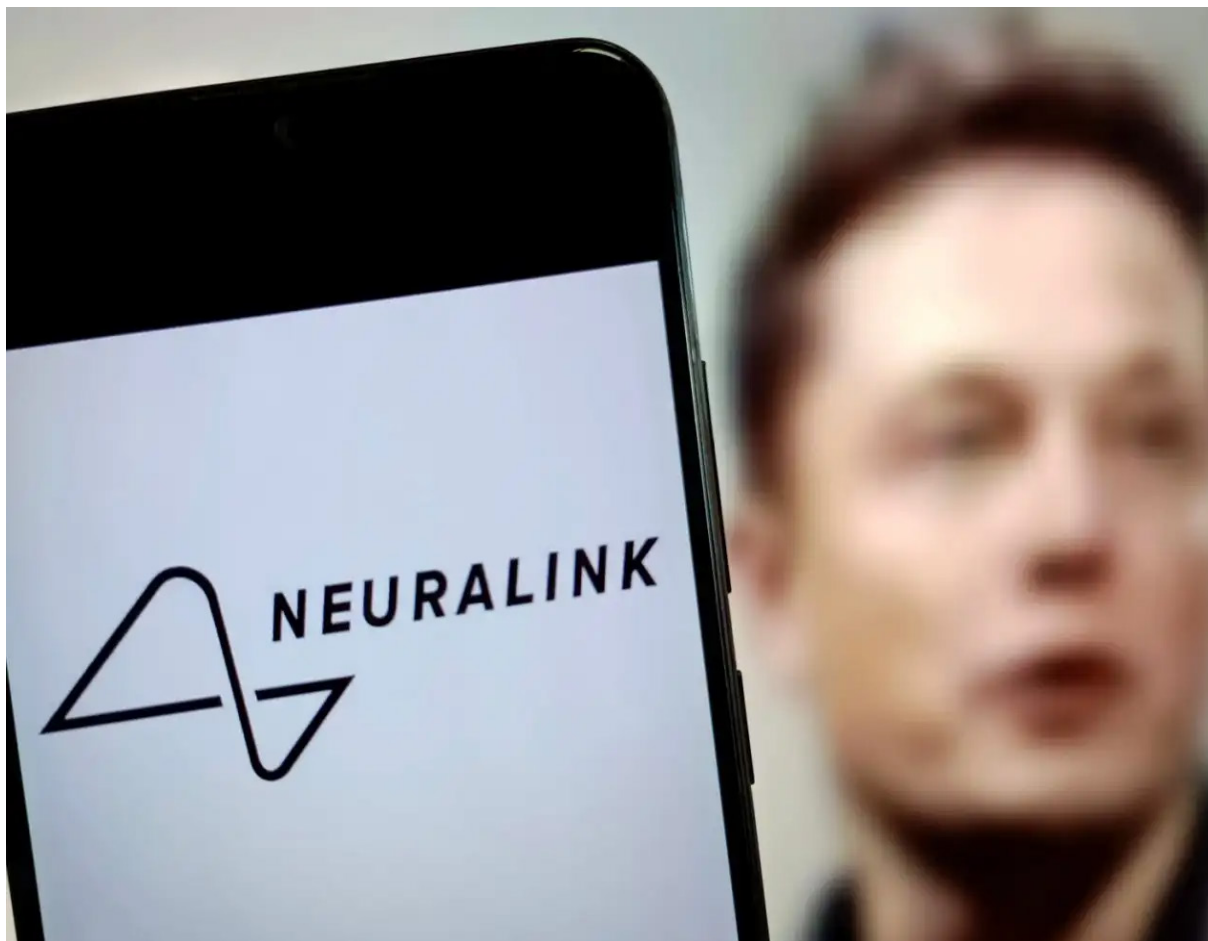
Batista também aponta que a pa-

ralização dos servidores do Ibama, devido às justas reivindicações salariais e reestruturação de carreiras, pode gerar a sensação adicional de impunidade.

“Somado ao contexto atual de paralisação do Ibama, outro problema histórico é que não há rigor por parte dos governos para punir os responsáveis pelos incêndios criminosos - não adianta apenas multar quem incendeia, é necessário fiscalizar se houve o pagamento da multa, o que não ocorre na maioria dos casos. Essa leniência permite que o crime seja cometido com mais frequência, pela certeza da impunidade. É preciso empenho integrado entre o governo federal e os governos estaduais na fiscalização das queimadas no bioma”, diz Batista.

O Greenpeace Brasil é uma organização ativista ambiental sem fins lucrativos, que atua desde 1992 na defesa do meio ambiente. Ao lado de todas as pessoas que buscam um mundo mais verde, justo e pacífico, a organização atua há mais de 30 anos pela defesa do meio ambiente denunciando e confrontando governos, empresas e projetos que incentivam a destruição das florestas.

## Neuralink quer instalar mais 6 chips cerebrais neste ano



Uma nova era se vislumbra. Durante uma transmissão ao vivo, Elon Musk anunciou que a Neuralink, sua startup de implantes cerebrais, espera fazer seu segundo implante em um paciente humano já no mês de julho. Musk ainda disse que, “se tudo correr bem”, quer ter mais cinco pacientes somente neste ano.

Como está o primeiro paciente? O americano Noland Arbaugh, de 30 anos e tetraplégico desde 2016, foi a primeira pessoa a receber um implante, em janeiro. No dia a dia, ele

consegue navegar na internet, enviar mensagens, acessar redes sociais e jogar videogame — tudo isso através do pensamento.

O chip da Neuralink atua diretamente na região cerebral responsável pelo controle do movimento, fazendo com que as ondas cerebrais se transformem em comandos. Porém... os fios do implante de Noland se retraíram no cérebro e, atualmente, apenas 15% dos canais são funcionais.

Para o próximo implante, a Neu-

ralink já afirmou que vai tomar novas medidas para evitar contratemplos.

Olhando para o futuro: no curto prazo, o objetivo da empresa é ajudar pacientes com lesões cerebrais e na coluna, revertendo seus movimentos. No longo prazo, o objetivo é criar uma simbiose mais próxima entre a inteligência humana e a inteligência digital. Segundo Musk, a intenção é dar às pessoas “superpoderes”. A ficção está se tornando realidade.



# 42 milhões de domicílios brasileiros compram medicamentos de venda livre. Multivitaminas e antigripais são os destaques.

*Estudo avalia desempenho da cesta de OTC dentro do País e na América Latina nos últimos 12 meses*

A cesta de OTC (medicamentos de venda livre) fechou os últimos 12 meses em estabilidade no Brasil (alcançou 42 milhões de domicílios contra 42,5 milhões no período anterior). Isso ocorreu mesmo com queda de 1,6% dos clientes casuais, que entraram na categoria em picos de doenças, a exemplo da pandemia de Covid-19 e da epidemia de Dengue.

Segundo um novo e inédito estudo da Kantar, líder em dados, insights e consultoria, o desempenho ainda é sustentado pelos clientes que compram em maior intensidade, chamados de Heavy. O grupo representou 49% do valor da cesta nos últimos 12 meses e movimentou US\$ 3,2 bilhões no mercado.

De forma geral, são pessoas com mais de 40 anos de idade, pertencentes às classes A e B, residentes do Grande Rio de Janeiro e independentes, sem presença de crianças no lar. Entre o grupo Heavy, a frequência de OTC é quase três vezes maior que a média da categoria (alta de 2,4% em comparação ao período anterior) e o tíquete é 15% maior que a média (ascensão de 12,3%).

Independentemente do perfil, os medicamentos de prevenção ganham espaço entre os brasileiros. Multivitaminas e antigripais passam a ocupar a maior fatia que já tiveram dentro da cesta: 43% do valor. Esse comportamento de consumo, inclusive, se equipara ao de países desenvolvidos na categoria, como Equador e Colômbia.

Farmácia é o principal canal de entrada de OTC nos lares, com 62,8%



de penetração e 34% das ocasiões exclusivas de compra. Vale destacar, no entanto, que a cesta de Higiene & Beleza tem alta relevância no meio, uma vez que os clientes chegam a gastar o dobro em comparação com OTC – 53% contra 30,8%, respectivamente.

Ainda é importante ressaltar que os clientes de OTC vêm misturando compras online e offline – 2,2% já são realizadas no digital. Aqui, os sites e aplicativos de varejistas têm abocanhado o espaço do WhatsApp. Nos últimos 12 meses, a proporção foi de 44,8% para 48,8%, respectivamente. No período anterior estudado pela Kantar, era de 30,8% para 62,1%.

## DADOS DA AMÉRICA LATINA

A cesta de OTC adicionou 5,8 milhões de novos lares latino-americanos nos últimos dois anos. Em valor, apresentou crescimento de 18% na região nos últimos 12 meses.

O Equador é o país que mais desembolsa com a cesta, impulsionado por um maior número de viagens. Em relação à categoria em que mais gastam com OTC, 75% dos consumidores

compram multivitaminas.

“O Brasil está avançado no painel de OTC, mas ainda está atrás de países menores da América Latina, a exemplo do próprio Equador. Isso significa que há potencial a ser explorado, principalmente em multivitaminas”, comenta Roberta Forte, Gerente Sr. da Kantar.

Os dados acima fazem parte do painel de consumo dentro de casa da divisão Worldpanel da Kantar, que reúne 11.300 domicílios de todas as regiões e classes sociais do Brasil, representando 60 milhões de lares.

A Kantar é líder mundial em dados e análises de mercado e uma parceira de marca indispensável para as maiores empresas do mundo, incluindo 96 dos 100 maiores anunciantes globais. Combinamos dados atitudinais e comportamentais mais significativos com profundo conhecimento e plataformas tecnológicas para acompanhar como as pessoas pensam e agem. Auxiliamos nossos clientes a desenvolverem estratégias de marketing que moldam seu futuro e promovem crescimento sustentável.



## Jeju – A famosa Ilha dos vulcões na Coreia do Sul

**Paulo Queiroga**

Com ajuda do Blog: [malapronta.com.br](http://malapronta.com.br)

Chamada de “Havá da Coreia”, a ilha vulcânica de Jeju, fica entre a Coreia do Sul e o Japão e é um dos destinos turísticos mais visitados da península coreana.

A população de quase 700 mil habitantes vive do comércio, agricultura, pesca e, principalmente do turismo recebendo 15 milhões de turistas por ano, muitos vindos da China, Índia e especialmente do Japão, distante dali apenas 200 km.

O grande fluxo de visitantes garante pleno funcionamento da boa estrutura de receptivo, inclusive os casinos.

A capital da província, a cidade de Jeju, é uma movimentada metrópole, muito arborizada, largas avenidas, prédios iluminados e um comércio intenso, tanto de lojas de marcas famosas, quanto de barulhentos mercados de barracas.

Nos mercados de rua vende-se de tudo – pratos típicos, peixes, frutos do mar, souvenirs - numa alegria contagiante, em alguns locais, até perturbadora, principalmente nos Night Market. Um espetáculo de exotismo, que vale a pena conhecer.

Uma característica é a segurança e a tranquilidade das pessoas para circularem pela cidade. Claro que milhares de câmeras espalhadas pelas ruas contribuem muito. Mas, independente do equipamento, a segurança é um traço positivo em toda a Coreia.

Jeju guarda peculiaridades que a diferenciam do restante da península, a começar pela língua. Em Jeju, fala-se um idioma próprio, diferente do coreano, embora tenha as mesmas raízes. Mas, o Inglês é bem entendido em praticamente todos os lugares. Afinal, é um destino turístico internacional.

Outra identidade cultural são as



mulheres mergulhadoras. Normalmente, são senhoras de idade madura e até idosas, especialistas em pesca marítima, sem uso de equipamentos de mergulho e que abastecem as cidades com peixes e frutos do mar. Elas se tornaram famosas pelos recordes de tempo e profundidade de mergulho em apneia.

Segundo consta, a cultura coreana teria sido matriarcal na sua origem, daí a reponsabilidade da mulher de trazer o alimento para casa. Diz-se, também, que após a guerra da Coreia, (1950 /1953), que deixou um saldo de 2.5 milhões de mortes, na maioria homens, as mulheres sobreviventes foram obrigadas a prover a população com a pesca e a agricultura.

A comunidade nativa de Jeju tem alto grau de consciência social e de sua cultura. Em 2007, os Estados Unidos iriam construir uma base militar nas proximidades da Ilha. (Existem atualmente 2 bases militares norte-americanas na Coreia). À época, realizou-se um plebiscito em Jeju, com 97% da população rejeitando a instalação, alegando que os benefícios se limitariam apenas aos interesses dos EUA e não dos coreanos.

A paisagem vulcânica é impressionante. São rochas ígneas negras expelidas de vulcão que moldaram a superfície em esculturas que parecem estar vivas

e rodeadas por vegetação abundante nos grandes penhascos. O tom de azul turmalina do mar completa o belíssimo mosaico de cores e de formas exóticas.

Entre os muitos atrativos em Jeju, destaca-se o Parque Nacional de Hallasan, onde está o vulcão Hallasan e onde vivem os deuses a guardar os espíritos, segundo a lenda local.

Uma visita ao Jeju Stone Park revela a tradição mística da ilha. As alamedas entre árvores e pedras ostentam imagens esculpidas em pedra vulcânica, chamadas Hareubang. São totens que simbolizam proteção espiritual contra os infortúnios e a força do mar e dos vulcões. Esses totens se tornaram símbolo da ilha e da sua cultura milenar.

A comida exótica de Jeju espelha bem a gastronomia da Coreia, com algumas especialidades. O porco Preto, frito e temperado com molho agridoce, prato tradicional e muito popular, é um dos símbolos da gastronomia da ilha.

Para acompanhar, é indispensável o Soju, um destilado a partir de batata doce, arroz e cevada, que pode ser tomado puro em pequenas doses ou em coquetéis de frutas. O sabor é suave, mas não se engane, os 19º de teor alcóolico revelam logo seu efeito.

# Passaporte brasileiro sobe no ranking dos mais poderosos do mundo



O passaporte brasileiro avançou três posições no ranking dos passaportes mais poderosos do mundo, alcançando a 17ª posição, empatado com Argentina e Andorra.

Segundo o levantamento da Henley & Partners, o passaporte brasileiro permite acesso a 171 destinos sem a necessidade de visto.

No topo da lista está o passaporte de Singapura, que permite entrada direta em 195 países. França, Alemanha, Itália, Japão e Espanha ficaram em segundo lugar, cada um com acesso a 192 destinos, seguidos por Áustria, Finlândia, Irlanda, Luxemburgo,

Holanda, Coreia do Sul e Suécia (191 destinos), em terceiro.

Dentre os destaques deste ano, estão os Emirados Árabes Unidos, que entraram pela primeira vez no top 10 do ranking.

Desde o início do índice, em 2006, o país adicionou 152 destinos diretos à sua lista, totalizando 185. Essa expansão fez com que o passaporte árabe subisse 53 posições, passando do 62º para o 9º lugar.

A ascensão do passaporte brasileiro no ranking global coincide com um momento positivo para o turismo

no país. Para se ter uma noção, o gasto de brasileiros no exterior registrou seu melhor primeiro trimestre em cinco anos, alcançando US\$ 3,38 bilhões.

Simultaneamente, o gasto de turistas estrangeiros no Brasil aumentou 21%, alcançando um recorde de US\$ 2 bilhões no primeiro trimestre.

O CEO da Henley, Juerg Steffen, chegou a dizer após a divulgação do ranking que "viajar sem visto não é só conveniente, mas uma ferramenta econômica que impulsiona o crescimento e atrai investimentos".



# Turistas internacionais no Brasil: gastos alcançam marca de US\$ 3,7 bilhões no 1º semestre de 2024 e é o melhor resultado da história

*O resultado ultrapassa o primeiro semestre de 2014, ano da Copa do Mundo, até então o melhor da história*



O consumo dos turistas estrangeiros no Brasil alcançou um recorde histórico. No primeiro semestre de 2024, US\$ 3,7 bilhões (R\$ 20,9 bilhões) foram injetados na economia do país por meio do turismo internacional. O resultado ultrapassa o primeiro semestre de 2014, ano da Copa do Mundo e até então o melhor período da história, quando os viajantes deixaram US\$ 3,5 bilhões (R\$ 20,2 bilhões) na economia brasileira. Os dados são do Banco Central.

O presidente da Embratur, Marcelo Freixo, comemora o resultado e reforça que ele é fruto de um trabalho conjunto de todo o trade do turismo em promover os destinos brasileiros no mercado internacional. “Nós batemos o recorde de receitas com o turismo internacional no ano passado. Agora em 2024 estamos obtendo excelentes resultados e esperamos bater novo recorde. O turismo internacional é uma potência econômica e está contribuindo para o desenvolvimento do Brasil. Quando falamos dessa arrecadação histórica, falamos em geração de emprego e renda em todo o país, construindo uma economia que valoriza nossa cultura e gera sus-

tentabilidade ambiental”, destaca.

O resultado dos seis primeiros meses de 2024 também é maior que o registrado no mesmo período do ano passado, quando os estrangeiros deixaram US\$ 3,2 bilhões (R\$ 18,2 bilhões) no Brasil. Um aumento de 15,6%. Em um recorte mensal, junho deste ano registrou o terceiro melhor resultado da história: foram US\$ 500,3 milhões (R\$ 2,8 bilhões) injetados na economia com o turismo internacional. Ficando atrás somente de 2023 (US\$ 508 milhões) e 2014 (US\$ 793 milhões).

## ENTRADA DE TURISTAS ESTRANGEIROS

O recorde de entrada de divisas caminha ao lado do aumento de turistas estrangeiros desembarcando no Brasil. No primeiro semestre de 2024, 3.597.239 viajantes entraram no país, 9,7% a mais que o observado no mesmo período de 2023 e 1,9% acima do registrado em 2019, último ano antes da eclosão da pandemia de COVID. A expectativa é que esse ano termine com uma marca superior ao recorde de 2018 (6,6 milhões).

Impulsionado pelo Carnaval, o Rio de Janeiro teve o melhor resultado em uma década, recebendo 760,2 mil turistas internacionais nos primeiros seis meses deste ano. O crescimento foi de 19,89% em relação ao mesmo período de 2023 e já é o segundo maior da história, atrás apenas do ano da Copa do Mundo.

Segundo Freixo, o país está colhendo os frutos da reconstrução da imagem do Brasil no exterior. “Nosso trabalho é mostrar para o mundo a diversidade de destinos e experiências que temos em nosso país. Somos um país rico e, além de sol e praia, temos natureza, ecoturismo, afroturismo, gastronomia, cultura e muito mais. As pessoas estão vindo para cá para conhecer o que temos para oferecer e contando lá fora as experiências incríveis que viveram por aqui”, acrescenta o presidente da Embratur.

## VOOS INTERNACIONAIS

A via aérea segue sendo a principal porta de entrada para os viajantes vindos de outros países (2.234.033 desembarques em 2024). Aumentar os voos que conectam o Brasil ao mundo é uma das estratégias da Embratur para alcançar o mercado internacional.

Além das parcerias da Agência com as companhias aéreas, o Programa de Aceleração do Turismo Internacional (PATI), em parceria com os ministérios do Turismo (MTur) e de Portos e Aeroportos (MPor), vai contribuir com essa estratégia. Entre outubro de 2024 e março de 2025 serão 70 mil novos assentos em voos estrangeiros com destino ao Brasil, por meio do primeiro edital do programa.

# Minas Gerais lidera o crescimento da atividade turística no acumulado em 12 meses e é destaque brasileiro

*No acumulado do ano, a evolução do turismo estadual só perde para a Bahia*



Análise do volume da atividade turística de maio apurado na Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE e realizada pelo Núcleo de Estudos Econômicos da Fecomércio MG, indica que, apesar da retração mensal de 0,7% (no mês de maio), Minas Gerais segue com crescimento no turismo se observado o acumulado nos 12 meses. A iminência da entrada do inverno desaqueceu igualmente o turismo no país que teve retração de -0,2% em maio. Nos demais períodos analisados: maio 2024 X maio 2023, acumulado do ano e no acumulado em 12 meses, o estado mineiro segue com números positivos superando o desempenho geral do turismo no Brasil.

Quando estabelecida comparação da atividade turística de Minas Gerais entre maio de 2024 e maio de 2023, o indicador mostra avanço de 8,1%. Essa taxa de crescimento mostra a tendência de estabilização da expansão da atividade no pós-pandemia já que em maio de 2023 foi registrado crescimento de 18,4% frente maio de 2022. Ainda assim, a comparação com o volume da atividade de abrangência nacional, que registrou retração de -0,7% no quinto mês de 2024 ante maio

de 2023, aponta para o crescimento consistente do turismo no estado que evolui nesta base de comparação ininterruptamente há quase três anos.

A expansão do turismo mineiro no acumulado do ano, observada nos últimos 36 meses, é outro dado que confirma a consistência do crescimento da atividade no estado, sendo superado apenas pela Bahia em maio. Entre janeiro e maio de 2024, Minas Gerais registra ampliação de 9,0% no volume da atividade turística enquanto no contexto nacional verifica-se alta de 1,1%. O incremento do turismo do estado sobre o do país nesta base de comparação é de 7,9 pontos percentuais.

Dentre todos os estados brasileiros, Minas Gerais se destaca por apresentar o maior crescimento no setor turístico nos últimos 12 meses. Esse destaque pode ser atribuído a uma série de fatores que exercem um impacto significativo sobre esses números.

De acordo com Gabriela Martins, economista da Fecomércio MG, um desses fatores é o aumento no número de turistas.

“Desde 2023, Minas Gerais tem registrado a maior média nacional na atividade turística. Esse aumento no fluxo de visitantes resultou, consequentemente, na criação de diversos postos de trabalho, fortalecendo a economia local”.

“Além disso, Minas Gerais tem investido na criação e promoção de atrações turísticas. O estado tem valorizado a tradição dos bares locais, o comércio tradicional, a culinária mineira, a música regional e as rotas turísticas como, por exemplo, a do café. Essas iniciativas têm contribuído para atrair um número cada vez maior de visitantes”, destaca Martins.

Acrescido a estes fatores, o governo estadual por meio de investimentos e planejamento em conjunto com os municípios, está incentivando a capacitação e a realização de diversas atividades turísticas, ampliando as opções disponíveis para os turistas.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais integra o Sistema Fecomércio MG, Sesc e Senac em Minas e Sindicatos Empresariais que tem como presidente o empresário Nadim Donato. A Fecomércio MG é a maior representante do setor terciário no estado, atuando em prol de mais de 740 mil empresas mineiras. Em conjunto com a Confederação Nacional do Comércio (CNC), presidida por José Roberto Tadros, a Fecomércio MG atua junto às esferas pública e privada para defender os interesses do setor de Bens, Serviços e Turismo a fim de requisitar melhores condições tributárias, celebrar convenções coletivas de trabalho, disponibilizar benefícios visando o desenvolvimento do comércio no estado e muito mais.

Há 85 anos, fortalecendo e defendendo o setor, beneficiando e transformando a vida dos cidadãos.



## Condomínios e o dever de pagar taxa extra para fazer obras

**Kênio de Souza Pereira**

*Diretor Regional em MG da Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário – ABAMI - Conselheiro do Secovi-MG e da Câmara do Mercado Imobiliário de MG - Diretor da Caixa Imobiliária Netimóvei - Colunista de Direito Imobiliário da Rádio Justiça do STF e da BandNews  
kenio@keniopereiraadvogados.com.br*



O comprador, ao escolher um apartamento, loja ou sala deve fazer uma prévia análise do perfil do edifício, para verificar se é condizente com seu estilo e padrão financeiro, pois é importante se atentar que para manutenção do bom estado do condomínio, é necessário arcar com despesas, sendo um contrassenso se opor ao pagamento de reparos que visam evitar a desvalorização do imóvel.

Consiste numa anomalia, no momento de votar pela aprovação do orçamento de obras, alegar que o condomínio não tem dinheiro, especialmente porque em muitos casos a ausência de reparação urgente acarreta o agravamento do problema, re-

sultando em processo judicial movido por aquele que sofre com os defeitos que deveriam ser consertados.

Centenas de processos de obrigação de fazer e de indenização promovidos por proprietários de unidades que sofrem com infiltrações, com excesso de barulho dos elevadores, central de ar-condicionado e demais problemas do condomínio seriam evitados se a assembleia fosse conduzida com sabedoria aprovando as providências são não podem esperar.

### **NEGLIGÊNCIA E IMPRUDÊNCIA AGRAVAM PREJUÍZOS**

Ninguém é obrigado a residir ou tra-

balhar num condomínio, todavia, caso não deseje compartilhar responsabilidades e obrigações inerentes a divisão da propriedade deve residir numa casa ou trabalhar numa loja ou local independente, que não seja interligado a outros condôminos.

Quando uma pessoa opta por participar de uma propriedade que corresponde a uma fração ideal de um edifício, assume, automaticamente, a obrigação de pagar as despesas ordinárias, bem como as quotas extras destinadas a realizar obras e reformas de interesse comum.

O Código Civil é claro ao determinar no art. 1.336 que “São deveres do



condômino contribuir para as despesas do condomínio”, mesmo que o problema não esteja atingindo sua unidade ou que se limite a outro bloco. Assim, um condômino não pode se furtar em arcar com as reformas e indenizações decorrentes dos defeitos da edificação, sendo inaceitável a apatia de alguns que ignoram que a demora acarreta sofrimento, aflição, desgastes e até prejuízos à saúde dos moradores com o mofo, a contaminação com água suja que vaza de canos, esgoto ou telhado que devem ser reparados imediatamente.

### DEMORA EM REPARAR ACARRETA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

Há casos inacreditáveis de apartamentos praticamente inabitáveis diante de infiltrações que perduram por anos, sendo que tal situação decorre da paciência excessiva da vítima desse descaso, pois seu receio em requerer judicialmente a devida reparação acaba por desvalorizar seu imóvel, gerando a perda de aluguéis, danos à saúde como alergias, rinites, estresse, além dos desgastes familiares. Há ainda a vergonha que a família e os funcionários das empresas passam ao receber visitas e clientes, que ficam com impressão negativa diante do odor e do visual negativo.

Diante desse cenário aumentam as sentenças que condenam os condomínios a fazer os reparos, indenizar os danos causados na unidade, bem como ao pagamento de danos morais decorrentes do descaso, da falta de urgência que é facilmente provado pelo não atendimento à notificação feita ao síndico e a demora em aprovar a quota extra para realizar a obra com rapidez.

Quanto maior a demora, mais oneroso fica para o condomínio que terá que indenizar tudo que for danificado pela infiltração, desde armários, equipamentos eletrônicos, roupas, dentre outros, pois caberá ao responsável pelo dano reestabelecer, em perfeito



estado, o imóvel atingido.

### INEXISTE JUSTIFICATIVA PARA DEIXAR DE PAGAR A QUOTA EXTRA

A Lei nº 4.591/64 e o Código Civil são firmes ao impor o dever de todo condômino pagar pelas obras, sendo que o art. 1.341 deixa claro que quando se tratar de obra necessária e urgente poderá o síndico sua execução de imediato, independente de aprovação da assembleia. Inclusive, tal dever lhe é imposto com base nos incisos II, IV e V do art.1.348.

O legislador estabeleceu as normas que evitam qualquer desculpa quanto ao dever de agir com celeridade, sendo inaceitável a assembleia, induzida por um procrastinador e insequente, deixar de aprovar a realização dos reparos alegando que a taxa extra é alta, pois se mostra irracional aprovar um rateio muito baixo de longo prazo, pois os danos se agravarão.

Inclusive, na omissão do síndico, pode o próprio condômino visando

restabelecer a habitualidade e evitar danos determinar a realização de obra necessária, bastando dar ciência à coletividade por assembleia condominial.

Portanto, se a pessoa não tem condições de arcar com seus deveres tem como alternativa vender seu apartamento, por ser inaceitável um ou outro condômino sofrer prejuízos e a coletividade ser prejudicada por aquele que alega que não quer arcar com taxa extra.

Cabe a cada um morar ou residir dentro da sua realidade financeira, sendo compreensível a perda ou modificação da condição financeira com o passar dos anos, razão pela qual milhares de profissionais optam, ao se aposentar ou após os filhos se casarem, em adquirir um apartamento mais econômico, evitando assim situações constrangedoras como vemos em algumas assembleias que se repetem por anos sem aprovar obras importantes que valorizam o condomínio e evitam conflitos.

# Tecnologia alavanca crescimento do mercado de capitais

## Renata Soares

Fundadora e CSO da Port Louis, empresa criadora da PortData, especializada na automação do processo de auditoria jurídica. Formada em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), atuou nas áreas de Macro Research, Investment Banking, Structured Finance e Private Equity. Foi responsável pela área de private equity do Banco Credit Suisse/Garantia, onde ficou por 11 anos. Renata também estruturou as áreas de captação de recursos, jurídica e de relações com investidores na Autonomy Investimentos

Diferente do que ocorre em mercados desenvolvidos, o crédito brasileiro é, predominantemente, intermediado por instituições financeiras - cerca de 76% do total.

A perspectiva, no entanto, é de que este quadro mude ao longo dos próximos anos: estudo recente divulgado pela Ouro Preto Investimentos estima que em 10 anos a intermediação bancária responda por menos de 50% do mercado enquanto instrumentos estruturados como FIDCs, CRIs e CRAs aumentem a participação em um mercado em expansão.

Nos últimos anos já observamos o crescimento do crédito estruturado: de acordo com o estudo anteriormente citado, entre 2016 e setembro de 2023 o crédito intermediado por instituições financeiras cresceu 105% enquanto a carteira sob gestão dos FIDCs evoluiu praticamente 350%. Em números, as emissões de FIDCs atingiram R\$74,4 bilhões em 2023, um crescimento de 84% em comparação a 2022.

Entre os fatores que fundamentam o crescimento de instrumentos estruturados está o uso da tecnologia, notadamente ferramentas que facilitam o processo de análise de riscos jurídicos das empresas.

Realizar uma due diligence para avaliar, por exemplo, a robustez das garantias oferecidas pela tomadora de crédito sempre foi um processo custoso. É necessário obter e avaliar muitas certidões negativas para mitigar o risco da



garantia do empréstimo estar comprometida por determinado processo trabalhista ou fiscal, entre outros.

Como a estrutura judiciária e fiscal no Brasil é muito complexa e capilarizada, este trabalho passa por acessar diferentes agentes para levantamento de documentação e análise de eventuais apontamentos - inscrições em dívida ativa ou processos. Via de regra, cada emissor utiliza um sistema distinto (ou até mais de um sistema) e por sua vez demanda inputs e prazos distintos de retorno.

O processo feito manualmente se torna custoso, burocrático e lento, além de ser passível de erros: dependendo do valor a ser captado, os custos e prazos inviabilizam a transação, afastando principalmente as empresas pequenas e médias para as quais as alternativas de financiamento se tornam mais escassas e caras.

Com a tecnologia, a obtenção e leitura das certidões e eventuais apontamentos ocorrem de forma automatizada

e estruturada, tornando a análise de risco menos dispendiosa, mais rápida, assertiva e segura. Assim, o custo transacional se torna menor, permitindo o acesso a empresas de médio e pequeno portes. A velocidade e assertividade da estruturação do data room possibilitam que a equipe se dedique a análises jurídicas mais complexas e efetivas para a entrega do parecer final ao cliente.

A celeridade decorrente do uso da tecnologia permite também que as empresas, independentemente do tamanho, possam aproveitar as chamadas janelas de mercado, um dos grandes desafios em mercados voláteis.

O crescimento do mercado de crédito através de instrumentos como FIDCs, CRIs, CRAs e CRs, entre outros, é uma tendência irreversível e uma das grandes alavancas das transformações desse mercado é a automatização dos processos. Com a tecnologia de ponta, o acesso ao crédito se torna viável para todas as empresas e também torna a avaliação de risco mais transparente para os investidores.

# Reforma tributária: o que muda e como se preparar

**Fernando Silvestre**

*Diretor de Operações da Blend IT*

Depois de décadas de tentativas frustradas, finalmente começa a se concretizar a reforma tributária brasileira. A Emenda Constitucional 132/2023 foi promulgada pelo Congresso Nacional em dezembro do ano passado e, desde então, muita coisa vem sendo discutida sobre seus impactos para o consumidor e para as empresas. E embora esta reforma precise ser regulamentada por leis complementares e tenha ainda um longo período de transição pela frente, uma coisa é certa: as empresas já podem – e devem – começar a se preparar.

Entre os principais objetivos da reforma está a unificação de impostos sobre o consumo de estados e municípios. A ideia é simplificar a tributação, dar mais transparência ao processo de arrecadação e acabar com a guerra fiscal. Para isso, haverá a conversão de cinco tributos em apenas dois.

Assim, ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins deixam de existir e passam a fazer parte de um tributo federal chamado CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e de outro estadual/municipal chamado IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Na prática, essas duas novas categorias formam uma modalidade de tributo chamado IVA (Imposto sobre Valor Agregado), que já é adotado por 174 países no mundo, sendo, inclusive, obrigatório para os membros da União Europeia.

A CBS e o IBS terão as mesmas regras, tanto nas incidências quanto nas exceções relativas à alíquota geral, que ainda não está definida, mas tem estimativa do Ministério da Fazenda de ser em torno de 27,5%. Mas seja qual for a alíquota padrão, ela terá diferentes reduções para alguns setores e será zerada para outros. Cadeias produtivas curtas – com poucas etapas entre o produtor e o consumidor final –, que tendem a ser mais prejudicadas, poderão ter redução

de 40%, profissionais liberais 70%, e produtos da cesta básica, alguns medicamentos, entre outros, serão isentos.

A reforma também planeja implementar uma sobretaxa em produtos e serviços que sejam considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como bebidas açucaradas e alcoólicas, cigarros, veículos poluentes e bens minerais extraídos, como minério de ferro, petróleo e gás natural.

## EMPRESAS JÁ PODEM SE PREPARAR

Uma pesquisa realizada pela Deloitte com 172 empresas mostrou que menos da metade já elaborou algum tipo de estudo para avaliar os impactos da reforma tributária em seus negócios. Muitas dizem aguardar a regulamentação das regras dos impostos, mas já é possível traçar cenários e alinhar opções de ações a serem tomadas.

Ainda que a maior parte das empresas pesquisadas acredite que a reforma irá simplificar os impostos e dar mais transparência para a arrecadação, muitas temem seus impactos. Entre os maiores temores estão o aumento de custos, a perda de incentivos, a insegurança jurídica, a redução do crédito e o aumento da carga tributária. São circunstâncias que podem gerar uma redução de margens e a necessidade de aumento de preço ao consumidor final, com perda de competitividade.

É justamente a partir de cenários possíveis que as empresas podem se preparar. Um exemplo é a perda de incentivos fiscais, já que este é um dos pontos básicos da reforma. Não é preciso esperar a regulamentação para planejar formas de compensar essas perdas porque os efeitos disso já são previsíveis e mensuráveis. É claro que não estou falando de tomar ações imediatas, porque isso realmente depende dos detalhes que serão definidos

nos próximos anos, mas de ter opções na mesa que deem agilidade de adaptação quando o cenário se definir.

Um bom ponto de partida é ter em perspectiva em qual etapa da cadeia produtiva seu negócio opera, porque com as novas dinâmicas tributárias isso será crucial para calcular o impacto dos novos tributos, baseados agora em maior valor agregado.

O setor de serviços, por exemplo, tem grandes chances de ser mais tributado com a reforma. Por isso, é imprescindível que as empresas tenham clareza de quais são suas margens atuais e como gerenciar uma eventual perda. Será com repasse de preços? Redução de custos? É preciso ter algumas respostas pré-definidas.

## TECNOLOGIA E QUALIFICAÇÃO

Como toda mudança, a reforma tributária traz desafios, mas também oportunidades e os meios para distingui-los e tomar a melhor decisão depende de dois fatores: tecnologia e profissionais qualificados.

Mesmo que o propósito dessa reforma seja simplificar a tributação, esse é um tema que nunca será realmente simples e isso demanda pessoas especializadas, com capacidade de análise que vá além de cálculos e inclua visão estratégica. Ao mesmo tempo, o uso de tecnologia aplicada para a gestão fiscal pode ser um diferencial capaz de dar agilidade na identificação de ameaças com maior visibilidade de saídas alternativas diante dos novos cenários.

A principal mensagem aqui é não esperar demais para traçar uma rota de adaptação às mudanças que virão. A base de como toda a estrutura tributária brasileira será daqui a alguns anos já está definida e o processo já está em andamento. Agora cabe às empresas encontrarem a melhor forma de responder à esta transformação.



# Olimpíadas de Paris: como elas impulsionam a inovação?

**Alexandre Pierro**

*Mestrando em engenharia e gestão da inovação, engenheiro mecânico, físico nuclear e especialista de gestão da PALAS, consultoria pioneira na ISO de Inovação na América Latina*

Muito mais do que esporte. Tido como o maior evento do segmento, as Olimpíadas atraem todos os tipos de públicos para acompanhar, de perto, os times de seus países na luta pela tão desejada medalha de ouro. Mas, não podemos restringir esse evento a, meramente, uma competição, uma vez que sua realização traz às regiões sedes uma oportunidade enorme em termos de crescimento econômico. Afinal, com uma alta quantidade de espectadores e atletas que viajarão até o local, é preciso investir em inovações que aperfeiçoem os campeonatos e a experiência dos espectadores – além, é claro, da infraestrutura local para que suporte tamanha demanda.

É de costume que as nações responsáveis por sediar esse evento invistam em reformas e obras estruturais que melhor preparem a região para receber todos os visitantes e possibilitar a realização destes jogos com máxima segurança e, claro, entretenimento. Tudo isso, pautado no que há de mais inovador no mercado, elevando a experiência de todos os envolvidos e a eficiência da organização como um todo.

A edição deste ano, que ocorre em Paris, conta com investimentos previstos de, aproximadamente, 9 bilhões de euros, conforme dados do governo local. E, desde seu anúncio, foram noticiadas uma série de inovações tecnológicas desenvolvidas para auxiliar a realização destes jogos, as quais também tenderão a ficar como importantes legados para o planejamento urbano da cidade e a indústria esportiva mundial.

Quando abordamos este tema, um dos primeiros recursos que vem à mente é, justamente, a Inteligência Artificial, e claro que ela seria uma das grandes protagonistas destes jogos olímpicos. Segundo as autoridades francesas, essa tecnologia será fortemente utilizada para monitorar os espaços mais movimentados da cidade, utilizando uma rede de câmeras inteligentes com



reconhecimento facial para identificar potenciais riscos como bolsas ou pacotes abandonados, o aumento do volume de pessoas, entre outras situações.

A segurança é um dos cuidados governamentais mais importantes perante a qualidade de vida da população e, nesse sentido, os jogos serão uma oportunidade perfeita para usufruir dessas soluções mesmo após o campeonato. As próprias leis francesas receberam uma adaptação temporária para viabilizar o projeto, uma vez que certas normas proibiam o uso da tecnologia em locais públicos. Caso bem-sucedida, haverá uma forte amplitude de aplicações no mercado e na sociedade, através da flexibilização destas regulamentações.

Os atletas também não poderiam ficar de fora dessas vantagens. A IA trará informações em tempo real sobre o desempenho dos esportistas, com sistemas capazes de gerar análises e insights a partir das imagens captadas em cada modalidade, algo que contribuirá muito para analisar a performance durante as disputas. Para o mercado, essa aplicação poderá ser aproveitada pelas indústrias de eventos, live-marketing e grandes ligas esportivas.

Ecologicamente, um evento de tamanha magnitude demanda um olhar atento sobre este tema, e claro que a inovação se portaria como uma aliada crucial nes-

se sentido. Além de terem investido em transportes com emissão zero de CO2 para transporte dos atletas, os edifícios da Vila Olímpica foram especificamente construídos em prol da sustentabilidade local, com baixa emissão de carbono e utilizando 100% de energia renovável, com uma estratégia de desperdício zero. A proposta tenderá a permanecer no radar das grandes empresas e marcas, dando continuidade às suas operações e lançamentos se pautando nesses pilares integrantes do ESG.

Muito além de ser um palco para a celebração do esporte, os jogos olímpicos representam um catalisador de inovação sem precedentes para os países anfitriões. Todos os exemplos expostos acima, apesar de desencadeados pela necessidade de preparação da região para receber um evento desta magnitude e importância, poderão contribuir significativamente para que as ideias sejam ainda mais desenvolvidas e exploradas a favor do crescimento regional.

Este é um momento perfeito para reunir empresas, pesquisadores e instituições governamentais de todo o mundo, fomentando a colaboração e a troca de conhecimento em prol do desenvolvimento inovador local. Um ambiente propício para a experimentação e implementação de ideias disruptivas, deixando um legado duradouro de progresso e desenvolvimento para as nações envolvidas.



## Caraça - Patrimônio do Mundo

**José Anchieta da Silva**

*Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas – ACMinas  
(a Tribuna do Empresariado e das Instituições)*

Em sessão solene da Diretoria Executiva da Associação Comercial e Empresarial de Minas – ACMinas, no último dia 19 de julho, no auditório do Colégio, dentro da celebração dos 250 anos daquela instituição, foi lançado o Projeto “Caraça - Patrimônio do Mundo”, titulação a ser obtida da Unesco, o braço cultural da ONU. Presentes e patrocinadores da empreitada, além da diretoria da ACMinas e seus Conselhos de Cultura, Turismo, Educação e Jovem, estavam o Diretor Geral do Caraça, o Presidente da Associação dos Ex-Alunos e Amigos do Caraça, os Prefeitos dos Municípios de Santa Bárbara e Catas Altas. Representando o Governo do Estado, o Secretário de Cultura de Minas Gerais e o Dirigente do Museu Mineiro. Pretende o Caraça o seu reconhecimento como patrimônio do mundo na categoria de acervo documental. Foi dada a largada.

O Caraça, por força de sua história, é patrimônio do mundo. Falta-lhe, todavia, o reconhecimento universal dessa sua qualificação pela autoridade da Unesco. O projeto nasceu nos idos de 2003/2004 por oportunidade da celebração dos 300 anos da Vila/cidade de Santa Bárbara. A pretensão, por razões várias, andou hibernada e agora ressurge, cuidando do tema, no âmbito da ACMinas e agora com parceiros vários, um qualificado Grupo de Trabalho e o objetivo há de ser alcançado.

Encrustado na serra do mesmo nome (um enclave da serra do Espinhaço), no Colégio do Caraça, uma instituição dos Padres Lazaristas (os padres da Congregação da Missão), se tem o mais acreditado repositório de docu-

mentos que contam a história de Minas Gerais e do Brasil. O Caraça deu ao Brasil, além de centenas de preladados da Igreja Católica (entre cardeais, bispos e padres), uma leva de políticos (Presidentes da República [Affonso Penna e Arthur Bernardes], Governadores de Estado [Affonso Penna, Antônio Augusto de Lima, Quintiliano Silva, Olegário Maciel, Melo Viana, Levingo Lopes] e Senadores e Deputados), um sem-número de professores, pensadores e empresários nos mais variados setores.

Fundado em 1774 pelo misterioso Irmão Lourenço de Nossa Senhora, a história do Caraça se divide em quatro etapas, (período português, período francês e período brasileiro, chegando-se ao período atual, como centro de estudos, de observação e de turismo) marcadamente nos séculos XIX e XX, tendo ali estudado oito mil alunos até o ano de 1968, quando se vitimou de enorme incêndio. Sobreveio uma bem-sucedida restauração concluída pelo Instituto BDMG Cultural – do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. S.A. Antes, já haviam colaborado também, nesse sentido, a FIAT Automóveis S.A. e a Organização Roberto Marinho. Reinaugurado em 19.04.1990, a restauração do Caraça resultou no seu estado atual, de notável conservação, passando, inclusive, a ser um dos endereços mais prestigiados do turismo em Minas Gerais.

O valor do Caraça é plural e está revelado no Santuário Nossa Senhora Mãe dos Homens, em estilo neogótico, as antigas instalações, obras de arte, com destaque para o Quadro da Santa Ceia de Manuel da Costa Athay-

de, e, principalmente, o seu acervo documental único no gênero, em Minas Gerais. É neste ponto que está o seu valor para Minas, para o Brasil e para o mundo, justificadores do reconhecimento do sítio como Patrimônio (Unesco) do Mundo.

Visita-se o Caraça por motivações diversas: numa viagem de fé, indo ao encontro da sua própria origem e da sua inspiradora história; uma viagem de encontro com a natureza, serra, floresta, rios e cachoeiras, com o gigante de pedra adormecido, sugerindo uma figura humana, razão de seu nome (caraça é sinônimo de cara grande); uma viagem cultural, ao encontro de obras raras e com um acervo documental imprescindível à compreensão do Brasil que se construiu nos últimos três séculos.

É no Caraça que, por obra do Padre Tobias Zico, exemplares da família do Lobo Guará, todas as noites, aparecem para se alimentar na escadaria do Santuário e para fazer a alegria e a curiosidade dos turistas (um evento que se repete todos os dias). No segundo império, visitou o Caraça o Imperador Pedro II, assistindo, segundo autorizados registros, a aulas de Teologia, Direito canônico, História Eclesiástica, Latim, Português, Matemáticas, Geografia). Passando por Mariana, no retorno à corte no Rio de Janeiro, anotou o Imperador: Estou satisfeíssimo com o Caraça. Só o Caraça paga a viagem a Minas (fonte recente livro: Congregação da Missão no Brasil – Resumo Histórico 1820 a 2000, de autoria do Padre Tobias Zico [o padre dos lobos guarás] encontrável no local).



## Exposição “Rupestres”

**Rachel Capucio**  
*Advogada especialista  
em Cultura*

A exposição do artista visual Higo José oferece uma interpretação singular das pinturas rupestres brasileiras por meio de bordados, e estará disponível até 8 de setembro de 2024, na Casa Fiat de Cultura, tanto de forma presencial quanto virtual.

Concentrando-se especialmente nas descobertas no Ceará (Serra da Capivara) e em Minas Gerais (Vale do Peruaçu), José traduz essas imagens ancestrais em obras têxteis que carregam a carga histórica e celebram a tradição do bordado.

Os diversos animais representados são rearranjados através de padrões subjetivos, resultando numa catalogação poética que considera meticulosamente cores e disposição. Cada peça cria uma narrativa linear única, gerando novas histórias para serem exploradas.

A exposição inclui nove bordados e sete esculturas que, para o artista, ganham significado completo quando experimentadas pelo público na galeria.

O objetivo é provocar reflexões sobre esses animais, espaços e contextos imaginados. Como um arqueólogo contemporâneo, Higo investiga e descobre novas formas de comunicação através de uma atividade humana milenar: a criação de formas simbólicas, conhecida como arte.

Higo José (1994) nasceu em São Benedito, no Ceará, e atualmente reside e trabalha em São Paulo. É um artista visual multidisciplinar, graduado em



Artes Visuais pela Faculdade Paulista de Artes em 2020, com formações anteriores em Multimídia (2014) e Comunicação Visual (2016) pela ETEC-SP.

Nos últimos anos vem participando de diversas exposições, com destaque para as individuais; Além do universo fálico (2019) na Lona Galeria. Linhas de cinema (2018) no CineSesc. E das coletivas; Temporada de Projetos 2020 do Paço das Artes. 18ª edição do Programa Exposições 2020 do MARP. 48º Salão de Arte

Contemporânea Luiz Sacilotto. IV Bienal do Sertão (2019) II Mostra Diversa (2017) no Museu da Diversidade Sexual, e Solidão (2017), no mesmo Museu. Burgos (2017) na Funarte, SP. Portfólio #3 (2017) na Mais Galeria de Arte. +18 na coleta (2015) no Centro Cultural Casa da Luz em São Paulo. Participou das residências; Galpão Funarte (2017) Estúdio Lâmina (2016) e Atelier Amarelinho da Luz (2015). Tem trabalhos nas coleções do Museu de Arte de Ribeirão Preto, Museu da Diversidade Sexual e Museu do Piauí.



# Cultura é Desenvolvimento: setor cultural impulsiona crescimento e geração de empregos no Brasil

*Pesquisas do Observatório da Fundação Itaú e FGV revelam expansão recorde e impacto econômico significativo das políticas de fomento*



A importância das políticas de fomento para o setor cultural vai muito além da simples promoção artística; elas são essenciais para o desenvolvimento econômico e social do país. Uma pesquisa do Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural mostrou que a economia criativa no Brasil registrou um crescimento sensível em 2023. O setor experimentou uma expansão de 4% na oferta de empregos, comparado aos 2% observados na economia geral, com 7,8 milhões de novos postos de trabalho no ano.

Os segmentos que mais contribuíram para este crescimento foram

moda, atividades artesanais, indústria editorial, produção audiovisual, música, desenvolvimento de software, jogos digitais e serviços de tecnologia.

De acordo com o painel de dados, de abril a dezembro de 2023, foram geradas 577 mil novas vagas, um salto significativo em relação aos 287 mil registrados no ano anterior. Os 7,8 milhões de novos trabalhadores, marcam o maior número de cargos gerados desde 2012.

A taxa de formalidade no segmento também aumentou em 3%, repre-

sentando 4,9 milhões de ocupados e 63% do total no setor. Os profissionais do segmento obtiveram uma remuneração média de, aproximadamente, R\$ 4,5 mil, acima da média nacional de R\$ 3 mil.

Ao incentivar a produção cultural, o governo não só enriquece o patrimônio imaterial da nação, mas também impulsiona a economia criativa, gerando empregos como explica Henilton Menezes, secretário de Economia Criativa e Fomento Cultural (Secfic) do Ministério da Cultura.

"O resultado é muito promissor



e comprova que investir em cultura movimenta a economia, promovendo o desenvolvimento do país e gerando emprego e renda”, disse.

O Observatório da Fundação Itaú usa como base da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) do IBGE e tem como objetivo produzir e disseminar conhecimento e pesquisas nos campos da educação, da cultura e de contextos socioeconômicos. A iniciativa, criada em 2023, busca apontar tendências e fomentar o debate e a sensibilização da sociedade civil e do poder público.

### LEI PAULO GUSTAVO

Paralelamente, a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre a Lei Paulo Gustavo (LPG) revela o impacto significativo desta política no setor cultural. Para cada R\$ 1 investido pela Lei, o retorno é de R\$ 6,51, demonstrando a capacidade do setor cultural e de economia criativa de impulsionar a atividade econômica local. A LPG viabiliza o maior in-

vestimento direto no setor cultural da história do Brasil, com R\$ 3,9 bilhões destinados a ações e projetos em todo o território nacional.

Roberta Martins, secretária dos Comitês de Cultura do MinC, compartilhou sua visão sobre os resultados:

“Estou extremamente orgulhosa dos resultados positivos revelados pelo estudo da FGV. A análise detalhada demonstra o impacto econômico gerado pela LPG e o sucesso dessa política em promover equidade e desenvolvimento regional, tudo por meio da cultura. Temos dados que não deixam dúvidas de como projetos culturais aquecem a economia, geram empregos e aumentam a arrecadação de tributos. Portanto, dinheiro para cultura não é gasto, é investimento. Os números impressionantes atestam também a relevância social das iniciativas culturais apoiadas, o que destaca a importância de termos políticas públicas cada vez mais robustas. O MinC está comprometido em potencializar o poder transformador da

cultura, assegurando que cada centavo investido fortaleça o crescimento econômico e enriqueça a vida cultural de nossa comunidade.”

A pesquisa da FGV destaca ainda que a maior parte dos serviços prestados ao setor de cultura e economia criativa são realizados por micro e pequenas empresas (MPEs), o que fortalece a inclusão dos diversos setores da sociedade na realização dos projetos. A região metropolitana do Rio de Janeiro recebeu 73,2% dos projetos selecionados, com uma expectativa de atrair 2,1 milhões de pessoas durante sua execução.

A Lei Paulo Gustavo, portanto, não só fomenta a cultura e a economia criativa, mas também se destaca como um símbolo de resistência da classe artística e uma homenagem ao artista Paulo Gustavo, vitimado pela Covid-19. Este quadro positivo ressalta a importância de continuar investindo em políticas culturais que gerem impactos econômicos e sociais duradouros.

# “Chega de gurus no Marketing”, defende Nino Carvalho em novo livro

*Obra do único brasileiro chancelado pelo CIM, uma das mais prestigiadas escolas de Marketing da Europa, questiona fórmulas prontas oferecidas por profissionais sem gabarito*



Cursos rasos, e-books mal embasados, palestras vazias, templates nada originais... Muitas são as estratégias dos “gurus de internet” para vender a ideia de que o Marketing se faz com fórmulas prontas e milagrosas. Para confrontar essa visão equivocada, o especialista em Marketing Estratégico Nino Carvalho lança MAIS MARKETING, menos guru pela DVS Editora.

Mestre em Administração, Carvalho é o único brasileiro reconhecido como Fellow CIM (ou FCIM), a mais alta chancela de Marketing da Europa. Consultor e professor, ele colaborou com projetos de gigantes como Toyota, NFL, Dow Latin America, Grupo Ultra, Embratel e British Council.

Na obra, o autor busca as origens e as práticas clássicas do Marketing em referências diversas, tanto as mais atuais quanto as mais tradicionais, incluindo investigações em documentos originais centenários. Assim, cria um guia de sobrevivência para os apaixonados por Marketing, dos profissionais da área aos consultores, agências e empreendedores de todos os portes. O lançamento é equilibrado entre a teoria e a prática, apresentando conceitos com fundamentos acadêmicos somados

a exemplos práticos que ajudam o leitor a navegar por um mercado repleto de falácias e superficialidades.

Saber se comunicar com o público da forma correta, trazendo não apenas influência, mas também autenticidade, é uma habilidade que se constrói além dos modelos prontos vendidos por muitos influenciadores. Nesse sentido, o livro oferece uma saída para aqueles que desejam administrar a própria marca de maneira inteligente, fugindo das armadilhas que a conveniência dos gurus pode representar.

Conforme você for desenvolvendo sua rotina de mergulhar nos materiais científicos, colocar o aprendizado em prática, e conseguir ter uma visão mais sistêmica dos desafios postos, você também irá perceber os benefícios práticos e concretos (a você próprio e aos outros) nas suas entregas, cada vez com resultados melhores e mais satisfatórios. - (Mais Marketing, Menos Guru, p. 25)

Nino desmente ainda correntes que ganharam força nos últimos anos como a mentalidade de que o único foco do Marketing deve ser no digital. Ele explica que as empresas hoje colocam as interações com o público nas redes sociais acima da estraté-

gia e de uma sólida leitura do momento atual da organização. Além disso, tece reflexões valiosas sobre as responsabilidades sociais de quem atua na área, já que o Marketing bem-feito depende de persuasão e influência bem empregadas, e isso tem impactos que vão além dos resultados de vendas.

Ao longo das páginas, Nino Carvalho alia conhecimentos técnicos a uma linguagem amigável e fácil de compreender, o que torna MAIS MARKETING, menos guru acessível tanto para quem deseja se aprofundar no assunto quanto para os que almejam iniciar os estudos com o pé direito. Manual indispensável para se preparar para o mercado e suas mudanças, melhorar a capacidade de tomar decisões informadas e estratégicas e engrandecer o repertório profissional.

## FICHA TÉCNICA

**Título:** *Mais Marketing, Menos Guru*

**Autor:** *Nino Carvalho*

**Editora:** *DVS Editora*

**ISBN:** *978-6556951263*

**Páginas:** *232*

**Preço:** *R\$ 84,00*

**Onde encontrar:** *Amazon, DVS, outras livrarias*

### AUTOR

*Professor e Consultor com mais de 25 anos de experiência em Marketing, e projetos em mais de 30 países. Único brasileiro FCIM, a mais alta chancela de Marketing da União Europeia. Mestre em Administração e especialização em Strategic Marketing. Foi Diretor Executivo da MIT Technology Review Portugal, e Diretor de Marketing para América Latina e Caribe no British Council. Keynote speaker: Digitaltalks, Digital Enterprise Summit, e World Marketing Summit, de Philip Kotler.*

*Fundada em 2001, a DVS Editora se consolidou como referência no mercado editorial ligado à carreira, inovação e negócios, oferecendo conteúdo diferenciado sobre orientação pessoal e profissional. Ao longo dos anos, lançou dois novos selos: Abajour Books, literatura para o público adulto; e Catatau Livros Infantis, voltada ao público mirim. A editora segue com o objetivo de publicar e promover conteúdo criativo e inovador em busca do crescimento pessoal e profissional.*



# ANUNCIE NA MELHOR

REVISTA DE ECONOMIA  
FEITA EM MINAS, AGORA  
EM TODO O BRASIL



As Marcas Vencedoras  
do 29º Top of Mind de  
Minas Gerais - 2024

# 32,1 MILHÕES

de visualizações no  
período de de 30 de junho  
de 2023 a 1º de julho de  
2024 - de acordo com  
o Google Analytics Search.

Com 31 anos de tradição, a newsletter MercadoComum expandiu suas atividades para todo o território nacional, levando informação a um seletor público composto por formadores de opinião e executivos de alto nível das mídias e grandes empresas.

**Divulgue sua empresa  
para quem decide  
os negócios!**

A CADA EDIÇÃO MENSAL:

- Estudos aprofundados sobre a economia de Minas Gerais, brasileira e mundial
- Artigos com análise política e de mercados assinados por nomes de peso no cenário nacional
- Reportagens especiais com foco nos mais relevantes setores econômicos
- MC promove, há 28 anos, o Prêmio Top of Mind - Marcas de Sucesso - Minas Gerais
- MC há 29 anos promove o Ranking de Empresas de Minas Gerais e realizará em 2024 o 26º Prêmio Minas - Desempenho Empresarial - Melhores e Maiores - Minas Gerais.
- As edições mensais são encaminhadas, em PDF e por e-mail, a um público de 120 mil formadores de opinião em todo o país.

Publicação de MinasPart Comunicação, Ltda.

Rua Padre Odorico, 128 - 10º andar - CEP 30.330-040 - Belo Horizonte - MG

Site: [www.mercadocomum.com](http://www.mercadocomum.com) - E-mail: [revistamc@uol.com.br](mailto:revistamc@uol.com.br) - Fone: 31 3281-6474

MERCADO COMUM®

HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!